

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Ana Carolina Perrella

A experiência de uma clínica forasteira

Doutorado em Psicologia Clínica

São Paulo

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Ana Carolina Perrella

A experiência de uma clínica forasteira

Doutorado em Psicologia Clínica

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica, sob a orientação da Prof. Dra. Suely Belinha Rolnik.

São Paulo

2019

Banca Examinadora

Profa. Dra. Suely Belinha Rolnik [Orientador]

Prof. Dr. Peter Pál Pelbart

Prof. Dr. João Perci Schiavon

Prof. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli

Prof. Dra. Cristiane Ferreira Mesquita

Suplentes

Prof. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin

Prof. Dra. Fabiana Monteiro

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CNPq)-140026/2016-9”.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CNPq)-140026/2016-9”.

Aos diversos povos que pude conhecer e escutar nas
errâncias pelo Brasil afora.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Waldecir e Ana Catarina, por todo o amor e apoio, sempre.

À minha avó Maiza, que me ensinou a olhar a vida sempre com espanto.

Aos meus irmãos, Fernando e Felipe, que sempre me dão força, mesmo sem saberem.

À Ana Godoy, por acompanhar as dificuldades e alegrias que atravessaram esse processo e por ajudar a tornar esse trabalho coisa viva.

Aos povos da Floresta, pelo encontro capaz de abrir brechas por onde a vida pudesse passar.

À todas as pessoas que pude escutar na Praça Roosevelt e que, de certa forma, ajudaram a abrir meus ouvidos à pluralidade de vozes que habitam a cidade.

À equipe da Clínica de Cuidado, por acreditar e insistir na luta pela vida, e pelo trabalho bonito e importante que fizemos juntos e pela sensibilidade de cada um.

Aos colegas da Psicanálise na Praça Roosevelt, pelas experiências de fazer junto uma clínica que transpõe os muros do consultório. Agradeço, em especial, à Juliana, à Ana Beatriz, à Adriana, à Aquinoã, à Denise, ao João e à Maria Cristina pelas conversas, parcerias, cervejas, risadas, lamentos, e todo o resto; à Augusto, pelos encontros sempre musicais, cheios de leveza e desejo, que me deram fôlego na finalização deste trabalho, e pela leitura cuidadosa do texto.

Aos meus amigos paulistanos, Gisele, Viviane, Leandro e Alessandra, que me acolheram com muito afeto nessa cidade e que me mostraram a potência do acaso.

Ao Peter Pál Pelbart e ao Percy Shiavon, pela leitura atenta e generosa que produziu interferências nos rumos dessa pesquisa.

Ao Núcleo de Estudos da Subjetividade, por me ajudar a construir e pertencer a uma terra, em especial, à Renata Baboni, à Guilherme, à José, à Luciana Arbeli, à Luciana Tonelli e à Ana.

Aos meus queridos amigos, sempre presentes, pelo contágio de vida, por todo afeto e amizade: Denise, Camila, Mauro, Fabiana, Giselle, Rodrigo, Adriane, Vivian Karina, Mariana e Renata .

E mais especialmente agradeço à Suely Rolnik, pela oportunidade e pela aposta nessa experiência. Sem o seu apoio esse trabalho não seria possível.

Agradeço ao CNPq, pela bolsa concedida.

RESUMO

PERRELLA, Ana Carolina. **A experiência de uma clínica forasteira.** 2019. 122p. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

Este trabalho procura investigar o exercício de uma clínica fora do enquadre clínico tradicional e aberta à pulsação da cidade, a partir dos dispositivos Clínica de Cuidado e Psicanálise na Praça Roosevelt, para pensar uma clínica forasteira. Com esse intuito, interessa fazer notar uma zona de intersecção entre a experiência do Xingu e a da Praça Roosevelt, dando ênfase as singularidades de cada prática. O estudo enfatiza o funcionamento de ambos os dispositivos, trazendo elementos da atividade clínica realizada em cada um deles. A fim de compreender o *fazer* dessas experiências forasteiras, recorre-se à etimologia da palavra forasteiro, extraindo de sua acepção dois sentidos, quais sejam, “fora dos limites do consultório” e “estrangeiro, do lado de fora”. O que se percebe, em ambas as experiências, é que a cidade se compõe e intervém no espaço clínico de diferentes formas. A aposta que se faz, nesse estudo, é em uma clínica que se abre ao acaso, aos riscos e as incertezas da vida urbana, capaz de produzir deslocamentos nos territórios do viver, tanto do paciente quanto do clínico.

Palavras-chave: Clínica. Cidade. Clínica de Cuidado. Psicanálise na Praça Roosevelt.

ABSTRACT

PERRELLA, Ana Carolina. **The experience of an outsider clinic**. 2019. 122p. Thesis (Ph.D. in Clinical Psychology) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

This paper investigates the performance of a clinic outside the traditional clinical setting and open to the pulse of the city, from the apparatus Clinical Care and Psychoanalysis on Roosevelt Square, to think an outsider clinic. To that end, we are interested to note a zone of intersection between the experience of the Xingu (Amazônia) and the Roosevelt Square, emphasizing the singularities of each practice. The study emphasizes the operation of both apparatus, bringing elements of clinical activity held in each of them. In order to understand these outsiders do experiments, refers to the etymology of the word stranger, extracting its meaning both directions, namely, “out of the office boundaries” and “alien, outside.” What is noticeable, in both experiments, is that the city is made up and intervenes in the clinical space in different ways. A bet that is made in this study is at a clinic that opens at random, the risks and uncertainties of urban life, capable of producing displacements in the territories of living, both the patient and the clinician.

Keywords: Clinic. City. Clinical Care. Psychoanalysis on Roosevelt Square.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
ABERTURA: FORASTEIROS NO XINGU	15
A ESCUTA DE UMA VIDA	17
A TESSITURA DA CLÍNICA: UM FAZER CONSTRUÍDO A VÁRIAS MÃOS	22
A CLÍNICA DE CUIDADO, UM DISPOSITIVO CLÍNICO-POLÍTICO	26
UMA TERRA NÃO TÃO DISTANTE	32
ISSO A QUE DERAM NOME DE REASSENTAMENTOS URBANOS COLETIVOS	36
NAS TRAVESSAS DA ÁGUA BOA	39
Uma história dentro da história	40
A clausura de uma vida	46
O lado de fora de uma casa	54
As coreografias de uma vida	60
UMA PASSAGEM: CARTA PARA O XINGU	75
A EXPERIÊNCIA DE UMA CLÍNICA-PRAÇA EM SÃO PAULO	78
A Praça Roosevelt e suas histórias	82
POR UMA CLÍNICA FORASTEIRA	109
DEIXA A CIDADE ENTRAR	114
REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO

A experiência vivida na região do Xingu¹, em janeiro de 2016, com os povos da floresta abriu caminhos em mim, alargando a escuta e o próprio sentido da clínica. Por um momento, ainda quando estava em Altamira, senti um enorme desejo de permanecer naquele lugar para continuar o trabalho com as pessoas que tive a oportunidade de conhecer e de escutar. Ao mesmo tempo, sentia que o viver em São Paulo ainda não tinha se encerrado, apostava que havia uma vida a ser (re)criada nessa cidade.

Inclusive, antes de ir para Altamira, estava às voltas com a vida urbana e seus efeitos na subjetividade. Tanto que a ideia inicial desta pesquisa era construir narrativas a partir da minha condição de forasteira² em São Paulo, acerca do cotidiano urbano. Mas, já em São Paulo, após retornar do Xingu, começo a pensar em como dar passagem aos afetos produzidos em mim a partir do encontro com aqueles modos de existência destoantes do hegemônico. À medida que pensava, compreendia que a construção de uma clínica como prática política não podia se encerrar com o término do projeto da Clínica de Cuidado. Pelo contrário, tal experiência havia produzido faíscas, colocando-me em contato com aquilo que é mais urgente hoje – a própria vida.

É a vida que esta em jogo nesses tempos sombrios que vivemos, em que o fascismo se expressa das maneiras as mais variadas. Trata-se de uma questão vital. Quantas existências estão sendo exterminadas em nosso dia a dia, seja na cidade, no campo, na floresta amazônica? Ou ainda, quantas não se enfraquecem, até mesmo sucumbem à violência a que são submetidas cotidianamente?

É claro que a tragédia de Belo Monte, na região do Xingu, tem as suas particularidades, principalmente por devastar a vida em todas as suas formas, porém a violência se instaura em todos os espaços onde o fascismo se perpetua. Aqui, parto do princípio de que o fascismo consiste nas práticas de poder “que se infiltram por toda a vida, não mais somente em um nível totalitário, definido, macro e visível, mas no entre, na invisibilidade, nas pequenas ações cotidianas”³. Nesse sentido, opto por utilizar o termo

¹ Mais especificamente na cidade de Altamira, no Pará.

² Implica a abertura do corpo ao acaso dos encontros na cidade, produzindo não só estranhamento e vertigem, mas também intensidades, lançando-me assim ao desconhecido fora de mim, e tornando-me estrangeira de mim mesma.

³ Fonseca, T. M. G. et al. Microfascismo em nós: práticas de exceção no contemporâneo. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, 2008, p. 40.

microfascismo para marcar o fascismo que nos habita, agindo em nossos afetos, pensamentos, atitudes e corpos.

Assim, os mecanismos de dominação e poder⁴ presentes em nosso cotidiano penetram “em todas as esferas da existência”⁵, enclausurando a subjetividade num modo de produção hegemônico, a serviço do consumo, da uniformidade e da conservação. Nessa lógica, a vida vai sendo apartada de sua potência de invenção e tudo é administrado de modo a eliminar existências que são consideradas empecilhos aos interesses do capital.

Entretanto, nos dias atuais, a maneira como as existências são apagadas sofrem algumas variações, especialmente no que se refere à velocidade desse apagamento. Ou seja, uma existência pode ser exterminada rapidamente, caso dos assassinatos à queima roupa, e até mesmo das chacinas no campo, motivadas por disputas pela posse da terra, bem como nas periferias dos centros urbanos, provocadas na maioria das vezes por agentes de segurança do próprio Estado; ou então lentamente, de modo sutil, dia após dia. Nesse caso, ela vai perdendo a sua força, sua vitalidade, enfraquecendo-se, fazendo com que um corpo se torne um morto-vivo, reduzido à sobrevida⁶ e separado da sua potência vital.

Foi pensando então em como produzir ações de resistência nesse contexto específico, a partir do meu próprio fazer, que me aproximei de alguns psicanalistas interessados na construção de uma clínica aberta à pulsação da cidade, sem que o dinheiro fosse uma pré-condição para o atendimento das pessoas. O desejo de fazer algo, diante do avanço dos discursos fascistas e reacionários no país, foi o que nos uniu na formação de um coletivo. A possibilidade de ir para a rua, fazendo da escuta uma arma, colocava o desejo em movimento e, com isso, outros caminhos e direções se abriam no viver. Assim, em maio de 2017, começo a participar das discussões do coletivo e, desde então, atuo nesse grupo, que hoje é chamado de Psicanálise na Praça Roosevelt.

Apesar de cada coletivo trabalhar com um determinado público, o que se nota é que são inúmeras as linhas de morte que incidem cotidianamente sobre os corpos, tanto os dos povos da floresta quanto os dos cidadãos, provocando neles uma forma de sofrimento, até mesmo de adoecimento, que advém da separação das forças vitais. Há, portanto, uma dimensão política no sofrimento que precisa ser considerada nesse processo de adoecimento, caso contrário corre-se o risco de confiná-lo em categorias diagnósticas ou identitárias, bem

⁴ Apoio-me aqui em Foucault, Deleuze, Guattari e Agamben para pensar os modos de existência no contemporâneo.

⁵ Pelbart, P. P. *Vida capital: ensaios da biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003, p. 209.

⁶ Conceito elaborado por Agamben e explorado por Peter Pál Pelbart. In: Pelbart, P. P. *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade Contemporânea*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

como reduzi-lo a um trauma familiar. Essas operações acabam por anular a experiência singular do sofrer, enclausurando-o em modelos absolutos e, com isso, diminuindo a possibilidade de germinação de outros modos de existência.

A dor vivida pelas pessoas que pude escutar, a partir das experiências mencionadas, apresenta-se de diversas formas: ora numa vida asfixiada pelo medo e pela insegurança, cheia de muros que impossibilitam a passagem de sopros de ar, ora numa vida marcada por situações de extrema vulnerabilidade social, reduzida à mera sobrevivência, ora numa vida restrita às exigências do mundo e às ilusões identitárias, aprisionada na impotência, no cansaço e na paralisia. Nesse caso, submete-se a vida a um regime de nomeação e medicalização, cujo propósito é a extirpação do próprio sofrimento.

É nesse contexto que proponho pensar uma clínica forasteira, deslocando a questão inicial relacionada à maneira de estar na cidade, a partir da condição de forasteiro, para um modo de *fazer* uma clínica que transpõe os muros do consultório particular, abrindo-se, assim, à vida urbana. Para tanto, recorro à etimologia da palavra forasteiro, com intuito de esgarçá-la e, desse modo, construir novos sentidos e possibilidades quanto ao seu uso. Interessa-me fazer notar uma zona de intersecção entre a experiência do coletivo Clínica de Cuidado e a do Psicanálise na Praça Roosevelt para abordar o exercício de uma clínica forasteira, dando ênfase as singularidades de cada prática.

O que se percebe, em ambas as experiências, é que a cidade se compõe e intervém no espaço clínico de diferentes formas. Nesse sentido, a aposta que se faz é a de uma clínica que se abre ao acaso, aos riscos e as incertezas das vida urbana, capaz de produzir deslocamentos nos territórios do viver. Aqui, apoio-me na ideia de que tanto o paciente quanto o clínico se favorecem pelos efeitos de uma clínica forasteira.

O primeiro capítulo desta tese chama-se “A escuta de uma vida”. Este texto, elaborado logo que cheguei da viagem para a Amazônia, aborda a experiência vivida com os povos da floresta, a partir do trabalho da Clínica de Cuidado. Enfatizo a potência da escuta, bem como os efeitos produzidos no encontro entre o clínico e as pessoas atendidas.

No segundo capítulo, “A tessitura da Clínica de Cuidado: um fazer construído a várias mãos”, descrevo como o dispositivo clínico foi pensado e estruturado, desde a obtenção do recurso financeiro para a realização do projeto e o processo de formação da equipe de trabalho até as estratégias clínicas criadas pelo coletivo. Aqui, abordo aspectos relacionados aos modos de fazer dessa clínica como os espaços de atendimento, o acesso ao público do projeto, o manejo da transferência e a intervenção no território.

No terceiro capítulo, “A Clínica de Cuidado, um dispositivo clínico-político”, inicio o texto apontando alguns deslocamentos nos modos de produzir uma clínica nos espaços públicos, inclusive, insisto na ideia que a escuta é algo que se permanece no dispositivo. Parto da hipótese de que a violência cometida com a construção de Belo Monte produziu efeitos traumáticos nos povos atingidos e que a tomada do trauma como síndrome/transtorno provocou uma patologização da experiência vivida por eles. Além disso, abordo o trabalho de documentação e transmissão da memória que o dispositivo se propôs a realizar.

Em “Uma terra não tão distante”, apresento Altamira à medida que caminho pelas ruas da cidade em direção à casa de um ribeirinho. O texto se inicia a partir de duas imagens de outdoors que aludem ao progresso e à ditadura e, ao longo da narrativa, alguns elementos ficcionais são acrescentados. Tais imagens oferecem pistas para pensar os modos de vida de seus habitantes, principalmente dos ribeirinhos, num lugar onde a terra é propriedade, ou ainda, sinônimo de disputa e de lucro. O que se nota é que a cidade que meu corpo percorria, num só dia, eram muitas.

No quinto capítulo, intitulado “Isso a que deram nome de reassentamento urbano coletivo”, debruço-me sobre como se deu o violento processo de remoção dos ribeirinhos com a implantação de Belo Monte, enfatizando as mudanças em seus modos de viver ao serem deslocados para os reassentamentos urbanos coletivos (RUC), na periferia da cidade. Trago ainda comentários de uma liderança popular do Xingu para problematizar o modelo de habitação planejado e imposto pela Norte Energia, empresa responsável pela obra, modelo este completamente destoante da maneira como os povos da floresta habitam os lugares.

“Nas travessas da Água boa”, sexto capítulo da tese, conduzo o leitor por quatro histórias diferentes, sendo que a primeira, intitulada “Uma história dentro da história”, irá atravessar as outras três, ao trazer elementos para se pensar a violência perpetuada há mais de meio século na região amazônica e os seus efeitos nos modos de existir dos povos da floresta. As outras três histórias – “A clausura de uma vida”, “O lado de fora de uma casa” e “As coreografias de uma vida” – dizem das mudanças no viver das pessoas remanejadas para o RUC Água Boa, na periferia de Altamira. Proponho explorar, a partir dessas narrativas, o exercício da clínica, incluindo aqui a escuta do sofrimento e as ressonâncias do “entre” terapêutico tanto para o clínico quanto para o atendido.

Inicio o sétimo capítulo, “A experiência de uma clínica-praça na cidade de São Paulo”, contando como se deu minha participação no coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt, enfatizando os aspectos metodológicos do projeto, mais especificamente as questões relacionadas ao dinheiro, à transferência, à rotatividade dos analistas, ao espaço clínico e ao

público atendido. Para pensar a limitação do dispositivo quanto à população atendida, recorro à história da Praça Roosevelt, relacionando-a com a questão da dinâmica urbana e dos processos de segregação social. Exploro também a ideia da clínica-praça como uma zona de intensidade, de circulação do desejo, que pode propiciar a irrupção de novos territórios existenciais. Por fim, a partir dos atendimentos realizados, trago quatro histórias que expressam uma multiplicidade de vozes e que dão notícias sobre os modos de vida urbanos.

Em “Por uma clínica forasteira”, texto que corresponde ao oitavo capítulo, detenho-me na etimologia da palavra forasteiro para pensar as experiências clínicas do Xingu e da Praça Roosevelt. Há dois sentidos que o termo forasteiro carrega e que considero importantes para compreender o exercício dessa clínica forasteira. O primeiro diz respeito à ideia de “fora dos limites do consultório”, a partir da aproximação entre as palavras forasteiro e floresta. Já o segundo refere-se à noção de estrangeiro, vindo do “exterior, do lado de fora”. Tomo emprestado o conceito de Fora, tal como Deleuze o apresenta, para alavancar a exploração da ideia de uma clínica forasteira.

No último texto, “Deixa a cidade entrar”, me debruço sobre *fazer* dessas experiências forasteiras, sua potência e importância.

ABERTURA:FORASTEIROS NO XINGU

Do alto, dentro do avião, avistei pela primeira vez a Floresta Amazônica. Meus olhos se perdiam diante daquela imensidão sem fim. Nas margens daquela mata verde exuberante, o rio vai esculpindo caminhos tortuosos, ora mais largos, ora mais estreitos, cheios de desvios e bifurcações. Lado a lado, mata e rio se encontram, se compõem, formando assim um corpo-floresta que jorra infinitas partículas de vida.

Em silêncio, continuo com o olhar fixo e penetrante naquele corpo vivo pulsante. De repente, noto que este corpo começa a se modificar drasticamente: em algumas de suas partes mal se via a mata, apenas um clarão numa porção de terra assolada. A floresta se encolhia nos cantos onde o desmatamento, ocasionado por interesses diversos, impera desastrosamente. Vida devastada pelas mãos do homem que se vê superior e separado daquele corpo-floresta, que é conduzido pela lógica do lucro. Quantas vidas são exterminadas em nome do desenvolvimento, do progresso, do capital? Quantas vidas ali deixam de ser vividas?

Fotografia 1: Visita feita a uma família na beira do rio Xingu



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

A ESCUTA DE UMA VIDA⁷

Fui para o Xingu compondo uma equipe de psicólogos e psicanalistas, denominada Clínica de Cuidado, para trabalhar com os ribeirinhos forçados a viver um outro modo de vida, a partir da construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Antes de viajarmos para Altamira, no Pará, tivemos alguns encontros para pensar nossa intervenção e discutir o que entendíamos por clínica, cuidado, sofrimento e outros conceitos importantes no campo *psi*. Buscamos, então, nos “preparar” para uma prática considerada bem distante do nosso cotidiano e realidade, tendo sempre em vista o cuidado para não cairmos num lugar de colonizador. Ao chegarmos lá, nos deparamos com vidas devastadas das mais variadas formas, contudo, fomos surpreendidos com a sabedoria, a delicadeza e a força daquele povo da floresta que, apesar das inúmeras atrocidades cotidianas, resiste e insiste em viver. Aprendemos, de antemão, que toda aquela parafernália que buscamos construir anteriormente era completamente desnecessária e supérflua diante daquilo que estávamos vivendo. Logo nos primeiros encontros da equipe, ao tentarmos explicar o trabalho da Clínica de Cuidado, em especial o fazer do psicólogo, para uma ribeirinha, eis que esta diz:

Eu entendo assim, no meu modo de dizer, vocês sabem que eu comecei a estudar agora, né? Então, eu estou começando tudo na minha vida depois dos 48 anos. No meu modo de pensar vocês são pessoas que nos ajudam a achar uma porta que para muitos não tem mais saída. Tem casos de pessoas que vem dessa barragem aí, que eles mesmos se isolam ao ponto que nada mais lhes importa, nem os filhos, nem o alimento, nem o trabalho. Você morre, entendeu? As pessoas não entendem, é uma tristeza que nasce dentro da gente e por mais que nós queira tirar ela, tem hora que não consegue. Isso aconteceu comigo. Então, é uma dor terrível, você quer ficar sempre só, você não quer falar com ninguém, então isso mata a gente. Então vocês são as pessoas que nos ajudam a achar porta. Eu saí de uma porta que me colocaram, fizeram um caixotinho, me colocaram dentro e fizeram uma brecha bem pequenininha, porém antes da brecha colocaram um papel escuro. Então, por mais que eu procurasse eu não achava a brecha e nós entramos em certos lugares que precisa desconjuntar braço, pescoço, perna, quadril para poder sair do outro lado, só o resto. E ainda tem o trabalho de remontar que muitas vezes os ossos não ficam no lugar, então, no meu modo de ver vocês são essas pessoas que nos ajudam a achar a brecha, a porta no lugar que não existe.⁸

De fato, esta foi a definição mais viva que já escutei sobre a prática de um psicólogo. Posso afirmar que, a partir daí, pude compreender nitidamente para que serve mesmo aquilo que me propus a estudar e a fazer. Com o passar dos anos, o trabalho foi perdendo o sentido e

⁷ Esse texto foi produzido logo após o retorno do Xingu.

⁸ Comentário de um ribeirinho à Eliane Brum. Transcrição feita por Eliane Brum e apresentada na Escola Carandá Vivavida no dia 15 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kqLa8DhLwGA&list=TLGGGfrMgE5AVCAwOTAzMjAxNw>>

os lampejos de desejo foram abafados. A dureza das políticas públicas, por onde caminhei durante anos, havia me despotencializado. Sentia-me completamente sem rumo e tomada por afetos tristes. O corpo, pouco a pouco, perdeu o seu balanço e a sua capacidade de agir.

Mas a experiência no Xingu arrastou-me para um campo de intensidades, a vida se expandia e ganhava outros movimentos. A cada encontro com o outro, sentia-me cuidada e viva. Cheguei até mesmo a pensar que os papéis tinham sido invertidos: que eu era a atendida e o outro era quem me ajudava a encontrar as frestas por onde a vida poderia passar. Isso me fez repensar a própria constituição da Clínica de Cuidado, que passou a ser composta por todos os envolvidos no trabalho, e não somente por psicólogos e psicanalistas. Tratava-se, deste modo, de uma clínica cujas fronteiras haviam se tornado instáveis e porosas, embaralhando os campos de saber e os lugares instituídos.

Ao longo da experiência, notava que à medida que conseguia esvaziar-me de mim o corpo se abria mais à escuta, deixando-se afetar pelas vozes que povoam a floresta e pelas singularidades contidas em cada forma de vida. Refiro-me aqui a uma escuta feita não somente com os ouvidos, mas, sim, com todo o corpo que vibra, em diferentes partes e regiões, a cada instante do encontro.

Mas, afinal, o que pode a escuta? Para alguns a escuta possibilitou um “*despertar de si*”⁹, já que ao narrarem suas histórias de vida puderam escutar a si próprios e *esboçar outras histórias*. Para outros significou uma forma de alívio e alento diante de um sofrer solitário e calado, por não serem compreendidos. Aqui, vale dizer que, após a construção de Belo Monte, muitas pessoas impactadas, dados os sintomas psíquicos apresentados, foram diagnosticadas como portadoras de doenças psiquiátricas. O sofrimento, nesse caso, é patologizado e remetido ao campo do privado, desconectando-o da vida social e política, de modo que tanto o Estado quanto o empreendedor (Norte Energia) eram desresponsabilizados no processo de adoecimento daquelas pessoas¹⁰. Há ainda aqueles que puderam contar sobre um passado, encerrado em si mesmo, criando a possibilidade de dar um outro destino para aquilo que um dia foi algo insuportável. Como bem disse uma das pessoas atendidas:

Eu achei que nunca contaria esse segredo para ninguém, nunca tinha falado do meu passado para ninguém e ontem contei para a psicóloga. Foi como arrancar um prego podre das minhas entranhas. Hoje acordei às quatro da manhã como sempre, mas eu tava ali liberta. Eu não tenho o que comer e carrego uma carga muito

⁹ Comentário de um ribeirinho.

¹⁰ Katz, I; Brum, E; Dunker, C. Refugiados de Belo Monte. 2016. Disponível em: <<https://www.catarse.me/refugiadosdebelomonte>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

*pesada por conta do que aconteceu com nós por causa de Belo Monte. Mas, hoje eu acordei pesando uma grama.*¹¹

A meu ver, a escuta possibilitou acompanhar o movimento do viver, encontrando, em meio à brutalidade cotidiana, os sopros de vida daquilo que escapava. O encontro com o rio Xingu¹² ajudou-me a escutar as pessoas que vivem ali ou no entorno, pois, ao atravessar o seu leito, tanto a parte morta quanto a viva, meu corpo foi afetado por seu lamento calado e por seu pulsar. É como se a vida, semelhante às águas daquele rio, perdesse o seu movimento e com isso se paralisasse. E para que ela voltasse a ser fluxo e movimento era preciso criar as brechas, a partir da escuta, para que os novos traçados de vida pudessem se compor à experiência vivida.

Enfim, foram muitos os aprendizados que esse encontro me proporcionou – e, talvez, a escrita ainda não dê conta de abarcar a intensidade dessa experiência. Mas vale contar aqui uma situação que vivi, um dia antes de partir de lá. Naquele dia, tive a oportunidade de conhecer duas crianças ribeirinhas, uma de quatro e outra de nove anos, que têm o Xingu e a Floresta Amazônica como quintal de sua casa. Passei uma manhã toda com elas aprendendo alguns ensinamentos que seu pai e seu avô haviam-lhe transmitido. Aprendi como se rema um barco, como se pesca um tucunaré, como se planta o açaí e outras frutas locais. A sensação que tive era que eles queriam me mostrar e ensinar tudo a respeito de suas vidas, num espaço curto de tempo. Pulavam, corriam de um lado para o outro, davam cambalhota, entre outras peripécias. Corpos encarnados de alegria – era assim que os via.

Mas, dentre os vários ensinamentos, eles me mostraram que uma terra não é uma propriedade, mas uma forma de habitar o mundo. Tanto que um deles, ao contar sobre seu viver naquele lugar, falou: *“Aqui é minha riqueza, aqui tá o nosso sustento e toda nossa vida”*. E, depois de uma manhã intensa, no momento da despedida, um deles vira-se para mim e diz: *“cê vai voltar aqui?”* Ao responder que não, ele rapidamente retrucou: *“cê tem que voltar aqui outro dia para continuar a sua preparação”*. Naquele momento, não consegui responder nada, apenas sorri e dei um abraço apertado nos dois. Mas, no barco, durante a volta, pensei comigo: é a prepar(ação) de toda uma vida que está em jogo e que só acontece quando o corpo se abre às experiências, aos afetos que são produzidos no encontro com o outro.

¹¹ Comentário de um ribeirinho à Eliane Brum. Material transcrito por ela e apresentado na Escola Carandá Vivavida, no dia 15 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kqLa8DhLwGA&list=TLGGGfrMgE5AVCAwOTAzMjAxNw>

¹² Com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte o rio foi represado e desviado por um canal para gerar energia nas turbinas de Belo Monte. Acima da barragem, o rio, quase sem correnteza e vegetação no entorno, não tem peixe, e se transformou num grande lago em frente a Altamira.

Contudo, a “prepar(ação)” a que aquela criança se referia nada tinha a ver com a preparação que havíamos buscado previamente, logo no início do grupo. Aliás, aprendi muito mais sobre a vida, o sofrimento, a clínica, a escuta, entre outros tantos conceitos, naqueles encontros do que nos próprios livros, certamente. É curioso notar que fiquei apenas quinze dias no Pará, mas a sensação é de que foi muito mais. De fato, o tempo no Xingu não é o tempo do relógio ao qual nós, da cidade, estamos habituados.

Figura 2: Travessia no rio Xingu

Fonte: Lilo Clareto (2017)



A TESSITURA DA CLÍNICA DE CUIDADO: UM FAZER CONSTRUÍDO A VÁRIAS MÃOS

Vale a pena contar um pouco sobre como se deu a construção do projeto “Refugiados de Belo Monte”¹³, na qual a criação de um dispositivo de atenção ao sofrimento psíquico foi pensado e estruturado. Logo no início de sua construção, um primeiro impasse surgiu, uma vez que era necessário obter recurso financeiro para bancar as despesas necessárias, como, por exemplo, passagens aéreas de São Paulo para Altamira, hospedagem, alimentação para os profissionais envolvidos, durante os quinze dias de trabalho. Entretanto, de onde poderia vir o recurso financeiro, já que os beneficiários do projeto não teriam qualquer tipo de ônus pelo serviço ofertado pela equipe? Do Estado? Das empresas privadas? Se o desastre oriundo da construção da hidrelétrica no Xingu, da violência cometida contra os povos que ali viviam, foi produzido pelo próprio Estado, juntamente com algumas empresas privadas, o custeio do projeto não poderia vir desses atores. Foi a partir desse contexto que se optou por fazer uma campanha de financiamento coletivo, via plataforma catarse, com a finalidade de arrecadar fundos para a concretização do trabalho.

Após a arrecadação da verba, foi preciso selecionar os profissionais para compor uma equipe de trabalho. Além da participação num curso aberto realizado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)¹⁴, os onze selecionados passaram por uma entrevista e por uma avaliação de experiências. Finalizada esta etapa, foram realizados alguns encontros com toda a equipe¹⁵, para pensar na construção de um *fazer* diante de uma população específica, incluindo aqui a criação de estratégias clínicas para a intervenção no Xingu.

Não tínhamos a intenção de realizar atendimentos num espaço físico de referência, onde se pudesse criar um *setting* clínico fechado, restrito a um lugar específico, como nos consultórios particulares. Ao contrário disso, a proposta era estar nos espaços de vida cotidiana das pessoas, ou seja, fazer atendimentos em suas próprias moradias, fossem estas nas ilhas e beiradões do Xingu, ou nos reassentamentos coletivos urbanos (RUCs), na zona rural etc. Mas como chegaríamos até as pessoas que se encontravam em sofrimento psíquico?

¹³ A iniciativa foi coordenada pela jornalista Eliane Brum, idealizadora do projeto, e pelos psicanalistas Christian Dunker e Ilana Katz. Cf. Katz, I.; Brum, E.; Dunker, C.. *Refugiados de Belo Monte*, op. cit.

¹⁴ Realizado entre os meses de setembro e novembro de 2016. O curso abordou temas relacionados à realidade da região, as peculiaridades da construção de Belo Monte e os desafios da escuta dos atingidos.

¹⁵ Composta por dezesseis profissionais “psi” (psicanalistas, psicólogos, psiquiatra), uma jornalista e um fotógrafo.

Antes de o projeto acontecer, uma pequena equipe composta por três profissionais da área da saúde mental, em meados de 2016, foi até a região de Altamira para conhecer e mapear o território, incluindo nesse mapeamento os serviços públicos de saúde do município, além de escutar alguns ribeirinhos, e, assim, estruturar como seria a intervenção com toda a equipe¹⁶, em janeiro de 2017. Desde o princípio, tínhamos a preocupação em como aliar nossa intervenção às formas de atenção existentes no território, pois não víamos o nosso trabalho como algo sobreposto a elas. Naquela viagem, fez-se contato com lideranças de movimentos e de organizações sociais, reconhecendo nelas um grande potencial de cuidado. Por lutarem pelos direitos dos atingidos, elas haviam se tornado referência na vida de muitas daquelas pessoas, ocupando um lugar de importância na sua rede de relações¹⁷.

Tais lideranças acabaram se tornando também um elo importante no nosso contato com os atingidos. Como conheciam a história de vida de muitos deles, puderam identificar aqueles que se encontravam em sofrimento e, por isso, necessitavam de um cuidado maior. Para facilitar o nosso trabalho, entregaram-nos uma lista de nomes, com telefone e endereço, para que pudéssemos contatá-los e agendar um encontro.

Duas pessoas da equipe que fizeram parte da intervenção piloto ficaram responsáveis em fazer o contato com aquelas pessoas e pensar toda a parte logística do trabalho, que envolvia desde o agendamento dos atendimentos e das reuniões com a rede de serviços públicos até o deslocamento dos profissionais nas visitas domiciliares, estruturado a partir de uma escala dos motoristas.¹⁸ É nesse momento que o trabalho da clínica se iniciava, pois muitas vezes o atendido já contava, por telefone, um pouco da sua história e de seu sofrimento diante da violência experimentada na operação de Belo Monte. A escuta era ativada nesse primeiro contato com o outro.

Após o agendamento, uma dupla de profissional psi se dirigia à moradia da pessoa, onde era feito o atendimento, com a duração de uma hora e meia. O número de sessões era definido de acordo com o desenrolar dos encontros. A proposta do atendimento em dupla apoiava-se, principalmente, na aposta de que a transferência pudesse se diluir entre os clínicos e, assim, se destinar ao próprio território. Ou seja, a ideia era vincular o atendido ao próprio território, fazendo vacilar as identificações do sujeito conosco. Tínhamos claro que a nossa

¹⁶ Composta por dezesseis profissionais “psi” (psicanalistas, psicólogos, psiquiatra), uma jornalista e um fotógrafo.

¹⁷ Cf. Katz, I.; Brum, E.; Dunker, C. *Refugiados de Belo Monte*, op. cit.

¹⁸ No período de quinze dias, a equipe atendeu 62 casos em 171 sessões; realizou 12 reuniões com movimentos sociais, rede pública de saúde mental, Ministério Público Federal e Defensoria Pública. Para irmos onde o povo está, rodamos 2. 600 quilômetro por terra e em cinco expedições pelo rio Xingu. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IG_DdW4znCE>. Acesso em 05 jan. 2018.

estadia na cidade era curta, aliás, que não permaneceríamos em Altamira, porém as pessoas atendidas continuariam vivendo naquele território. Nesse sentido, além dos atendimentos, apostou-se na potencialização do território, a partir de reuniões com os movimentos sociais, a rede pública de saúde, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública.

Durante todo o período em que estivemos em Altamira, diariamente, aconteciam as reuniões de equipe. Nelas, eram discutidos os processos de trabalho e, às vezes, compartilhávamos um dos atendimentos realizados no dia, além das supervisões clínicas. Nesses encontros, uma dupla de profissionais, junto com um supervisor, apresentava um caso clínico no intuito de pensar coletivamente e de construir saídas para os impasses vividos durante os atendimentos.

É importante dizer que esse trabalho, de certa maneira, se constituiu na contramão de uma lógica monetária em que o dinheiro é uma condição no vínculo clínico/atendido, pois os participantes do projeto não receberam nenhuma remuneração. Desse modo, a nossa implicação foi atravessada e guiada pelo desejo de construir uma clínica de resistência à conjuntura política de nosso país, circunscrita pelo momento atual em que vivemos. O desejo é o que nos moveu e nos uniu enquanto coletivo na criação de uma prática clínica, ética e política.

Fotografia 3: Numa castanheira, à margem do rio, com duas crianças



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

A CLÍNICA DE CUIDADO, UM DISPOSITIVO CLÍNICO-POLÍTICO

Pensar a clínica nos espaços públicos exige certos deslocamentos nos modos de produzi-la, e isso incluiu um despojamento dos próprios aparatos clássicos, como, por exemplo, o consultório privado, a poltrona e o divã, e na invenção de outros. Digo isso não apenas em função de uma mudança no *setting* terapêutico, mas principalmente em relação à criação de dispositivos¹⁹ clínico-políticos a partir de uma certa urgência social, capazes de produzir uma espécie “de fazer ver e de fazer falar”²⁰ no que diz respeito aos movimentos do viver. Aposta-se, com isso, na possibilidade de instaurar fraturas nas formas de vida instituídas, forjando assim variações na existência.

No caso da experiência da Clínica de Cuidado²¹, abandona-se os elementos presentes num enquadre clínico tradicional, ao mesmo tempo que se inventa outras maneiras de fazer uma clínica, como, por exemplo, realizar os atendimentos sempre com uma dupla de profissionais e nos espaços de vida cotidiana das pessoas. Porém, há algo nesse dispositivo que permanece: a escuta. Noutras palavras, o que nos permitiu sustentar o exercício da clínica como prática política foi uma escuta atenta às singularidades do território²², levando em consideração as relações de força que incidem sobre os corpos, engendrando efeitos nos seus modos de viver e de sofrer.

Nesse sentido, a noção de escuta é compreendida como uma atitude ética, isto é, uma maneira de se colocar em relação ao outro e ao sofrimento, sem perder de vista sua dimensão política. Isso não significa reforçar uma posição de vítima naquele que sofre, pelo contrário, tal atitude contribui para uma implicação subjetiva diante do sofrimento, na medida em que outros sentidos possam surgir da sua experiência de dor e, com efeito, outros modos de agir no mundo possam ser instaurados. Desta forma, a escuta pode possibilitar a construção de

¹⁹ Partimos de uma acepção foucaultiana do termo, dispositivo como “uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito”. (Agamben, G. O que é um dispositivo. *Outra travessia*, Florianópolis, n. 5, jan. 2005, p. 11). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

²⁰ Deleuze, G. O que é um dispositivo. In: *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega, 1996, p. 83-96. Disponível em: <http://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo>. Acesso em: 19 jun. 2018.

²¹ “Um dispositivo de atenção ao sofrimento psíquico para atender aqueles que, em curto espaço de tempo, perderam as referências fundamentais de organização e funcionamento da própria vida”. In: Katz, I; Brum, E.; Dunker, C. Refugiados de Belo Monte, op. cit.

²² Entendido aqui num sentido mais amplo, que ultrapassa uma noção de território enquanto espaço físico e geográfico, com limites precisos, para pensá-lo então como produtor de subjetividades. Noutras palavras, território é “o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos”. (Guattari, F.; Rolnik, S. *Micropolítica: cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 388.

uma narrativa singular acerca do sofrimento, algo que até então era da ordem do insuportável e, portanto, do inenarrável. Percorrendo as histórias, muitas delas reunidas no documentário *Eu +1*, nos chegam as muitas nomeações dadas ao sofrimento pelas pessoas escutadas: pescador sem rio, barrado, sem voz, prisão, morte, paralisado, buraco, perder a casa, fim, escuridão, engano, cansaço, perdido, traição, esquecimento²³.

Partimos da hipótese clínica de que a construção de Belo Monte²⁴ produziu efeitos traumáticos nos povos atingidos, uma vez que muitos deles entraram num processo de adoecimento após o ocorrido, sem ao menos contar com um tratamento alinhado ao contexto de violações de direitos em que estão inseridos. Aqui, vale lembrar que o trauma nada mais é que uma impossibilidade de encontrar um dizer para o vivido, tornando difícil a elaboração do sofrimento e das marcas que este inscreve no corpo.

A partir do nosso contato com os serviços públicos de saúde, e do trabalho de mapeamento do território realizado durante o projeto piloto²⁵, foi possível perceber que o sofrimento relatado pelas pessoas que foram expulsas de suas terras é visto de forma desconectada da situação de violência a que foram submetidas. Um exemplo disso foi os diversos diagnósticos psiquiátricos que eles receberam ao procurar por aqueles serviços, tais como: ansiedade, depressão, psicose e estresse. Algumas falas mencionadas pelos profissionais de saúde nos ajudam a compreender melhor os efeitos dessa racionalidade diagnóstica nos modos de olhar a condição psíquica dos atingidos: “Seu Fulano não sofre os efeitos da perda do seu modo de vida, ele é psicótico”; “Dona Beltrana não sofre por ter se separado de toda a comunidade, ela é cardíaca, ou está deprimida”²⁶. Ou ainda, discursos que afirmam uma perspectiva individualizante do adoecimento: “aqui no serviço são poucas as demandas relacionadas a Belo Monte”.

A construção desses diagnósticos acaba por psicologizar a vida social na medida em que o “cotidiano é isolado politicamente; as relações de opressão, exploração, dominação são invisibilizadas e atribuídas ao território do psicológico, fazendo parte do psiquismo e da vida

²³ Documentário *Eu +1: uma jornada de saúde mental na Amazônia*. Produção de Eliane Brum, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IG_DdW4znCE>. Acesso em: 10 fev. 2018.

²⁴ Foi a maior obra do governo Dilma. Estima-se que 40 mil pessoas, em especial indígenas e ribeirinhos, sofreram o impacto da obra. Castilho, A. Cala-boca em Belo Monte. 4 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://apublica.org/2014/09/cala-boca-em-belo-monte/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

²⁵ Uma pequena equipe composta por três profissionais da área da saúde mental, em meados de 2016, foi à região de Altamira para conhecer e mapear o território, incluindo aqui, os serviços públicos de saúde e os movimentos sociais atuantes no município, além de escutar alguns ribeirinhos, e, assim, estruturar como seria a intervenção com toda a equipe em janeiro de 2017.

²⁶ Katz; I; Brum, E.; Dunker, C. Refugiados de Belo Monte, op. cit.

interior do indivíduo”²⁷. Como consequência, tanto o Estado quanto a Norte Energia²⁸ são desimplicados no processo de adoecimento daquelas pessoas. Assim, perde-se de vista a dimensão sociopolítica do sofrimento.

O próprio trauma, nesse contexto, é individualizado ao adquirir o caráter de síndrome e/ou transtorno, em que o adoecimento vivido pelos atingidos é patologizado. E essa particularização do sintoma impede a escuta da experiência comum, dificultando a ressignificação do evento traumático. Assim, o trabalho de elaboração do vivido exige modalidades diferentes de escuta, uma escuta que dê conta de abarcar as diversas camadas do sofrimento e de propiciar, àquele que sofre, a transformação da memória traumática em narrativa para que, desse modo, outras histórias possam ser tecidas, compondo novos territórios existenciais. É nesse sentido que “o endereçamento à escuta de alguém de *fora*”²⁹ é algo importante nesse trabalho. Ou seja, a pessoa que escuta é também uma testemunha da experiência vivida, por ser aquela que “não vai embora, que consegue ouvir a narração do outro, que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro [...]”³⁰. Noutras palavras, uma testemunha é aquela que “institui o campo simbólico a partir do qual a narrativa pode se abrir para novas significações, rompendo o aprisionamento repetitivo da cena traumática”³¹.

É, então, a partir de uma escuta afinada aos afetos produzidos no encontro com o outro, que outras possibilidades de vida podem germinar, tanto naquele que escuta quanto no que narra a sua história. Uma escuta, então, que não se prende ao sintoma, pelo contrário, que o conecta ao sofrimento singular de cada um, como também o situa no coletivo, buscando a transformação do vivido em experiência compartilhada.

É nesse sentido que a produção da memória coletiva, por meio da construção de um documento público³², compõe o dispositivo da clínica de cuidado no que concerne ao enfrentamento do sofrimento psíquico no território em questão. Partimos do princípio, então, que o “esquecimento” produz a naturalização da violência e, conseqüentemente, a sua repetição. Diante disso, “é o trabalho da memória que permite o verdadeiro esquecimento, o desligamento das cargas libidinais fixadas às representações da cena traumática”³³.

²⁷ Coimbra, C.; Nascimento, M. L. *Programas compensatórios: seduções capitalistas?* Rio de Janeiro: UFF, 2005. Disponível em: <<https://app.uff.br/slab/uploads/texto27.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2018.

²⁸ Empresa responsável pela construção e implantação da usina de Belo Monte.

²⁹ Khel, M. R. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014, p. 311.

³⁰ Gagnebin, J.-M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2016, p. 57.

³¹ Khel, M. R. *Ressentimento*, op.cit., p. 311.

³² A elaboração do documento será feita a partir dos vários relatos e testemunhos obtidos durante a realização do trabalho, com a supervisão do núcleo de jornalismo do projeto.

³³ Khel, M. R. *Ressentimento*, op. cit., p. 311.

O que se percebe, em especial na região de Altamira, é que a tragédia provocada pela construção da usina não é algo pontual e isolado. Isto porque a tragédia ali se estrutura em forma de repetição, provocando uma espécie de retraumatização em seus habitantes na medida em que as marcas de violência se inscrevem nos corpos e se atualizam a cada episódio de violência. Sem a possibilidade de transmutar essas marcas num dizer, os efeitos doentios causados pela violência do trauma não cessam de atingir e de afetar aqueles corpos, inibindo ou até mesmo paralisando os movimentos de (cri)ação do viver.

Aqui vale citar uma série de tragédias ocorridas naquela região, como o ciclo da borracha, a construção da Transamazônica, a grilagem da terra, a exploração da pecuária e da madeira. Há muitos anos a imagem construída em torno da Amazônia, principalmente pelos governantes é a de um deserto verde, um lugar inabitado pronto para ser explorado e desenvolvido. Nesse cenário, muitas vidas foram, e continuam sendo, violentadas e massacradas de inúmeras maneiras, quando não exterminadas. O passado insiste em retornar no presente sem que as pessoas se deem conta desse ciclo de violência que se perpetua há décadas naquele lugar.

Na mesma região, há ainda tragédias anunciadas, caso da implantação da maior mineradora de ouro a céu aberto do país, a Belo Sun, projeto de uma empresa canadense. No momento, a licença para a construção do empreendimento está suspensa pela justiça, mas sabemos que existe ainda muita luta pela frente, por parte da comunidade, para impedir que tal projeto aconteça. Interessante notar que, nem todas as pessoas que vivem ali são contra a obra. Refiro-me aqui não só aos governantes políticos, mas também aos diversos moradores que veem na mineradora uma possibilidade de melhorar sua condição de vida, principalmente pelo fato de a região ser beneficiada com a criação de empregos. O que se percebe, em grande parte da população, é uma crença muito forte em torno da ideia do progresso e do desenvolvimento, favorecendo uma adesão maciça daquela aos discursos do governo e das empresas.

Nesse sentido, a documentação e a transmissão da memória que a Clínica de Cuidado se propõe a realizar tem uma importância pública no atual momento, pois “ [...] somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas ousar esboçar uma outra história, e inventar o presente”³⁴. A preservação pública da memória coletiva, desta forma, cumpre com duas funções: “na esfera pública, coletiva, a de jamais

³⁴ Gagnebin. J.-M. *Lembrar, escrever, esquecer*, op. cit., p. 57.

esquecer, para que a violência não se repita. Na esfera privada, pessoal, a de lembrar para poder esquecer e tecer novas experiências”³⁵.

É importante dizer que o trabalho de rememoração não consiste numa fixação no passado, até porque esse movimento poderia levar a uma polarização, em que se tem, de um lado, um algoz e, de outro, uma vítima. Ao contrário disso, o que se propõe é barrar esse ciclo de violência que os povos da região Amazônia vêm sofrendo cotidianamente, por várias décadas.

³⁵Katz, I; Brum, E.; Dunker, C. Refugiados de Belo Monte, op. cit.

Figura 4: Desmatamento na Floresta Amazônica



Fonte: Luciana Guareschi (2017)

UMA TERRA NÃO TÃO DISTANTE

Em Altamira³⁶ é muito difícil discernir as linhas do tempo, pois passado, presente e futuro se fundem a todo instante naquele lugar. Andando pelo centro, logo nos primeiros dias, me deparo com dois outdoors, localizados numa de suas avenidas principais, que nos oferecem pistas sobre aquela cidade. No primeiro, a imagem de um avião sobrevoando um bairro planejado de Altamira, aludindo à venda de lotes, estampava os seguintes dizeres: “O PROGRESSO aqui chega primeiro!”. No segundo, não era possível observar a imagem inteira, pois uma parte do painel já havia se deteriorado, provavelmente em função das chuvas intensas no inverno paraense. Mas a imagem que ali restou ilustrava a bandeira do Brasil, de fundo, com o rosto do ex-presidente Médici, governante do país na época da ditadura militar. Engraçado que, mais tarde, descubro que existe uma cidade próxima à Altamira chamada Medicilândia.

Aquelas imagens teimavam em continuar nos meus pensamentos à medida que caminhava pelas ruas da cidade. Mas o que elas queriam nos dizer? Em que medida tais imagens se aproximavam dos atuais modos de viver em Altamira?

Andava a passos lentos, bastante distraída com aquelas imagens, até que um som estridente de uma buzina, vindo de uma caminhonete imponente, espanta os meus pensamentos. Com o susto, resolvo parar para tomar água numa pequena lanchonete, localizada na esquina de uma avenida. O tempo estava abafado e precisava me recompor para fazer uma visita a um ribeirinho que estava morando na parte central da cidade. Mesmo no inverno, a temperatura em Altamira passa facilmente dos trinta graus.

Sento numa mesa e, ao lado, dois homens, que aparentavam ter uns cinquenta e poucos anos, conversavam em voz alta. Ambos vestiam calça jeans, botas de cano alto e chapéu de vaqueiro. Um deles me chamou muito atenção pelos seus penduricalhos de ouro. Era impossível não reparar no anel, em seu dedo menor, e no relógio de pulso que, de longe, esbanjavam riqueza e poder. Percebo que o diálogo entre os dois gira em torno do preço do gado, e segundo eles o valor de mercado da carne subia a cada dia. Estava claro que se tratava de uma conversa de negócios. Falavam sobre a expansão de terra para o pasto e o preço do

³⁶ Município localizado à margem esquerda do rio Xingu, a oeste do Pará. De acordo com último censo, a população conta com aproximadamente noventa e nove mil habitantes. IBGE. Censo Demográfico 2000. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=ES&codmun=150060&search=paralaltamiralinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

alqueires em Altamira. Quando a conversa se encerrou, os dois deram um forte aperto de mãos e, ao se despedirem, um deles falou: “*estou com um uísque escocês em casa, te espero lá para a gente fechar logo esse negócio, rapaz.*” Após isso, cada qual entrou em sua caminhonete luxuosa e seguiu viagem.

Eles partiram e eu fiquei ali, atônita. Aquela conversa havia me perturbado, levando-me a pensar na vida em Altamira, principalmente para os povos da floresta. Se os modos de existir dos ribeirinhos são determinados “por uma relação íntima com a floresta e o rio”³⁷, num estreito vínculo de pertencimento à terra, como é para eles viver numa cidade onde a terra é propriedade, ou ainda, sinônimo de disputa e de lucro?

Eram muitos os sinais que esta cidade emitia. Sentia que precisa caminhar mais, me embrenhar naquele lugar. Continuei, assim, a perambular pelas ruas da cidade. Durante o trajeto, passo por uma barbearia sofisticada que me chama muita atenção por sua enorme fachada de vidro, e por lojas de grife. Nesse instante, pareço estar em São Paulo, num bairro de elite, cheio de boutiques e de espaços pomposos. Mas ao ver passar, na avenida, uma moto com uma criança na parte da frente, encaixada na perna da mulher condutora, com uma outra na garupa carregando um botijão de gás, aliás, todas elas sem capacete, percebo que, de fato, estou em Altamira. Mas esta cidade que percebo agora é diferente também daquela Altamira dos fazendeiros, com suas caminhonetes potentes. Isto porque para uma parte da população que foi empurrada para a periferia, a forma de transporte na cidade é feita por motos, inclusive, não é incomum nos depararmos com uma motocicleta carregada de gente e de coisas nesta Altamira. De fato, a cidade que meu corpo percorria, num só dia, eram muitas. Quantas Altamiras ainda iria conhecer?

O sol forte fazia com que eu apertasse o passo rumo à casa de um ribeirinho. Ao longo do caminho, mal se viam árvores para nos abrigar do calor. Como pode uma cidade na Amazônia não ter quase nenhuma árvore? As árvores parecem ser um grande empecilho para muitos que ali vivem, principalmente para os fazendeiros, que veem uma terra “limpa” como um grande negócio, ou melhor, um grande pasto.

Mais adiante, entro numa rua de terra onde me deparo com o esgoto à céu aberto e com várias crianças brincando e correndo ao redor. Urubus também faziam parte dessa paisagem urbana: uns estavam em cima dos postes de luz e outros encontravam-se no chão, comendo o lixo esparramado no local. Bem próximo a esse lugar, notei que havia várias casas

³⁷ Brum, E. Vidas barradas de Belo Monte. 18 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.uol/noticias/especiais/vidas-barradas-de-belo-monte.htm#ser-rico-e-nao-precisar-de-dinheiro>>. Acesso em: 20 maio 2018.

de madeiras. Um homem passava de bicicleta por ali carregando no guidão várias galinhas vivas. Mulheres carregando seus filhos no colo andavam pela rua com guarda-chuvas, protegendo-se do sol.

A essa altura, já nem sabia mais aonde estava indo. Tudo ali me entristecia e enfurecia. As imagens dos outdoors apareciam forte em meus pensamentos. O PROGRESSO chega aqui primeiro para quem? Quem são as pessoas que se beneficiam do tal progresso? De fato, a cidade do progresso não era para todos.

Figura 5: Reassentamento Urbano Coletivo, Altamira/PA



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

ISSO A QUE DERAM NOME DE REASSENTAMENTOS URBANOS COLETIVOS

Os reassentamentos urbanos coletivos (RUCs), localizados na periferia de Altamira, foram construídos para “realocar”³⁸ algumas das famílias que viviam na beira do rio Xingu, sejam nas ilhas, nas casas de palafitas, ou ainda nos “beiradões”, e que foram expulsas de suas terras por conta da construção de Belo Monte. Tanto a população indígena e ribeirinha quanto a população urbana e pobre dos baixões de Altamira foi atingida pelos impactos da usina. O reassentamento, por si só, foi extremamente violento, pois além de serem forçadas a viver um outro modo de vida, modo este extremamente distante de sua cultura, não tiveram quase nenhuma informação e orientação acerca desse processo. Tampouco foram questionadas sobre qual o significado de *uma casa* para elas, uma vez que a retórica da Norte Energia³⁹, um discurso marcado pelo abuso de poder, é a de que “agora vocês terão a oportunidade de morar numa casa de verdade”. Mas, afinal, o que é uma casa de verdade?

Para o homem branco moderno e ocidental, reproduzidor da lógica capitalista dominante, uma casa de verdade é aquela que se pode chamar de “minha propriedade”, noutras palavras, nada mais é do que um bem material adquirido. Nesse sentido, uma casa é apenas uma estrutura, sendo que o que diferencia uma da outra é o seu valor de mercado, determinado sempre pelo material utilizado na construção, pela localização e área de extensão do imóvel. Já para a população ribeirinha, uma casa de verdade é um espaço de memória afetiva, carregado de histórias, relações e experiências. Como diz Antonia Melo⁴⁰, uma liderança popular do Xingu que foi arrancada do seu lugar pela Hidrelétrica de Belo Monte,

uma casa é como plantar uma árvore. As raízes vão profundamente embaixo da terra, lá embaixo elas se agarram, para que vento, vendaval, tempestade, e até mesmo uma alagação, não a derrubem. As raízes de uma casa são bem profundas. Os filhos e os netos vão embora, mas a casa fica. E a gente embeleza a casa com a natureza, com as árvores, com o que a gente gosta. E embeleza também com as

³⁸ Eliane Brum fala da importância de se utilizar essa palavra em parênteses como forma de produzir sempre, naquele que lê, um certo estranhamento. A remoção é um termo técnico bastante utilizado no contexto atual, mas que carrega em si práticas de expulsão e de violência, em prol do desenvolvimento. Chama à atenção para a popularização desse termo nas obras da Copa do Mundo, em 2014. Brum, E. Belo Monte, empreiteiras e espelinhos. *El País*, 7 de julho de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html>. Acesso em: 10 fev. 2018.

³⁹ Empresa concessionária formada, em grande parte, por empresas públicas (Eletrobrás, Eletronorte, Companhia hidroelétrica de São Francisco/ Chesf, e por fundos de pensão, Petros e Funcep). Para construir a hidrelétrica a Norte Energia contratou o consórcio construtor Belo Monte, formado pelas gigantes do setor de construção, tais como Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez. (Ibidem).

⁴⁰ Brum, E. O dia em que a casa foi expulsa de casa. *El País*, 14 de setembro de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/14/opinion/1442235958_647873.html>. Acesso em: 10 fev. 2018.

árvores que dão alimento. Eu plantei com as minhas mãos todas as belezas que estão aqui e que hoje me dão frutos e me dão forças pra resistir ao barulho dos tratores derrubando tudo. Uma dessas árvores é o açazeiro. [...]. Mas tem o cupuaçuzeiro, de cupuaçu, e a mangueira, que dava tantas mangas e tão saborosas que eu botava na calçada para os vizinhos e quem passasse pegar. *“Uma casa é isso, é onde a gente se sente feliz, mesmo sem ter dinheiro. Estar dentro da sua casa é ser grande.”*

Foi a Norte Energia, o empreendedor⁴¹, uma palavra moderna para a figura do “colonizador”, quem decidiu o modelo de habitação daquelas pessoas, não levando em conta suas vontades, opiniões, seus afetos, enfim, seus modos de existência. Inclusive, muitas delas, analfabetas, foram coagidas a assinar com o dedo o contrato de desapropriação elaborado pelo empreendedor, sem que ao menos pudessem entender, de fato, os efeitos reais desse processo em suas vidas cotidianas. Quando se deram conta disso, era tarde demais, pois já haviam perdido suas casas na beira do rio e sido “realocadas” para as margens da cidade de Altamira. Há também aquelas que receberam do empreendedor uma indenização e cartas de crédito⁴², cujo valor não foi suficiente para reconstruir suas vidas no meio urbano. Nesses casos, acabaram tendo que morar de favor em casas de parentes e/ou amigos. Outras ainda nem foram reconhecidas como pessoas atingidas pela implantação da usina e, por isso, não receberam nenhuma indenização e, não conseguiram moradia nos RUCs.

Mas a violência não se encerrou aí, pois a forma como a “remoção” se deu foi marcada por inúmeras perversidades e brutalidades, como, por exemplo, o rompimento dos laços de afetos e de solidariedade entre elas e entre elas e meio, na medida em que foram separadas de seus vizinhos, amigos, familiares, enfim, do seu lugar de pertença. Hoje, num espaço desprovido de comunitária, totalmente estranho, muitas vezes sentido como ameaçador, e distante de tudo, sobretudo do rio, eles não se reconhecem nesse modo de vida que lhes foi imposto. Além disso, como os pescadores poderiam prover o seu sustento, já que o rio fica a quilômetros de distância do Água Boa⁴³? Sem acesso ao transporte público, os moradores acabam dependendo dos motoristas particulares que cobram, por exemplo, pelo percurso RUC Água Boa– Rio Xingu em torno de 50 reais, somente a viagem de ida.

Assim como os RUCs, outros equipamentos e serviços básicos deveriam ter sido construídos próximos às novas moradias para atenuar os impactos causados pelo processo de

⁴¹ Katz, I.; Brum, E.; Dunker, C. Refugiados de Belo Monte, op. cit.

⁴² Ibidem.

⁴³ Nome fictício dado a um dos conjuntos habitacionais construídos em Altamira para “realocar” os atingidos por Belo Monte.

implantação da hidrelétrica. Esse conjunto de instalações faz parte das condicionantes⁴⁴ a serem cumpridas pela Norte Energia, consórcio responsável pela obra, com a contrapartida do município, sendo este corresponsável pela aplicação e fiscalização⁴⁵ dos recursos. Entretanto, o que se viu foi o não cumprimento daquelas e a omissão do governo, desembocando numa precariedade dos serviços públicos, quando não numa ausência total destes. Em meio à precariedade, vivendo em “casas de verdade” aos olhos dos “colonizadores”, os modos de existir da população ribeirinha foram aprisionados num modo de existir hegemônico em nossos dias, pautado por um “modelo chamado de desenvolvimento”, como diz Antônia Melo⁴⁶.

⁴⁴ Envolve a construção de políticas públicas, como por exemplo a implantação de hospitais, unidades básicas de saúde, saneamento básico, entre outras.

⁴⁵ É de responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama).

⁴⁶ Brum, E. O dia em que a casa foi expulsa de casa, op. cit.

NAS TRAVESSAS DA ÁGUA BOA

Nas margens da cidade
Efeitos da barragem
Impedem a passagem
do viver

Veem-se

Rios enclausurados
Sob grades e muros
Peixes fora d'água
Sem o rio e a mata
Árvores cortadas
Raízes esfaceladas

Mas nas travessas desertas,
onde casas azuis e laranjas
são povoadas
por ribeirinhos, pescadores, mulheres e crianças
Histórias de lutas são inscritas
naquelas ruas de concreto

Fazendo a Vida resistir
Brotar
Nas hortas
daquelas terras áridas e estranhas
E assim passar

Uma história dentro da história⁴⁷

Foi num final de tarde que chegamos à moradia do Sr. João, de quase cem anos. A casa, cheia de grades nas janelas e porta, estava toda fechada, o que nos fez suspeitar que não houvesse ninguém. Mas, ao tocarmos a campainha fomos surpreendidos por uma criança risonha que, rapidamente, foi chamar o avô. Enquanto isso, ainda do lado de fora, observávamos atentamente aquela casa de tijolo e cimento, que já apresentava sinais de deterioração com suas rachaduras enormes e manchas de infiltração na parede.

Na sala, quatro crianças assistiam televisão; com a nossa chegada, elas dirigiam seus olhares atentos e curiosos para nós. Inclusive, uma delas perguntou quem éramos e o que nós queríamos com o seu avô. A espontaneidade daquela criança foi tão forte que nos pegou de surpresa com suas perguntas. Era a primeira vez que visitávamos uma família desde que havíamos pisados os pés naquela terra. A princípio, demos uma gaguejada ao tentar responder. Dissemos que fazíamos parte de um grupo que estava ali para escutar as histórias de vida das pessoas que moravam na beira do rio, e sabíamos que o seu avô era conhecido por muitos de lá, do beiradão⁴⁸, como um grande contador de estórias.

Nesse instante, duas mulheres vindas do fundo nos observavam também, mas somente uma delas, com um bebê no colo, se aproximou e disse que seu pai já estava vindo e que nós poderíamos entrar e esperá-lo dentro de casa. Num gesto cordial, ela puxou com apenas uma mão duas cadeiras de ferro e nos convidou para sentar. Enquanto aguardávamos, perguntava-me quantas pessoas moravam naquela casa pequena, de apenas cinco cômodos, que provavelmente não passava de 60m². Notei, rapidamente, que aquela casa abrigava, além do ancião, duas mulheres, quatro crianças, um bebê de colo, sem contar um cachorro e dois gatos.

Ficamos ali, por um tempo, interagindo com as crianças, até que o Sr. João saiu de um dos quartos e se dirigiu a nós, bem lentamente, com a ajuda de uma de suas filhas. Ele, um homem corcunda, de olhos castanhos e olhar fundo, de pele morena e de aparência frágil, se aproximou de nós e, com um sorriso, estendeu as mãos trêmulas para nos cumprimentar.

Com um tom de voz rouco e baixo, começou a narrar sua história de vida, antes mesmo de perguntar os nossos nomes e de saber sobre o nosso trabalho. Nordestino, do Ceará, veio

⁴⁷ Essa história foi inspirada no livro *Caminhos de liberdade: a luta pela defesa da Selva*, no filme *Iracema: uma transa amazônica* e em textos acadêmicos.

⁴⁸ Maneira como os ribeirinhos se referem às casas de palafitas localizadas à margem do Xingu.

ainda jovem para o Pará, em meados de 1943, fugindo da seca que fazia a sua vida e de toda sua família minguar um pouco a cada dia. Lembra-se de que nem mesmo as oferendas e as rezas brabas a São José faziam o céu desabar. A chuva era coisa do nunca. Num certo dia, decidiu caminhar sob o sol escaldante até o povoado mais próximo do sítio onde morava, para vender o único boi que havia sobrado. Não imaginava que naquele momento sua vida ganharia outros rumos. Com uma pequena quantia de dinheiro no bolso, após a venda do animal, ele caminhou por entre as ruelas da feira para comprar alguns mantimentos para a família, e, no percurso, escutou alguém dizendo, em voz alta: “venham lutar pelo Brasil na batalha da borracha⁴⁹! Deixem para trás uma vida de miséria, escassez e sofrimento. Venham para a Selva Amazônica, um lugar de abundância, onde não falta água, terra e nem comida. Seja um soldado, venha compor o exército da borracha e levar o desenvolvimento àquela terra ainda inabitada! Faça parte da história de nosso país!”.

Decidiu, então, abrindo caminho para uma multidão curiosa que rapidamente se formava, aproximar-se daquele homem que falava com tamanha desenvoltura e convicção. Ele, um homem alto, cabelo engomado, esbelto e, por sinal, muito bem vestido, explicava com detalhe e entusiasmo o pacto entre o Brasil e os Estados Unidos, de modo que as pessoas ali presentes mal conseguiam piscar os olhos. Foi a primeira vez que João teve notícias da II Guerra Mundial. A borracha⁵⁰ havia se tornado um produto estratégico e indispensável à manutenção do aparato de guerra, e o Brasil, por possuir a maior reserva natural de borracha do mundo, acabou se transformando em alvo dos interesses norte-americanos. Os Estados Unidos, e os demais países aliados⁵¹, tiveram que buscar outros meios de adquirir a borracha, já que o Japão⁵², o maior fornecedor dessa matéria-prima, havia declarado guerra àqueles países, comprometendo a fabricação de seus produtos bélicos.

⁴⁹ Em 20/05/1943, o presidente Getúlio Vargas faz o seguinte pronunciamento em rede nacional: “Seringueiros! Dediquei todas as energias à batalha da borracha, precisamos de mais borracha, pois é sobre ela que se encontra a guerra moderna. Pois são grandes os equipamentos que necessitam da goma elástica, produzidas sem repouso, [...]. Nas guerras modernas não fazem parte somente os soldados que estão no campo de batalha, mas, toda a nação: homens, mulheres, crianças. A vós desbravadores da Amazônia, sois mais importantes soldados, Unidos veremos sibilhar a bandeira do Brasil” (Pontes, C.F. A guerra no inferno verde: segundo ciclo da borracha, o front da Amazônia e os soldados da borracha. *South American journal of basic education, technical and technological*. v.2, n.1, p. 56-57, 2015).

⁵⁰ Durante a II Guerra Mundial, a borracha passou a ser o *nervo da guerra*, “uma matéria-prima tão necessária e cobiçada quanto o aço ou o petróleo” (Moro, J. Caminhos da liberdade: a luta pela defesa da selva. São Paulo: Planeta, 2011, p.27).

⁵¹ Inglaterra, França e Rússia.

⁵² Em 1942, os japoneses “havam invadido as colônias inglesas da Malásia e de Bornéu. [...] A partir do ataque a Pearl Harbor, 97 por cento das plantações caíram em mãos nipônicas, privando os mercados ocidentais do abastecimento de quase toda a sua borracha.” (Moro, Javier, op. cit., p.27).

O tal homem reforçou que o plano de aumentar a produção de borracha beneficiaria ambos os países. De um lado, os Estados Unidos conseguiriam se manter na guerra com seus armamentos, além de voltarem a produzir produtos de borracha, do outro lado, o Brasil poderia recuperar o monopólio da borracha ao desenvolver a região amazônica, que encontrava-se mergulhada numa completa apatia desde que os ingleses haviam retirado do país o domínio daquela valiosa matéria-prima.

Para levar adiante a estratégia de “construir a vitória e recuperar a Amazônia”⁵³, o homem, que se apresentou como funcionário de um órgão criado recentemente pelo governo, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), disse que era preciso recrutar um grande número de trabalhadores, em especial do Nordeste. Como recompensa, além de honra, cada soldado teria direito a 60% do ganho da produção da borracha e a uma pensão, graças a um fundo oferecido pelos norte-americanos, sem contar os benefícios financiados pelo governo, como transporte/alojamento durante a viagem e assistência médica aos seringueiros e suas famílias. Havia também a promessa de que o seringueiro teria grande facilidade em adquirir um pedacinho de terra no coração do Brasil. Não faltavam, assim, incentivos para atrair milhares de trabalhadores nordestinos à floresta amazônica.

João, que até então tinha perdido a coragem pela vida, se viu cheio de valentia e esperança. Ele não precisava mais desistir da vida, já que indo para a Amazônia seria capaz de ajudar a família, reduzida à miséria por conta da seca. Contudo, mal sabia ele os perigos que encontraria pela frente naquela expedição cheia de ilusões e otimismo.

Aliás, seu pai, que já havia ido para as bandas de lá durante o primeiro ciclo da borracha, ficou muito apreensivo com a decisão do filho, pois sabia que a vida naquele lugar não seria nada fácil. Inclusive, ele era uma das poucas pessoas que havia conseguido voltar vivo da Selva Amazônica e ainda fazer um pé de meia. Mas nada tiraria da cabeça de João a ideia de se tornar um “heroico soldado da borracha”.

□

Com apenas a roupa do corpo, João partiu rumo à Fortaleza, num caminhão apinhado de gente. Ao chegar no litoral, encontrou-se pela primeira vez com o mar. Uma alegria enorme tomava conta de seu corpo, mas logo pensou em sua família que ficava para trás naquele

⁵³ Ibidem, p. 32.

sertão, onde a água era a coisa mais rara de se ver. Entristeceu-se. Mas isso não o fez desistir de seus planos. Segurou o choro e voltou a pensar na sua vida dali para frente, quando foi interrompido por um homem com uma lista na mão, verificando os nomes dos trabalhadores que embarcariam para o Norte do Brasil.

O primeiro desafio logo surgiu, era preciso arranjar um lugarzinho no meio do tanto de gente que embarcou naquele barco. Foi no canto direito da embarcação, perto do motor, que aquele jovem sonhador se ajeitou. Mesmo espremido naquela gaiola⁵⁴, e com o forte ruído do motor que não dava sossego, seus olhos não deixaram de navegar nas águas daquele rio sem fim por onde o barco seguia viagem.

Na primeira noite, estava tão excitado com a viagem que foi difícil conseguir pegar no sono. Viu o dia amanhecer, a manhã avermelhava com os raios de sol. Mas, no fim da tarde, o céu pretejava como se fosse noite, tomado por nuvens carregadas de água. A chuva começou a cair com tanta intensidade que o rio rapidamente se agitou, formando ondas enormes. A embarcação parecia que não iria aguentar firme na superfície do rio, diante da forte tempestade.

João permaneceu encolhido, com os olhos bem fechados, segurando forte o mastro do barco. Após algum tempo naquela mesma posição, não sentia mais a chuva cair em seu corpo. Foi então que abriu os olhos e viu que o dilúvio havia passado e o céu era de azul sem fim. A embarcação seguia viagem, agora, pelas águas calmas dos rios caudalosos, porém com três pessoas a menos.

A travessia de barco até Belém durou cinco dias, o suficiente para deixá-lo com uma sensação forte de desequilíbrio e tontura que perdurou nos dias seguintes. Além disso, o cansaço, mais a fome, deixaram João bastante irritado. Sentia-se prostrado, contudo, sabia da necessidade de firmar seu corpo naquele solo estrangeiro. Era preciso agir.

Recordou-se que até o momento não havia assinado ainda nenhum contrato de trabalho. Sentia-se aflito, mas não sabia o que fazer dali em diante. O clima extremamente quente e úmido de Belém dificultava o seu pensar, além de cobrir seu corpo de um suor que desconhecia.

Permaneceu no porto por um bom tempo. Havia ali uma multidão de pessoas perdidas, assim como ele. Até que um rapaz alto, robusto, de pele negra, barbudo, cabelos longos e crespos,

⁵⁴ Nome dado pelos seringueiros aos navios fluviais que transportavam os migrantes nordestinos à floresta amazônica. Cf. Moro, Javier, op. cit., p. 41.

que aparentava ter a sua idade, se aproximou e começou a puxar assunto. Ele se chamava Mauro, e também vinha do sertão do Ceará fugindo da seca.

Bastaram poucos minutos de conversa para daquele encontro nascer uma amizade. Apesar de eles terem muita coisa em comum, principalmente por conta da vida árdua que ambos enfrentaram no sertão cearense, foi a diferença entre seus modos de ser que tornou aquele encontro potente. João, um jovem acanhado, ressabiado e bastante calmo, dava um boi para não entrar numa briga. Mauro, por sua vez, era um jovem rebelde, impulsivo e de temperamento forte. Era tão esperto e articulado que dificilmente alguém conseguia lhe passar a perna. Juntos saíram à procura de informações sobre o contrato de trabalho que precisavam assinar para regularizar o ofício de seringueiro.

A noite se aproximava, e os dois se viram sem rumo e sem um tostão no bolso. Descobriram um alojamento para migrantes no centro da cidade e decidiram caminhar até lá; era um precário barracão de alvenaria, sem nenhuma higiene, conforto e ventilação, longe disso, o alojamento se tornou um depósito de pessoas doentes e sem emprego. Havia ali migrantes de várias partes do Brasil que vieram para a Amazônia no afã de ganhar a vida. Contudo, tiveram seus sonhos interrompidos por não conseguirem arranjar um trabalho na selva⁵⁵. Sem um ofício, aqueles forasteiros acabavam se tornando vagabundos aos olhos da sociedade, restando-lhes apenas à mendicância. Muitos deles, mais tarde, acabavam morrendo de malária, tifo ou meningite, doenças que se propagavam, naquela época, na região amazônica, sem que o governo nada fizesse.

João e Mauro sabiam que era preciso agir rápido, caso contrário morreriam à mingua, como muitos ali. Após uma noite desgraçada de ruim, passada numa estreita esteira de palha em meio a baratas, moscas e ratos, saíram bem cedo pelas ruas de Belém à procura de comida. Fazia um dia que estavam sem comer. Como não tinham um tostão furado no bolso, resolveram pedir ajuda aos transeuntes que passavam por uma praça bastante movimentada da cidade, perto do Teatro da Paz, um edifício luxuoso e imponente construído em 1878, durante o período áureo do ciclo da borracha.

Foi muito difícil conseguir uns trocados, e pouco que juntaram deu para dois pães com manteiga e dois pingados. Notaram que grande parte das pessoas abordadas por eles, ao perceberem seus sotaques os olhavam com desdém. Tinham a sensação de que aquelas pessoas falavam pelos olhos “nordestino é tudo vagabundo, não gosta de trabalhar”. Uma

⁵⁵ No início de 1943, dos 10 mil homens levados a Belém e a Manaus, somente novecentos foram encaminhados à selva. Cf. Moro, Javier, op. cit., p. 37.

coisa era certa, a ideia de viver de esmolas não lhes agradavam em nada, pelo contrário, era uma grande humilhação.

Ao saírem do estabelecimento, um homem de meia idade, barrigudo, vestido com uma calça jeans apertada, botas de couro e chapéu, aproximou-se dos dois, dando início a uma conversa. Ele era capataz de um grande seringalista em Altamira, no interior do Pará, e procurava por pessoas boas de serviço e em busca de um futuro promissor. Disse que aquele território era muito rico, pois havia muitas árvores-da-borracha, de troncos rechonchudos, prontas para se extrair látex da melhor qualidade. Enquanto ele falava, os dois amigos olhavam um para o outro, mostrando-se satisfeitos e animados com a possibilidade que entreviam. O desânimo e o medo cederam novamente lugar ao entusiasmo e à coragem.

A clausura de uma vida

Eram três horas da tarde, o dia estava muito quente e não avistávamos no Água Boa nenhuma árvore que pudesse nos servir de refúgio. Sentíamos-nos um tanto perdidos e confusos diante daquelas casas todas iguais, e não havia uma pessoa sequer na rua para nos ajudar a localizar o endereço procurado.

Após algum tempo perambulando pelas ruas do bairro, encontramos a casa que procurávamos, que estava toda fechada. Batemos várias vezes na porta e só tivemos a certeza que havia gente quando escutamos algumas vozes vindas do seu interior. Foi então que uma senhora de um 60 e poucos anos, de estatura baixa, pele morena e enrugada, abriu a porta da casa, nos convidando para entrar. Logo que entramos, a senhora fechou rapidamente a porta, com um ar assustado. Reparámos que as janelas laterais também estavam fechadas, impedindo que a luz e o ar entrassem. A casa parecia uma pequena cela.

Já me sentia esfacelada com o calor da rua, e agora, com a quentura da casa toda fechada, sabia que não aguentaria muito mais tempo. Sentia-me sufocada. E foi a partir de um mal-estar que invadiu meu corpo que a conversa com ela se iniciou, já que esse afeto disparou em mim uma necessidade de compreender como era possível viver de uma forma tão encarcerada, e como esse modo de vida enclausurado e asfixiante a afetava. Apostávamos que essas questões seriam o fio condutor do nosso primeiro encontro com Dona Clô. Entretanto, antes de a conversa prosseguir, perguntei se era possível abrir um pouco a janela, por conta do calor. Ela, então, abre uma pequena fresta da vidraça e retruca: “estou tão acostumada a ficar nessa casa toda fechada que nem havia notado que o sol lá fora está raiando forte”. Nesse momento, percebi que era importante habitar aquele mal-estar para poder acompanhar a sua história.

Dona Clô, como era conhecida por seus vizinhos onde morava antes, traz em seu corpo as marcas do medo e da insegurança provocadas por uma vida encerrada em si mesma. Seu olhar cabisbaixo e sua feição de tristeza denunciavam que algo em sua existência não anda muito bem. Na Água Boa, não conhece ninguém, pois todos que vivem nesse bairro são figuras estranhas para ela, ao contrário de quando morava nas casas de palafitas, onde passava a maior parte do tempo do lado de fora, na porta de sua casa, conversando com seus vizinhos e conhecidos. O interessante é que, ao se lembrar dessa parte de sua história, ela abre um sorriso tímido para nós, e fala: “vizinho é aquele que cuida da gente, da casa do outro, e que a gente sente confiança. Uma amizade que se constrói durante anos de convívio”.

Desde que mudou para a Água Boa, sua vida se restringe a alguns cômodos da casa. Conta que passa a maior parte do dia sozinha, escutando rádio ou assistindo a televisão, deitada no sofá, quando não na cama, sempre à espera de seus dois filhos que só chegam em casa à noite, depois do trabalho. A solidão a perturba, aperta o peito e dá um nó na garganta. Às vezes, pensa em acabar com o seu sofrimento tirando a sua própria vida, mas logo vem a imagem de seus filhos e netos, e daí ela desiste da ideia. Dona Clô diz: “ sempre tive medo da solidão e agora vivendo aqui, isolada do mundo, dos meus amigos e familiares, todo dia ela bate na minha porta.”

Mas os ruídos de fora também a assustam. Já escutou muitas notícias na rádio sobre o aumento da violência em Altamira, principalmente nos RUCs. Inclusive, um dia desses viu na televisão que Altamira foi considerada a cidade mais violenta do país⁵⁶. Recordar-se que, logo no início, quando se mudou para lá, ouvia frequentemente tiros a qualquer hora do dia ou da noite. Descobriu mais tarde, que muitos traficantes de diferentes facções foram “realocados” na Água Boa, mas, com a morte de alguns deles, a Norte Energia tomou a iniciativa de distribuí-los em diferentes conjuntos habitacionais. Entretanto, mesmo sem o barulho de tiros, Dona Clô vive assustada, pois o medo e a tensão constante fazem parte de seu cotidiano.

É importante dizer que muitos outros elementos compuseram a história de Dona Clô. Por sinal, uma história de vida difícil, acompanhada de muita luta, força e movimentos. Aos dezenove anos, quando morava nas margens do rio Iriri, conheceu um garimpeiro e logo depois casou-se, tendo com ele três filhos. Numa das vezes em que seu marido saiu para trabalhar, ele desapareceu e nunca mais voltou para casa. Ela, na época, carregava em seu ventre o terceiro filho. A esperança de que ele pudesse voltar a movia, ou ainda, a mantinha viva. O tempo já não era mais medido pelas horas e sim pela dor provocada por um amor que se foi, sem deixar rastros, e que aumentava em seu peito a cada dia. Ela o esperou por muito tempo, “presa” nesse amor, até que se deu conta que já havia se passado três anos. A vida precisava seguir, sentia que não poderia mais viver à espera dele.

Resolveu então morar com sua mãe, junto de seus filhos, nas margens do Xingu. Ao lado dela e de alguns irmãos descobriu sua força para lutar e não desistir da vida. Começou a pescar e a lavar roupa no rio para garantir o sustento de sua família. Nesse ínterim, seis meses após a morte de sua mãe, conheceu o seu segundo marido, o Juvenal, e foi com ele morar no

⁵⁶ “Segundo o Observatório de Homicídios do Instituto Igarapé, com base em dados de 2015, Altamira apresenta uma taxa de 124,6 mortes por 100 mil habitantes. Para compreender o que isso significa, vale comparar com o índice do Rio de Janeiro: 21,8 mortes por 100 mil habitantes. Parte tanto do aumento da população como da violência é atribuída à construção de Belo Monte, que atraiu milhares de pessoas a uma cidade sem infraestrutura e provocou uma profunda desorganização social”. Brum, E. Vidas barradas de Belo Monte, op. cit.

Baixão⁵⁷. Deste relacionamento, teve mais quatro filhos, permanecendo casada durante dez anos.

Passou por maus bocados com o seu segundo marido. O amor mais uma vez a aprisionava, a mantinha como refém. Como o Juvenal sentia muito ciúmes dela, Dona Clô raramente saía de casa para evitar desavenças entre eles. Passava a maior parte do tempo enclausurada em sua moradia, restrita aos afazeres domésticos. As brigas entre o casal eram frequentes e, nesses momentos, ele a agredia verbalmente. Como ela mesmo diz, “ele me machucava de palavras e não de pancada”. Até que chegou um dia em que, após uma discussão entre eles, o Juvenal pegou suas coisas e nunca mais voltou para casa. Dona Clô, então, se viu novamente sozinha, mas dessa vez com sete filhos para criar. Ao mesmo tempo que sentia-se abandonada, sentia-se livre para viver a sua vida. Continuou lavando roupa e pescando no rio, e tempos depois seus filhos mais velhos passaram a ajudá-la no sustento da família.

Desse modo, pôde realizar o sonho de aprender a ler e a escrever. Matriculou-se numa escola perto do Baixão, e toda noite se enfeitava e saía de casa para estudar. Lá se tornou uma mulher letrada, e também uma pessoa querida por muitos que a conheceram. Conta que seu maior passatempo era escrever cartas para seus amigos, professores e parentes distantes. Nesse instante, ela vai até o quarto e pega uma caixa de sapatos. Ao abri-la, mostra as cartas de amor que escreveu para o seu primeiro marido, que partiu sem ao menos dizer adeus. Dona Clô encontrou uma maneira de poder dizer, através das cartas, tudo aquilo que estava aprisionado dentro de si, algo que nunca pôde ser dito. As palavras a confortam, porém a saudade ainda atormenta e o amor permanece vivo.

Com a construção da barragem de Belo Monte, a escrita de cartas já não faz mais parte do seu dia a dia. As palavras foram barradas, tal qual a água. Desde que foi morar na Água Boa, não escreveu mais nada, nenhuma linha sequer, inclusive nunca mais foi à escola⁵⁸. Recordar-se da cena que presenciou, no dia em que foi expulsa do Baixão, quando o trator passou por cima das casas destruindo em segundos toda a vida que havia ali. Para ela, foi muito difícil ver o lugar onde viveu por trinta anos sendo devastado num piscar de olhos e se tornar um amontoado de escombros. Como a sua casa, seu dizer também foi soterrado, sufocando assim o pulsar da vida.

⁵⁷ Bairro de Altamira onde as casas são de palafita, localizado na beira do Rio Xingu.

⁵⁸ No Água Boa, ainda não foi construída nenhuma escola. Os moradores desse bairro têm muita dificuldade em acessar esse serviço, já que o transporte público também é inexistente.

De lá para cá, seu corpo sucumbiu, e, aos poucos, foi perdendo sua saúde e vitalidade. Vida barrada por Belo Monte. É no corpo que os efeitos dessa barragem se instalam. Como ela mesmo diz: “só vivo doente, sinto dor no umbigo, dor no pé, dor no joelho. Começou tudo aqui, não sei porque, depois que vim parar nesse lugar fiquei assim, cheia de dores. Não tinha nada lá, a água do rio me curava”. Hoje, não consegue ver saída para o seu sofrimento. Sente que lhe falta força para cuidar de si, “*o corpo fica sem coragem*”.

À medida que escutava a sua história, perguntava-me como dar passagem aos fluxos da vida obstruídos pela barragem. A escuta possibilitava a Dona Clô narrar a sua própria história e encontrar um dizer para aquilo que a afligia e a fazia sofrer. Ela mesma, ao longo dos encontros, se dava conta da força que habitava o seu corpo, já que em vários momentos de sua vida conseguiu traçar desvios diante de um modo de viver aprisionado. Ou seja, ao mesmo tempo que a existência era sufocada, a vida resistia e insistia em germinar. Ora, não seria esse o trabalho da clínica, o de acompanhar os fluxos, as forças, ou ainda, os movimentos do viver?

Mas, dessa vez, o sofrimento vivido tinha contornos específicos, já que o sufocamento da vida era decorrente de inúmeras violências, em especial a do próprio Estado, produzidas a partir da construção de Belo Monte. Agora, seu corpo encontrava-se tomado por uma paralisia, no limite de uma impotência. E sua casa toda fechada era um vestígio de uma vida que se enclausurava, dia após dia, na solidão, no medo e na tristeza.

Nosso último encontro chegou ao fim. Sentia no meu próprio corpo o estancamento da vida, desde o nosso primeiro contato. É no *entre* os corpos que algo se passa no exercício da clínica. De fato, aquela vida enclausurada produzia em mim afetos, ora um sufocamento ora uma impotência. Parecia que não havíamos conseguido reanimar aquela vida que se apequenava e se fechava. Quais seriam os efeitos do nosso encontro na vida de Dona Clô?

João e Mauro partiram então rumo à Altamira numa gaiola, mas desta vez a viagem durou apenas dois dias. Ao chegarem naquela pequena cidade, à margem do Xingu, de aproximadamente 10 mil habitantes, se depararam com ruas empoeiradas, pescadores vendendo peixes frescos de porta em porta, pessoas conversando fiado em frente de suas casas de madeira e com um pequeno comércio local. Como estavam de passagem, mal puderam descansar naquele lugar pacato. Antes do anoitecer, na companhia do capataz, seguiram em direção ao seringal numa caminhonete.

Durante o caminho, João se impressionou com o céu tingido de vermelho naquele fim de tarde que, de tão bonito, se assemelhava a uma pintura feita à mão. O verde escuro da mata dava um tom a mais naquela paisagem. À medida que se aproximavam do seringal, a estrada de terra se estreitava e eles se embrenhavam cada vez mais na floresta. Não demorou muito para o capataz parar o carro e dizer que dali em diante o percurso teria que ser feito a pé até o barracão, onde receberiam as instruções para o trabalho e passariam a primeira noite na floresta.

Ao chegarem no barracão, um lugar escuro e malcuidado, o capataz foi logo entregando para eles o uniforme e os instrumentos necessários para a extração do látex, junto com uma folha de papel contendo todas as despesas pagas até o momento pelo patrão. O capataz, chamado de patrão pelos seringueiros, enfatizou que deveriam acertar o que deviam a partir do trabalho e do esforço deles. Tal dívida, na época, “chegava ao equivalente a 6 mil libras de borracha”⁵⁹, valor este que os seringueiros “levariam seis anos para devolver!”⁶⁰ Pegos de surpresa, João e Mauro ficaram sem entender que dívida era aquela, já que a informação recebida por eles, durante o recrutamento no Ceará, era a de que toda despesa seria paga pelo governo.

O capataz, até então sentado, deu um pulo da cadeira, dizendo furioso que o contrato que regia ali era o do patrão, e por isso eles teriam que pagar a viagem feita desde o Ceará, além dos materiais necessários à produção da borracha e à sobrevivência na floresta. Disse com todas as letras que estava ajudando os dois com esse adiantamento de mercadorias.

Os amigos se olharam estarecidos e indignados. Mauro, tomado por uma imensa raiva, responde que não tinha sido esse o combinado. Para ele, o capataz os estava roubando descaradamente. Diz, em alto e bom som, que não aceitaria que ninguém lhes passasse a

⁵⁹ Cf. Moro, Javier, op. cit., p. 61. Durante o ciclo da borracha, os seringalistas recebiam em libras esterlinas como forma de pagamento pela exportação dessa matéria-prima.

⁶⁰ Ibidem.

perna. O comentário enfureceu o capataz, que rapidamente retrucou, pegando uma pistola num dos armários do barracão, apontando-a para eles: ↓ A partir de hoje, vocês só poderão sair deste seringal quando tiverem liquidado a dívida que contraíram ao virem para cá. Essa é a condição pra vocês se manterem vivos hoje.

De fato, eles não sabiam que, a partir do momento em que se alistaram na Batalha da Borracha, haviam se tornado escravos de uma dívida sem fim. Por mais que se sentissem violentados e injustiçados, percebiam que não havia muito o que fazer a não ser aceitar que estavam absolutamente presos ao dono do seringal. Isto porque, “ali, reinava a lei do mais forte, e na selva o mais forte era o patrão”⁶¹. Enfim, foi difícil para os dois acreditar que haviam sido vítimas “de uma gigantesca fraude auspiciada pelo governo de seu próprio país”⁶². Aliás, eles eram apenas “mais uma vítima entre os 50 mil flagelados do Nordeste que haviam se alistado nesse exército sem comando nem direção”⁶³. No fundo, não se podia esquecer que “a própria história da borracha havia sido uma história de violência e de sangue”⁶⁴.



João e Mauro pagaram caro por suas atitudes questionadoras e audaciosas. Como forma de punição, o capataz os enviou para diferentes colocações⁶⁵, distantes uma da outra. Por conta disso, ficaram muito tempo sem se encontrar e sem ter notícias um do outro, inclusive, no início, tinham pouco contato com quaisquer outras pessoas. Talvez a solidão e o isolamento tenham sido a coisa mais difícil enfrentada por eles na floresta, apesar das condições ruins e injustas de trabalho. Não que o dia a dia no seringal fosse uma tarefa fácil, mas é que a dor de uma vida solitária era algo com o que eles não se acostumavam.

João teve a sorte, tempos depois, de conhecer outros seringueiros que moravam próximos da sua colocação. Nos finais de semana, almoçavam juntos, davam risadas, tomavam banho no rio Xingu e conversavam sobre a vida. Aos poucos, ele foi se familiarizando com a floresta, conhecendo seus mistérios e encantos, aprendendo sobre a vida que jorrava em todos os seus

⁶¹ Cf. Moro, Javier, op. cit., p. 62.

⁶² Ibidem.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Área do seringal onde a borracha era produzida e as casas dos seringueiros se localizavam.

cantos. Descobriu por exemplo, que as árvores eram gente como nós, dotadas de uma singularidade, por isso era preciso muito respeito e cuidado ao tocá-las. Por sua vez, Mauro continuava sozinho em sua colocação, sem contato algum, enclausurado numa tristeza e melancolia sem fim.

Após um tempo, João acabou conhecendo a filha de um seringueiro mais velho, casando-se logo em seguida. Não demorou muito para nascer o primeiro filho do casal, momentos antes de a Batalha da Borracha chegar ao seu desfecho. Com o final da II Guerra Mundial, em 1945, os norte-americanos foram embora da Amazônia abruptamente, deixando na floresta toda uma maquinaria a pleno vapor, nas margens dos rios, utilizada para produzir e escoar a borracha. Mas esse não foi o único rastro deixado por eles: João escutou na rádio local, certa manhã, a seguinte notícia: *É lamentável que o governo tenha “brincado com a vida de milhões de brasileiros”⁶⁶. A estimativa é que*

[...] dos 50 mil soldados da borracha recenseados, 23 mil haviam morrido sem pão, sem cuidados médicos [...]. Pobres-diabos sacrificados em uma luta de vaidades e de ambições. É uma pena que no Brasil não existam castigos para esse tipo de crime. Todo mundo se queixa, mas nada muda, porque os mortos mortos estão⁶⁷.

Dos soldados da borracha sobreviventes, alguns acabaram voltando para o Nordeste com uma mão na frente e outra atrás, uma vez que o governo brasileiro na época gastou todo o fundo destinado à indenização⁶⁸ com a compra dos materiais deixados pelos americanos. Outros foram morar nas periferias das grandes cidades amazônicas, muitas vezes vivendo numa situação de mendicância. Há ainda aqueles que continuaram trabalhando como seringueiros mesmo com a queda do preço da borracha, provocado tanto pelo fim da guerra quanto pelo consumo da borracha sintética nos EUA. Nesse caso, apesar de o governo⁶⁹ se comprometer em comprar toda a produção daquela matéria-prima, os seringueiros tiveram que arrumar outra função na floresta para conseguir sobreviver. Assim, passaram também a

⁶⁶ Moro, Javier, op. cit., p. 83.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ A Constituição Federal de 1988 concede a todos os soldados que participaram da Batalha da Borracha uma pensão mensal vitalícia de dois salários mínimos (Pontes, C.F, op. cit., p. 66). Somente em 2014, a partir da Emenda Constitucional n° 78, foi aprovado o pagamento de uma indenização no valor de 25 mil reais. Secretaria da Previdência Social. Benefícios: Indenização aos Soldados da Borracha estará disponível nesta segunda-feira. 27/2/2015. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/2015/02/beneficios-indenizacao-aos-soldados-da-borracha-estara-disponivel-nesta-segunda-feira-2/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

⁶⁹ “[...] o Brasil havia produzido mais borracha do que necessitava. O Banco de Crédito da Borracha, numa tentativa de financiar a safra de 1947 recorreu a empréstimos no Banco do Brasil e no Tesouro Nacional.” (Pontes, C.F, op. cit., p. 66).

se dedicar à agricultura e a colher castanhas e outros frutos, além de vender uma parte da borracha extraída aos comerciantes ambulantes por um valor maior que os patrões pagavam pelo produto. Tal prática comum entre os seringueiros era realizada debaixo dos panos.

João foi um dos soldados da borracha que permaneceu na floresta, mesmo diante de um sistema de exploração que nunca se encerrou. Muitos anos se passaram, e ele continuou trabalhando no mesmo seringal, porém, agora, com uma mulher e com sete filhos para cuidar. Sabia que muitos seringueiros haviam morrido à mingua, ou ainda, deixado a floresta, na maior parte das vezes fugidos de seus patrões, e o fato de não ter nenhuma notícia de Mauro o deixava bastante aflito e preocupado. Aliás, não passava um dia sequer sem pensar no seu amigo e também nos parentes que haviam ficado no Ceará.

Certo dia, durante o café da manhã, foi surpreendido com uma notícia dada pela rádio Alô, Alô Xingu de que Mauro, do seringal Nova Esperança, havia sido encontrado morto às margens do rio. Nesse instante, suas pernas começaram a tremer e um enorme calafrio atingiu o seu corpo por inteiro. Mauro, parceiro de uma vida, estava morto. João, desconsolado, deitou-se no chão, já não aguentava mais o peso de seu corpo que, agora, se retorcia de dor pela perda do antigo companheiro.

Mas nada tirava de sua cabeça que ele tinha sido assassinado. Dias depois, João descobre, pela boca de alguns seringueiros, que Mauro tinha sido pego por um capataz vendendo borracha para um comerciante ambulante, nas proximidades do rio Xingu, tarde da noite. O amigo, com sua valentia e braveza, havia enfrentado a “despótica autoridade dos patrões”⁷⁰, o que lhe custou a própria vida. Até quando João aguentaria aquela vida prisioneira?

⁷⁰ Moro, Javier, op. cit., p. 81.

O lado de fora de uma casa

Era um final de tarde quando conhecemos Dona Rosa e Antônio. Logo que descemos do carro, a avistamos na porta de sua casa à nossa espera. Ela, uma senhora de baixa estatura, de cabelos brancos e de pele clara, tinha um olhar profundo e triste. Trazia em seu rosto as marcas de uma vida dura, o que mais tarde pudemos entender, a partir da sua história de vida. Sua casa também nos dava pistas sobre seu viver: cômodos trancados, quase vazios, além de grades nas portas e nas janelas. A princípio não tínhamos visto geladeira na cozinha, mas depois descobrimos que ela ocupava um dos quartos trancados. As chaves destes dois cômodos ficavam com Dona Rosa e, quando precisava de algo, ela mesma os destranca.

Assim que entramos em sua casa, Dona Rosa fechou a porta e nos apresentou seu filho, sem ao menos dizer o seu nome: *“esse aqui é deficiente, não fala, é mudo, não faz nada sozinho, foi doença de criança que deu no cérebro dele. Cuido desse deficiente há 46 anos”*. Nesse momento, perguntamos a ela o nome dele e descobrimos que se chamava Antônio, um homem de pele morena, de cabelos pretos e olhar inquieto. Foi a partir dele, então, que a história dela começou a ser contada para nós.

Há 46 anos tem vivido, como ela mesmo diz, numa “prisão”, pois sua vida se resume a cuidar do filho. Desde que *“entrou vento na memória dele”*, no instante de seu nascimento, nunca o deixou sozinho até mesmo quando capinava na roça, debaixo do sol escaldante, o levava junto dela. Nem mesmo o seu marido, que faleceu há 11 anos, cuidava dele. Mas, hoje, como mora bem distante do centro de Altamira, sente que essa “prisão” ficou pior. Isto porque Dona Rosa morou grande parte da sua vida no Beiradão, numa casa de palafita, próxima do centro e do rio Xingu. Como as enchentes tornaram-se mais recorrentes, após a construção da hidrelétrica de Belo Monte, ela e o filho foram “reassentados” no bairro Água Boa. Foi a partir daí que começou a se sentir sozinha, não tendo ninguém para conversar, e também a ter dificuldades para ir ao Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), mensalmente, pegar o remédio que Antônio toma por conta de seu comportamento agitado e agressivo.

Enquanto Dona Rosa falava, Antônio nos olhava curioso e atento. Em alguns momentos, andava de um lado para outro da casa emitindo alguns sons, às vezes, pegava alguns objetos da cozinha e os entregava a sua mãe, que os colocava de volta no lugar.

Perguntei a ela desde quando o Antônio fazia uso de remédios. Dona Rosa conta que ele nunca fez nenhum tratamento, mas que toma medicação já faz algum tempo. Aliás, desde que se mudaram para a Água Boa, a dosagem do remédio aumentou, pois ele tem ficado mais agitado. Quando moravam no Beiradão, ele andava sozinho pelos lugares, toda a vizinhança o

conhecia. Mas, agora, ela não sente confiança em deixá-lo ir para a rua. Tem medo que alguém faça alguma maldade com o filho pelo fato de ele ser uma pessoa “*ruim da cabeça*”.

Antônio não fala, mas seu corpo denuncia o quanto estava sendo difícil para ele viver naquela clausura. Parece que a “prisão”, sentida por Dona Rosa, é vivenciada por ele também, pois os dois passam o dia inteiro dentro da casa, com os cômodos trancados, sem contato com ninguém. Antônio tem mania de pegar tudo que vê pela frente, tanto os alimentos que ficam na geladeira quanto os produtos de limpeza já chegou até mesmo a ingerir água sanitária. É por esse motivo que a geladeira fica no quarto e que todos os cômodos permanecem fechados.

Dona Rosa considera a mudança de casa boa, por um lado, pois vive hoje numa casa melhor, mas, por outro lado, é ruim porque a Água Boa está distante do centro, não tem transporte público, e também é muito perigoso. Em nenhum momento de sua fala, ela associa a sua condição atual de vida à construção de Belo Monte. É como se este evento não tivesse nenhum efeito em seu viver, embora os efeitos estivessem todos ali. Quando questionada sobre como ela vê aquela obra, diz que foi algo bom para a cidade, pois muitas pessoas conseguiram emprego a partir da sua construção.

Dona Rosa veio de Sergipe ainda menina para Altamira, junto com seus pais, na época do ciclo da borracha. Quando essa fase acabou, sua família foi abandonada na floresta pelos patrões. Pouco depois, seus pais e uma parte de sua família acabou morrendo de malária. Perguntava-me porque ela, que já tinha vivenciado situações difíceis em Altamira, não se dava conta da que Belo Monte era naquela região.

O tempo passou e Dona Rosa teve sete filhos e mais uma porção de netos, porém agora todos eles estão espalhados pela periferia de Altamira. Alguns viviam no Beiradão, bem próximos a ela, e outros nas ilhas, à margem do Xingu. O contato com eles era frequente, mas hoje quase não os vê por conta da distância. Além disso, sente-se bastante amedrontada com o bairro onde vive. Já escutou várias histórias de violência ocorridas na Água Boa e, por isso, raramente, põe os pés na rua, exceto quando vai à igreja aos domingos, junto com Antônio. Deste modo, seu trajeto costumeiro se resume a ir da casa até à igreja e de volta para casa.

Nesse instante, eu e meu colega, que estava fazendo o atendimento comigo, nos olhamos e, rapidamente, propomos a ela dar uma volta, junto com Antônio, por sua rua. A princípio Dona Rosa se assustou um pouco com o nosso convite, mas aceitou. Já Antônio pareceu ter gostado bastante da ideia, pois calçou depressa os chinelos entregues por sua mãe, indo em direção à porta da casa.

Caminhamos, então, com os dois pela rua onde moram. Com um olhar perspicaz, Antônio observava tudo ao seu redor. Um mundo, antes reduzido a quatro paredes, se abria

para ele naquele instante. Seus passos eram largos e firmes, como aqueles de alguém dono de si. Ao contrário, Dona Antônia estava com um semblante tenso e ressabiado. Em vários momentos notamos que ela tentava segurar o braço do Antônio, mas ele se soltava, querendo andar só por aquelas ruas.

Caminhamos até quase o final da rua e depois voltamos para a sua casa. Sentíamos a insegurança de Dona Rosa e incômodo com o passeio, afinal, não se reconhecia naquele lugar. Ela, então, segurou firme nas mãos do filho e entrou para a casa, fechando as portas. Antônio, novamente, começou a andar de um lado para o outro emitindo alguns sons. Fica inquieto, seu olhar se dirigia a nós, como se desejasse continuar perambulando pela rua, como era de costume quando morava no Beiradão.

Nossa visita àquela família estava se encerrando. Ao nos despedir, percebemos que Dona Rosa ficou bastante sentida com a nossa partida. Demos um abraço neles e seguimos nosso caminho, mas, agora, com essa história marcada em nossos corpos.



Dois dias mais tarde voltei à rua de Dona Rosa para conversar com outra pessoa que também morava ali. Ao passar em frente a sua casa, percebi que ela estava sentada na porta. Aproximei-me dela para cumprimentá-la. Enquanto conversávamos um pouco, Antônio apareceu na porta e segurou minha mão, me convidando para entrar. Entrei rapidamente, Antônio pegou a garrafa de café e sua mãe falou: *“ele adora café, se deixar ele toma uma garrafa toda em pouco tempo”*. Dona Rosa então, pegou um copo para mim e uma caneca para ele. Tomamos juntos o café e, novamente, me despedi e parti.

O encontro com aquelas vidas enclausuradas me entristecia. Em vários momentos, ainda me pego pensando na Dona Rosa e no Antônio. O que iria acontecer, dali para frente, com aquelas vidas solitárias?

A rádio Alô, Alô Xingu apresentava mais um programa da série Meu Brasil e, hoje, transmitindo o discurso do presidente Emílio Garrastazu Médici, feito numa de suas visitas ao nordeste brasileiro:

*Vi os sertões áridos, as plantações perdidas, os lugares mortos. Vi o pó, o calor, a inclemência dos homens e do tempo, da desolação.[...] Vi toda essa miséria com meus próprios olhos. Nunca, nada, em toda a minha vida me comoveu tanto*⁷¹.

Enquanto capinava a terra, João escutava atento as palavras do presidente. Não só aquela terra úmida era revolvida, mas também lembranças do seu viver no Ceará. Entretanto, João não imaginava que aquele discurso emotivo do presidente produziria, tempos depois, uma grande reviravolta na sua vida e na dos demais habitantes da floresta.

Outro dia, quando se banhava nas águas do Xingu, junto com seus dois filhos mais novos, ouviu novamente na rádio outro discurso do presidente Médici, mas desta vez sentiu-se aflito e desconfiado. Isto porque, durante o seu pronunciamento, ao anunciar a construção da rodovia transamazônica⁷², ele diz que a Amazônia é “uma terra sem homens para homens sem terra”⁷³. João não era um homem letrado, mas a vida já havia lhe ensinado muito coisa, principalmente, a desconfiar dos homens que falam bonito e prometem mundos e fundos. Perguntava-se o que o presidente queria dizer com aquela frase. Como assim uma terra sem homens? Sabia que a floresta era habitada por muita gente, não só pelos seringueiros, como também pelos índios, caboclos, ribeirinhos.

Não demorou muito tempo para João sentir os efeitos da “Conquista da Amazônia”⁷⁴ em seu cotidiano, pois foi na cidade de Altamira que a construção de uma das maiores rodovias do país se iniciou, inclusive, houve uma cerimônia solene com a presença do presidente Médici para oficializar a abertura da chamada Transamazônica⁷⁵.

⁷¹ Discurso realizado pelo presidente Médici na cidade de Recife, em junho de 1970. Ver Moro, Javier, op. cit., p. 110.

⁷² Após visitas feitas ao nordeste, em 1970, o presidente militar Emílio Garrastazu Médici propôs a construção da rodovia Transamazônica, a partir do Plano de Integração Nacional (PIN). “Além de integrar a Região Norte ao resto do país, a nova rodovia diminuiria as tensões no Nordeste, que vivia as consequências de uma grande seca, e no Sul, com as populações do campo sem terra. Por isso, o governo estimulou a migração dessas populações para os núcleos de colonização da Transamazônica”. Piacentini, P. Transamazônica. *Revista Pré-Univesp*, n. 61, 13 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://pre.univesp.br/transamazonica#.WwIjgFMvxE4>>. Acesso em: 20 maio 2018.

⁷³ Moro, Javier, op. cit., p. 110.

⁷⁴ Os militares ao assumirem o poder, após o golpe de Estado de 1964, deram início a um grandioso programa de desenvolvimento, que “ameaçava a ser, se não o mais violento de todos, o mais destrutivo.” (Ibidem, p. 106).

⁷⁵ A rodovia foi inaugurada em 27 de agosto de 1972. Vale dizer que a Transamazônica “foi projetada para ter oito mil quilômetros, ligando as regiões Norte e Nordeste do Brasil com Peru e Equador. Mas, na verdade, está

Recorda-se que, naquele dia, fogos de artifício riscavam o céu de Altamira e uma enorme castanheira foi derrubada, sobrando apenas o seu tronco, que se transformou num monumento conhecido popularmente como “pau do presidente”. Naquele tronco, foi cravada uma placa com os seguintes dizeres: “Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde”⁷⁶”.

Em pouco tempo, João viu a floresta ser destruída⁷⁷ e invadida por inúmeros caminhões que, carregados de madeira, passavam pelas terras desmatadas. Os barulhos da floresta foram silenciados pelos ruídos dos tratores, das escavadeiras e dos aviões que descarregavam homens e materiais. Da noite para o dia, diversos povos foram arrancados de seus lugares para dar passagem ao desenvolvimento e ao progresso. Não era raro, por exemplo, escutar histórias de extermínio das comunidades indígenas por toda a Amazônia.

João se assustava, a cada dia, com as notícias que escutava na rádio sobre os conflitos de terra em Altamira, envolvendo principalmente índios, camponeses, grandes latifundiários e posseiros. Uma tensão constante reinava nas ruas enlameadas daquela cidade, já que tiroteios frequentes faziam agora parte da sua paisagem urbana. De fato, Altamira havia mudado muito desde que João pisou ali pela primeira vez, há mais de vinte anos. Aquela cidade pacata e pequena que conheceu crescimento rapidamente com a chegada de milhares de pessoas, vindas de várias partes do Brasil⁷⁸, que buscavam por um emprego na construção da rodovia ou por um pedaço de terra. Havia, por exemplo, muitas mulheres que acabaram se prostituindo por falta de oportunidades e outras que na prostituição viram a grande oportunidade, cuja intensificação levou à criação de uma zona de prostituição no centro da cidade.

João notava também que o preço das coisas havia disparado em Altamira. Como ele se deslocava do seringal até a cidade, mensalmente, para comprar certos materiais exigidos pelo patrão, percebia que a quantia gasta no mês anterior era insuficiente para comprar os mesmos produtos no mês seguinte.

inacabada até hoje: foram construídos apenas 4.223 km, ligando a cidade de Cabedelo, Paraíba, à Lábrea, no Amazonas, passando por sete estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas.” Piacentini, P. Transamazônica, op. cit. Disponível em: <<http://pre.univesp.br/transamazonica#.WwIjgFMvxE4>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

⁷⁶ Chaves, E. Na estrada da vida: A transa-amazônica de Paula Sampaio. *Revista Cinética*, [s/a]. Disponível em: <http://www.revistacinetica.com.br/cep/ernani_chaves.pdf>. Acesso em: 21 maio 2018.

⁷⁷ “O desmatamento maciço ocorreria nas duas décadas seguintes, quando milhões de animais seriam obrigados a fugir diante do avanço de lenhadores e garimpeiros, quando bosques milenares seriam substituídos por fazendas [...]” (Moro, Javier, op. cit., p. 123).

⁷⁸ Aqui merecem destaque os migrantes oriundos do Nordeste e do Sul do país.

De fato, a partir da década de 70, “o custo de vida subiu na mesma medida em que aumentava a população e o número de estabelecimentos comerciais”⁷⁹. Além do mais, “a especulação imobiliária havia feito de Altamira um dos lugares mais caros do Brasil”⁸⁰. Mesmo com suas ruas esburacadas, cheias de poças d’água, e com o esgoto a céu aberto, “o preço do metro quadrado alcançava o de bairros luxuosos como Copacabana ou Leblon, no Rio de Janeiro”⁸¹. Enfim, quem eram as pessoas que se beneficiavam com o crescimento vertiginoso de Altamira?

⁷⁹ Ver Moro, Javier, op. cit., p. 125.

⁸⁰ Ibidem, p. 126.

⁸¹ Ibidem.

As coreografias de uma vida

Joana é uma mulher negra, de trinta e poucos anos, dona de um olhar expressivo que, às vezes, reflete um pouco de tristeza. Assim que chegamos em sua casa, ela pediu para aguardarmos alguns minutos na sala. Como a cozinha e a sala são juntas, separadas apenas por um balcão, deu para notar que ela preparava um suco, oferecido para nós depois de pronto. Posso dizer de boca cheia que foi o melhor suco de “cupu”, como os de lá se referem ao cupuaçu, que já tomei. Dava para sentir intensamente o sabor e o cheiro da floresta. O gosto forte, saboroso e amargo daquela fruta permaneceu ainda por um tempo em minha boca. Ao escutar a história de vida da Joana, pude entender um pouco tal sensação. Talvez seja pelo fato de que suas experiências convocaram em mim uma mistura de dor e alegria. É sobre os deslocamentos nos modos de vida que essa história conta.



Joana nasceu na cidade de Brasil Novo, no Pará. Além dela, seus pais tiveram mais duas filhas. A casa onde passou grande parte de sua infância era próxima do rio Xingu e da aldeia dos índios Kayapó, tendo assim bastante proximidade e identificação com a cultura indígena. Passava grande parte do seu tempo brincando com as crianças da aldeia no rio – “*bons tempos*”, ela mesma diz.

A separação dos pais foi um grande marco em sua vida, pois seu pai mudou-se para Altamira para trabalhar num canavial, e a mãe ficou sozinha, com as três filhas pequenas para cuidar. Nessa época, sua mãe trabalhava como merendeira e o dinheiro que ganhava mal dava para saciar a fome das filhas. Recorda-se que a escola foi o lugar onde descobriu o gosto pelos estudos, mas foi também o lugar onde se deparou com a existência de um “imenso abismo social”. Nesse instante, Joana lembra-se de uma situação vivenciada na escola, no dia em que houve uma quadrilha de São João da qual ela não pode participar desta atividade por não ter roupa para dançar. Ela, então, do lado de fora da quadrilha, ficou observando de longe os colegas brancos dançando. Foi a primeira vez que sentiu na pele os efeitos de uma sociedade “injusta, racista e desigual”. Ao narrar essa cena, seus olhos se enchem de lágrimas. O silêncio nos habita por alguns segundos.



Aos quinze anos, Joana se tornou mãe, porém, o pai da criança, assim que soube que ela estava grávida, rapidamente a abandonou. Em busca de uma vida melhor, ela colocou suas poucas roupas numa sacola e foi morar com seu pai, em Altamira. Conta com muita tristeza que, nessa época, acabou ficando um ano longe dos estudos, mas, logo depois, quando se mudou para Novo Progresso, uma cidade próxima à Altamira, conseguiu retornar à escola. Além de estudar, ela trabalhava e cuidava do filho. Nesse meio tempo, ela engravidou do seu segundo filho, vendo-se abandonada e grávida, decidiu mais uma vez regressar para Altamira. Porém, mesmo sozinha, com dois filhos para criar, não desistiu da escola, voltando a estudar. Contudo, tempos depois, durante a sua terceira gravidez solitária, ela interrompeu de vez os estudos.

Logo que o terceiro filho nasceu, Joana foi morar no Baixão⁸², numa casa de palafita, junto de sua mãe. Ali ficaram por algum tempo, até que sua mãe partiu voltando a morar em Brasil Novo, por não se adaptar. Assim que sua mãe se foi, Joana conheceu um pescador chamado Chico, que acabou se tornando seu marido, com quem vive há dez anos. Desse relacionamento nasceram mais dois filhos, uma menina e um menino. Atualmente, todos vivem numa mesma casa, no reassentamento urbano coletivo Água boa, inclusive seus outros três filhos.

Foi no Baixão que sua luta por “uma sociedade mais justa e igualitária” se iniciou. A precária infraestrutura, em especial a falta de saneamento básico, mobilizou alguns moradores do bairro, inclusive a própria Joana, para pressionar a prefeitura na garantia de “melhores condições de vida” àquela população. Começou a perceber, deste modo, que era preciso se organizar coletivamente para conseguir mudar determinada situação. Ela nunca aceitou passivamente as circunstâncias sociais que lhe foram impostas, pelo contrário, foi a sua indignação e os seus questionamentos acerca daquela “realidade violenta e opressora” que despertou nela a ânsia de lutar, de forma coletiva, em “favor de uma vida digna”. Se quisesse viver, e não apenas sobreviver, ela teria que lutar.

Joana se sentia na responsabilidade de ajudar aquelas pessoas a perceberem as violências que sofriam cotidianamente e a não se acostumarem com uma vida repleta de violações. Certo dia, conheceu uma organização social composta por uma maioria de mulheres, e esse encontro foi avassalador. A força daquelas mulheres a lançava para a vida, encorajando-a a continuar existindo, ou ainda, a permanecer viva, enfrentando as inúmeras

⁸² Nome dado pelos moradores para as casas de palafitas, localizadas às margens do rio Xingu, na zona urbana de Altamira.

políticas de morte que incidiam em seu corpo. Tempos depois, Joana passou a fazer parte de um movimento social em Altamira, permanecendo nele até os dias de hoje.

Logo que a Norte Energia chegou em Altamira, pouco antes da construção da hidrelétrica, iniciou-se um trabalho no Baixão para convencer os moradores que o tal empreendimento seria ótimo para todos, inclusive para eles, que teriam a oportunidade de viver numa casa melhor, isto é, uma casa de concreto e não de madeira. Carros de som passavam todos os dias pelas ruas do bairro anunciando as benesses da obra: “Belo Monte irá melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros. Essa é a energia que nos move”.

Joana recorda-se que ficou muito desconfiada com a proposta da Norte Energia e, rapidamente, buscou entender melhor quais seriam as consequências da implantação de Belo Monte na vida dos moradores da região do Xingu. Descobriu, conversando com algumas pessoas e lendo bastante sobre o assunto, que o projeto dessa hidrelétrica nasceu⁸³ na época da ditadura, e que seria executado agora, mais especificamente durante os governos democráticos de Lula e Dilma Rousseff. Muitas perguntas não saíam de sua cabeça, afinal se “nenhum governo havia conseguido tirar Belo Monte do papel”⁸⁴, por que nas gestões do Partido dos Trabalhadores a hidrelétrica se tornava uma realidade? Como “um homem do povo que conhecia a dor do povo”⁸⁵ permitiu que isso acontecesse?

Mesmo com uma pressão forte dos movimentos sociais na região, a usina se tornou um fato consumado. Joana conta que, na época, a presidenta Dilma Rousseff chegou a receber em seu gabinete, em Brasília, algumas lideranças sociais para conversar sobre a hidrelétrica. Porém, durante a conversa, a presidenta interrompeu a fala dos presentes e, em seguida, deu um murro na mesa, dizendo aos berros: “Belo Monte vai sair”⁸⁶. Para que isso de fato acontecesse, o governo teve que usar a Força Nacional para reprimir as manifestações dos indígenas, ribeirinhos, moradores urbanos atingidos pela usina, bem como as greves dos trabalhadores no canteiro da obra⁸⁷.

Além disso, durante dois anos, a Norte Energia ofereceu um tipo de “mesada” a algumas aldeias, no valor de 30.000 reais, que funcionava da seguinte forma: os caciques enviavam uma lista de mercadorias, como, por exemplo, barcos e voadeiras, caminhonetes, milhões de litros de gasolina, TVs de plasma, salgadinhos, doces, refrigerantes, e a empresa

⁸³ Brum, E. *Belo Monte, empreiteiras e espelinhos*, op. cit.

⁸⁴ Brum, E. *Vítimas de uma guerra amazônica*. *El País*, 22 de setembro de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/22/politica/1442930391_549192.html>. Acesso em: 09 jun. 2018.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ Brum, E. *Vítimas de uma guerra amazônica*, op. cit.

⁸⁷ Brum, E. *Belo Monte, empreiteiras e espelinhos*, op. cit.

as entregava⁸⁸. Essa estratégia utilizada pelo empreendedor chamou bastante sua atenção pelo fato de algumas lideranças indígenas entrarem em conflito nas aldeias por discordarem quanto ao recebimento daquelas benesses. Não era raro escutar estórias de brigas entre eles.

Mas a violência não se encerrou por aí, pois a implantação de Belo Monte trouxe muito sofrimento para as pessoas, principalmente em função da quebra do vínculo familiar e comunitário. Lembra-se que, desde o princípio, os assistentes sociais da Norte Energia garantiram a todos os moradores do Baixão que eles teriam o direito de permanecer juntos. Mas não foi o que aconteceu durante o processo de “remoção” das famílias, pois as pessoas que moravam naquela comunidade se perderam uma das outras e até hoje continuam se procurando. Joana morava na rua 15 há catorze anos, conhecia todos os seus vizinhos, porém nenhum deles mudou-se para o mesmo lugar que ela.

Durante a nossa conversa ela permaneceu um bom tempo falando sobre Belo Monte e seus efeitos na população, incluindo a questão da “remoção” dos atingidos nos reassentamentos urbanos. Era perceptível o domínio que ela tinha do assunto. Ao mesmo tempo, sentia que não conseguia me aproximar da voz de Joana. Percebia que a militância, por um lado, proporcionava um pertencimento social num território onde os modos de vida foram devastados. Mas, por outro lado, tamponava a própria singularidade, impedindo que construísse uma narrativa própria em relação ao sofrimento.

Questionava-me sobre como desestabilizar o discurso identitário da militância, dando lugar à experiência singular do sofrimento. Sentia que precisava seguir em frente com a escuta. Pergunto, então, como tinha sido a “remoção” de sua família para o bairro Água Boa. Aos poucos, ela começa a entrar na sua história e a se aproximar daquilo que provocava dor.

□

Quando Joana se mudou para o Água Boa, sua vida se despedaçou ao ter que entregar seis de seus sete filhos para sua mãe cuidar, já que não havia transporte público e nem escola por perto. As crianças mudaram-se, então, para a casa da avó em Nova Brasil, onde permaneceram por quase um ano. Joana já tinha passado por muitas situações difíceis em sua vida, porém nunca havia se separado de seus filhos.

⁸⁸ “Com isso os indígenas deixaram de fazer suas roças, de plantar e produzir seus próprios alimentos. Porém, em setembro de 2012, tal ‘benefício’ foi cortado, os indígenas ficaram sem o fornecimento de alimentos e já não tinham mais roças para colher o que comer, o que levou ao aumento do número de casos de crianças com Peso Baixo ou Peso Muito Baixo Para a Idade, chegando a 97 casos ou 14,3%”. (Ibidem).

Ao contar essa parte da sua história, a respiração dela se torna ofegante e as palavras emperram em sua boca. O silêncio fez-se presente por alguns instantes, compondo-se com outros elementos que também povoavam aquela paisagem: o barulho da chuva que caía, o cheiro de asfalto molhado e o lusco-fusco do fim de tarde. A escuta do silêncio permitiu a ela prosseguir com a sua estória. Contudo, mais uma vez seu choro é abafado. Nesse momento, Joana diz: *“a gente chora porque somos fraco de sentimento”*.

Logo em seguida, Joana fala novamente do seu percurso nos movimentos sociais, enfatizando que *“a luta me tinha deixado ainda mais forte e que não tem lugar pra tristeza quando se bota um corpo na rua”*. De fato, da luta nasceu uma outra mulher, sendo que esta agora não vive mais confinada nos serviços domésticos, como era de costume. Além disso, a inserção na militância propiciou um reconhecimento e pertencimento social, instaurando assim um lugar de existência no mundo.

É perceptível a importância desse processo na vida de Joana, afinal, a luta a mantinha de pé. Entretanto, a identificação maciça pela via do discurso reivindicatório⁸⁹ acabava por reforçar os traços identitários, restringindo o vivido à experiência do coletivo. Assim, no momento em que se aproximava da dor Joana se esquivava, refugiando-se nas narrativas produzidas pelos movimentos sociais, e isso a impedia de encontrar um dizer para o seu sofrimento.

Ela parecia associar o sofrimento à ideia de fraqueza, talvez por isso a dificuldade em se aproximar daquilo que provocava dor. Contudo, é na fragilidade que um campo de possíveis se abre, e outros sentidos para a dor são criados, tornando-a vivível. A impressão que tínhamos era de que o discurso da militância produzia nela um escudo protetor contra o próprio sofrimento, impedindo que algo outro passasse. Mas como “[...] encontrar uma saúde no sofrimento: ser sensível ao sofrimento do corpo, sem adoecer”⁹⁰?

Tínhamos apenas mais um encontro com Joana, e não sabíamos se conseguiríamos extrair do sofrimento uma potência de vida, dando passagem à produção singular de existência. Além disso, preocupávamos com aquilo que poderia emergir naquele encontro, caso conseguíssemos colocar em desuso, por um instante, aquele escudo protetor. Porém, não podíamos perder de vista que este “artefato”, ao mesmo tempo que obstruía a germinação dos

⁸⁹ Ilana Katz, psicanalista e participante da Clínica de Cuidado, diz que a saída encontrada por muitas das pessoas impactadas por Belo Monte foi a identitária. Diante da destruição de seus modos de vida, afirmam sua própria identidade: “eu sou ribeirinho, eu sou pescador, [...], eu sou um atingido por Belo Monte”. Fala extraída do Colóquio “A Psicanálise nos espaços públicos”, realizado na Universidade de São Paulo, em 21/03/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S_FS_gjUpOE> Acesso em: 11 jun. 2018.

⁹⁰ Lapoujade, D. O corpo que não aguenta mais. In: Lins, D.; Gadelha, S. (orgs.). *Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 86.

fluxos vitais, a protegia das dores (re)inscritas no corpo. Aliás, Belo Monte se mostrava como uma operação que atualizava nos corpos violências anteriores.

Para nós interessava pensar em como produzir uma brecha, ou ainda, uma saída possível ao sufocamento dos sopros de vida. Entretanto, não se tratava simplesmente de abandonar o escudo protetor, mas de arriscar-se a se sustentar na dor, povoando-se assim de outras forças. Esse movimento exigia uma atenção cuidadosa àquilo que poderia se abrir, já que um risco se colocava aí, o de Joana sucumbir na própria dor, caindo assim num “vazio irrespirável”⁹¹. Deste modo, era preciso levar em consideração as forças em jogo naquele encontro, como a questão do tempo, da velocidade e intensidade, enfim, das condições envolvidas no exercício da clínica.



Ao chegarmos na casa de Joana, fomos recebidos por seu filho mais velho, que nos convidou a entrar. Ele, um jovem esbelto, que aparentava ter uns 20 e poucos anos, de cabelos negros e olhos pequenos e puxados, trazia em seu corpo alguns traços indígenas. De um jeito tímido, o jovem se apresentou como Rudá e, logo em seguida, comentou que sua mãe estava no banho, mas que podíamos aguardá-la na sala. Rapidamente, ele tirou os dois gatos de cima do sofá, oferecendo-nos um lugar para sentar.

Rudá puxou então uma cadeira e se acomodou junto de nós na sala, dizendo que já tinha tido notícias do nosso trabalho, inclusive, sabia que éramos de São Paulo. Esse detalhe parecia despertar nele muita curiosidade, já que há algum tempo sentia-se desgostoso com a vida em Altamira. Para ele, o futuro de um jovem nessa cidade se restringia à vida no tráfico ou ao trabalho em grandes obras. Sua luta era tentar fugir de uma vida predeterminada e completamente previsível. Rudá cogitava a ideia de se mudar para uma cidade grande e, assim, poder traçar outros caminhos em seu viver. Seu sonho, ele então sussurra nos nossos ouvidos: “*é me tornar bailarino um dia e viajar pelo mundo dançando*”. Nesse momento, Joana apareceu na sala e o jovem interrompeu abruptamente a fala despedindo-se de nós, mas as suas poucas palavras permanecerem em mim durante um tempo, mesmo ele já não estando mais ali.

Joana nos cumprimentou com um beijo no rosto, pedindo desculpas pelo atraso. Seus olhos fundos davam sinais de cansaço. Aliás, algo que havíamos notado, antes mesmo de ela

⁹¹ Deleuze, G. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2010, p. 144.

falar que tem sofrido recorrentemente de insônia. Uma brecha se abria aí, e por isso resolvemos perguntar como era essa insônia e desde quando ela a sentia. Joana associava a insônia a uma preocupação demasiada com seus afazeres, principalmente em relação ao seu trabalho no movimento social. Inclusive, acordava sempre no meio da noite por conta dos pesadelos, não conseguindo pegar mais no sono.

Ao longo do dia, uma sonolência batia forte em seu corpo, e Joana se via cansada ao ter que se dividir entre o cuidado dos filhos e o trabalho da militância. Às vezes, se pegava pensando em jogar tudo para o alto e viver a sua vida. Neste momento, perguntamos o que ela faria caso fizesse tal escolha. Ela pareceu ter levado um susto com a pergunta, pois rapidamente sua respiração se tornou ofegante e o silêncio caiu sobre a sala. Pela primeira vez Joana havia se permitido não ter uma resposta na ponta da língua e, com isso, forçava o próprio pensar⁹². A questão pedia a ousadia de pensar devagar⁹³ e seu corpo agora, inquieto e desperto, trazia à tona o movimento violento do pensar.

Num tom de voz baixo, contou que até hoje sofria por não ter conseguido finalizar seus estudos e que seu maior sonho era um dia se tornar uma professora. Uma faísca de desejo acendia em seu corpo ao falar da paixão pelos estudos. Nesse instante, ela nos convidou para ir até o seu quarto e abriu um armário cheios de livros, pegando um deles para nos mostrar. Ao folheá-lo, uma foto caiu no chão, abaixando-se para pegá-la, com os olhos cheios de lágrimas, ela nos narrou a história contida naquela imagem: “*Aqui sou eu no baixão e esses aqui são os idosos aprendendo a ler e a escrever comigo*”. Aos poucos, Joana deixava escapar uma fragilidade, ou melhor, a dor de uma vida, mas, dessa vez, permitiu-se habitar por aquela dor.

Mas hoje os sonhos de Joana se viam barrados pelo excesso de obrigações. O trabalho na militância consumia a maior parte do seu tempo. Em meio as palavras de ordem, seu corpo sucumbia ao cansaço e à rigidez. De fato, parecia difícil produzir uma abertura para aquilo que a movia e potencializava seu corpo. Talvez aquele cansaço a que ela se referia no início

⁹² “O que é primeiro no pensamento é o arrombamento, a violência, é o inimigo [...]. Não contemos com o pensamento para fundar a necessidade relativa do que ele pensa; contemos, ao contrário, com a contingência de um encontro com aquilo que força a pensar, a fim de erguer e estabelecer a necessidade absoluta de um ato de pensar, de uma paixão de pensar. As condições de uma verdadeira crítica e de uma verdadeira criação são as mesmas: destruição da imagem de um pensamento que pressupõe a si próprio, gênese do ato de pensar no próprio pensamento”. Deleuze, G. *Diferença e Repetição*. São Paulo: Graal, 2009, p. 203.

⁹³ “Não se trata, então, de pensar de maneira vaga ou irracional, mas de ousar pensar, como no início da filosofia nos *Diálogos* de Platão, de ousar pensar devagar, por desvio, sem pressupor a necessidade de um resultado ao qual levaria uma linha reta. [...]” (Gagnebin, J.-M. *Entre a vida e a morte*. In: Otte, G.; Sedlmayer, S.; Cornelsen, E. (Orgs.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 16-17.

da conversa tivesse a ver com essas forças externas que agiam em seu corpo, disciplinando-o e adestrando-o⁹⁴.

Joana, então, guardou a foto novamente dentro do livro e o colocou de volta no armário, fechando-o. A sensação que tínhamos era a de que os lampejos de desejo também se trancafiavam naquele ato. Isto porque, logo em seguida, ela diz que todas essas lembranças faziam parte de um passado e que hoje a vida exigia dela “uma coragem para estar forte nas ruas e lutar com unhas e dentes como uma mulher”. Nesse momento, ela olha no relógio e se espanta com as horas. O dever a chamava e por isso precisava apurar o corpo para participar de uma reunião do movimento, no centro de Altamira.

Pede desculpas por ter que interromper a conversa, comentando que o nosso encontro havia sido muito bom, pois ajudou a lembrá-la de algumas histórias importantes de sua vida. Ela nos abraça com força e se despede com um sorriso no rosto.

Mas o que Joana faria com aquelas lembranças vivas em seu corpo? Retomar o passado, em alguma medida, poderia ajudá-la a intervir num presente que insiste em enclausurar o próprio corpo num modo de ser assujeitado, engendrado pelos discursos da militância. Será que seu corpo, assim como o do filho, conseguiria se libertar dos aprisionamentos reencontrando um molejo e, com isso, produzir outros movimentos capazes de criar outros mundos? De fato, não saberíamos dizer quais seriam os efeitos deste encontro naquelas vidas, embora possamos pensar que algo ali aconteceu, inclusive em nós, afinal, o exercício da clínica se realiza no campo dos afetos. E, nesse sentido, um encontro pode propiciar a criação de outros ritmos, gestos e movimentos, compondo assim uma outra coreografia dos corpos. Essa é a nossa aposta.

⁹⁴ Lapoujade, D. O corpo que não aguenta mais, op.cit., p. 84.

Com a chegada da estrada Transamazônica, o sistema de exploração da borracha teve o seu fim decretado. A floresta, aos poucos, se transformava num grande pasto e a terra se tornava um grande negócio, principalmente em função dos incentivos do governo à criação de gado e das isenções fiscais às empresas investidoras⁹⁵.

Certo dia, um senhor de cavanhaque, de aproximadamente cinquenta anos, que usava calça jeans e bota de bico fino, bateu em sua porta, apresentando-se como o novo dono daquela terra. Antes mesmo que João pudesse perguntar qualquer coisa, o homem desembestou a falar. Ao escutar que ele e sua família precisavam sair dali, o mais rápido possível, pois aquele seringal seria transformado num grande pasto, João viu sua vida se despedaçar. Sentia como morresse. E de fato algo morria ali.

Cada canto de sua casa foi construído com suas próprias mãos, desde a horta e os pés de frutas plantados até o puxadinho, feito logo depois que sua família aumentou. É nesta terra que ele vive, há mais de vinte anos, onde criou raízes profundas e fortes. Não só seus filhos nasceram ali, mas, em certa medida, ele também. João pôde criar a si mesmo, fazendo uma vida brotar a partir do seu encontro com a floresta.

De fato, aquele João que havia chegado muito confiante e entusiasmado com as promessas do governo e dos homens de negócio já não existia mais; hoje, dificilmente alguém lhe passa a perna. Aprendeu que, mais perigosos que os bichos da floresta, são os homens.

Aos poucos, foi se sentindo parte daquela floresta, criando-se em composição com um rio, um vento, uma árvore, ou ainda, uma terra, que não só alimentava sua família, mas o desejo de se ver liberto um dia das garras do capataz. Isto porque, com a comercialização das verduras e hortaliças que sobravam da colheita, conseguia diminuir a sua dívida com o patrão.

João “entendia que a terra não era sua e nunca havia sido”⁹⁶, pois uma terra é muito mais do que uma propriedade. Mas sabia que, para continuar existindo, era preciso agir contra aquela ordem de despejo. Furioso, afirmou com todas as letras para o senhor que ele só sairia de sua casa morto. O senhor, muito calmamente, levantou a camisa mostrando uma pistola na cintura, e foi embora sem dizer uma palavra. João permaneceu ali, atônito e paralisado, por um longo tempo.

Mas ele não foi o único seringueiro forçado a sair da terra, pois grande parte dos seringalistas, nos anos 1970, havia se arruinado em função da interrupção dos créditos à

⁹⁵ Moro, Javier, op. cit., p. 146.

⁹⁶ Cf. Moro, Javier, op. cit., p. 149.

fabricação da borracha, além da dificuldade no pagamento dos empréstimos⁹⁷. Diante disso, acabaram vendendo seus seringais aos especuladores e aos homens de negócios⁹⁸, sem que seus empregados soubessem. Como os seringalistas sabiam que os seringueiros que permanecessem na terra, usando-a produtivamente, poderiam adquirir o direito sobre ela, tornando-se proprietários⁹⁹, preferiram esconder de seus empregados o negócio realizado. Embora os seringueiros tivessem tais direitos, a grande maioria os desconhecia. Inclusive, a comercialização da terra era um processo ilegal, pois os seringalistas possuíam apenas o direito de vender a autorização para a exploração das seringueiras, o que não queria dizer um título de propriedade.

As escrituras de propriedade dos seringais, algumas com um século de idade, não delimitavam a área em função da superfície, e sim do número de seringueiras, que é o que realmente tinha valor nos tempos da borracha. Como o valor estava na terra, os compradores, de maneira totalmente ilegal, transcreviam as autorizações [...] como se fossem títulos de propriedade. Até prova em contrário, essas terras lhes pertenciam. Era uma fraude que lhes permitia apoderar-se de grandes extensões.¹⁰⁰

Durante os anos 1970, milhões de hectares passaram de terra devoluta, de domínio público, a propriedade privada¹⁰¹.

□

As histórias de expulsões dos seringueiros das terras onde moravam não paravam de surgir em toda a Amazônia. A rádio Alô, Alô Xingu, por exemplo, noticiava, quase todos os dias, que fulano ou beltrano haviam sido arrancados de suas colocações por representantes enviados pelos novos donos das terras. Mas as notícias também se espalhavam pelo boca a boca.

Não demorou muito tempo para que alguns seringueiros passassem a se encontrar e a se organizar coletivamente, principalmente em comunidades eclesiais de base (CEB)¹⁰². João foi

⁹⁷ Moro, Javier, op. cit., p. 145.

⁹⁸ Predominava-se “a especulação pura e simples: um indivíduo se comprometia a comprar uma fazenda, pagava um sinal, corria para São Paulo para arranjar compradores para uma terra que ainda não era sua e da qual não sabia se a escritura de propriedade estava regularizada, e tornava a vendê-la.” (Moro, Javier, op. cit., p. 146).

⁹⁹ “O posseiro que permanece em um pedaço de terra que ninguém reclama por um ano e um dia e faz dela uso produtivo ganha o direito de ocupar até 100 hectares (ou 2.800 hectares, quando a terra não está sob o controle do Estado). Isso dava à maioria dos seringueiros o direito de ser proprietários, embora ninguém soubesse disso.” (Ibidem, p. 145).

¹⁰⁰ Cf. Moro, Javier, op. cit., p. 146.

¹⁰¹ Ibidem, p. 145.

¹⁰² Organizados pela igreja católica e incentivadas pela teologia da libertação, tinham como objetivo o estudo do Evangelho, articulado à luta por melhores condições de vida. A partir de 1980, “havia 80 mil CEBs em todo o Brasil” (ibidem, p.156).

*um deles, frequentando as reuniões, organizadas na região por alguns padres. Estes acabaram se tornando grandes aliados na luta contra as expulsões das terras e também na formação dos sindicatos. Naqueles encontros, recebiam cartilhas ilustrativas, feitas por religiosos católicos, sobre os direitos fundamentais dos seringueiros, em especial, sobre o direito à propriedade*¹⁰³.

*À medida que a luta se organizava, a sociedade se via cada vez mais dividida e polarizada. De um lado, os latifundiários e os tecnocratas do governo, de outro os seringueiros, os índios, os pescadores e os religiosos católicos. “No início dos anos 80, a polarização das diversas facções tomava ares de guerra civil”*¹⁰⁴. *Porém, não era difícil saber quem sairia vitorioso dessa guerra, já que “a ausência de representantes da lei era substituída pela lei do mais forte”*¹⁰⁵.



Já havia se passado um ano desde aquele dia quando um senhor bateu em sua porta, ameaçando-o. De lá para cá, João continuou vivendo a sua vida, junto de sua família, cuidando da horta e pescando no Xingu, mas, é claro, sem se esquecer do acontecido. Aliás, sentia-se bastante fortalecido e amparado a partir dos encontros com outros seringueiros na CEB.

Certo dia, enquanto roçava a horta com o filho mais novo, o senhor de cavanhaque apareceu novamente, mas dessa vez acompanhado de outro homem, que, pelo traje, parecia ser um jagunço. João, ao vê-lo novamente, sentiu as pernas tremerem, mas fez de tudo para não demonstrar o medo, permanecendo com a cabeça erguida e os pés firmes no chão. Aliás, continuou com a enxada nas mãos, pedindo para o filho entrar em casa.

O senhor de cavanhaque estendeu a mão para ele, cumprimentando-o com um sorriso largo no rosto. João sabia que por trás desse sorriso havia um desejo enorme de vê-lo morto, por isso não fez questão de demonstrar nenhuma simpatia por aquele homem. Este, então, disse a João que tinha uma proposta muito boa para lhe fazer, daí o motivo da visita. O seringueiro, rapidamente, falou que não estava interessado em proposta alguma e que, por isso, ele não precisava gastar saliva à toa. Mas o homem, calmamente, insistiu na conversa, oferecendo-

¹⁰³ Ibidem, p. 166.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 190.

¹⁰⁵ Ver Moro, Javier, op. cit., p. 177.

lhe 15 mil cruzeiros para deixar aquela terra que, por sinal, já pertencia a um novo dono. Em seguida, o senhor mencionou que os papéis poderiam ser assinados até o dia seguinte e que, na sequência, ele receberia o dinheiro.

João sentiu muita raiva daquilo que ouviu. Sua casa não estava à venda, aliás, uma terra significava uma vida, e para ele, uma vida não se compra nem se vende. Nesse instante, sentia que precisava agir sem ser dominado pelas emoções. Lembrou-se, então, da cartilha que havia recebido numa das reuniões da CEB, e foi buscá-la, deixando os homens parado ali. Ao retornar, ergueu a cartilha diante da cara do senhor, dizendo que sabia dos direitos que tinha e que aquela terra, por lei, era dele. Por isso, não havia proposta que o fizesse sair de sua própria casa.

O senhor continuou calmo e, sem perder a linha, disse-lhe que ele iria se arrepender e foi-se embora junto com seu acompanhante.



Um padre, na época, responsável pela paróquia de Altamira visitava frequentemente as colocações dos seringueiros como forma de apoiá-los na luta contra as expulsões, além de conhecer a condição de vida deles. Inclusive, no início dos anos de 1980, não era raro se deparar com seringueiros trancafiados, a mando de seus patrões, nos barracões dos seringais, cheios de marcas em seus corpos por conta das agressões sofridas cotidianamente.

Certa vez, ele apareceu no seringal onde João morava, coincidentemente logo depois da visita do senhor. João contou ao Padre tudo o que aconteceu e este o encorajou a não desistir da terra e a não aceitar qualquer quantia em dinheiro. Disse com todas as letras que os seringueiros são os verdadeiros donos da terra e, por isso, precisavam continuar fortes e unidos nessa luta.

As palavras do padre o encheram de força, sentia que não estava sozinho. Aliás, naquele mesmo dia, fez questão de juntar toda a família e os amigos para um almoço na beira do Xingu. Fazia muito calor, e no céu não se via uma nuvem sequer. O sol irradiava sua luz nas águas do rio, tornando-as ainda mais cristalina. João, apesar de tudo, sentia-se vivo, como aquela imensa floresta. Seu pensamento arrastou-se para o instante, fazendo daquele encontro algo muito precioso.

Assim, o tempo não era medido pelo ponteiro do relógio, mas pelo momento em que o sol se punha, anunciando a proximidade da noite. No caminho de volta para a casa, ele notou a fumaça preta que se espalhava pelo céu. Seu coração disparou. À medida que chegava mais perto de sua colocação, a fumaça entrava queimando por suas narinas. Seu corpo, de alguma maneira, sinalizava que algo de muito grave estava acontecendo. E de fato, ao chegar no seringal, viu sua casa sendo destruída rapidamente pelo fogo.

A vida de João, aos poucos, virava cinza.



Muitos anos se passaram, mas João ainda carregava as marcas da violência inscritas no corpo. O sofrimento produzido a partir das experiências vividas ora o paralisava, aproximando-o da morte, ora o movimentava, lançando-o para a vida. Foi através da dor que ele pode se conectar com a própria força, conseguindo se reerguer inúmeras vezes. Inclusive, depois do incêndio, João conseguiu um pedacinho de terra para morar, às margens do Xingu, e com suas próprias mãos levantou a sua casa. Mas aquela terra onde morou por mais de vinte anos permanece viva em sua memória. Às vezes, um cheiro, um barulho, ou ainda, uma imagem trazem à tona as lembranças daquela vida.

Hoje, mais uma vez, a vida de João foi revirada. Agora, por conta da construção da hidrelétrica de Belo Monte, sua terra foi inundada. João e as lembranças resistiram ao afogamento, e isso foi o que restou. Ao narrar sua história de vida, João pode escutar a si próprio e embarcar nos territórios conhecidos do viver. Porém, para que outros traçados de vida possam se compor às experiências vividas, suas lembranças não podem ser esquecidas, tampouco apagadas. Apostamos, aqui, não numa permanência do passado, mas numa travessia corajosa do vivido, para, assim, arriscar-se a traçar uma outra história. Como João mesmo disse, ao se despedir de nós,

Sabe essa conversa foi muito importante para iluminar os pensamentos, a gente fica aqui trancado e não vê. Quando eu morava na ilha era tudo aberto, aquele rio que não acabava na vista, aqui não, essas grades é ruim para gente. Eu gostei muito dessa prosa da vida da gente. Nem precisa explicar o que vocês estão fazendo aqui

*não, eu já entendi tudo, eu sei o que vocês estão fazendo aqui. Os filhos de Altamira estão esquecidos e vocês estão fazendo é memória*¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Comentário feito por uma ribeirinha durante a visita de dois profissionais da Clínica de Cuidado. Material extraído da fala de Ilana Katz durante o Colóquio “A Psicanálise nos espaços públicos”, realizado em 21/03/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S_FS_gjUpOE> Acesso em: 28 maio 2018.

Foto 6: Banho no rio Xingu



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

UMA PASSAGEM: CARTA PARA O XINGU

Quase dois anos se passaram desde que voltei de Altamira. Na sexta-feira passada, estive com os colegas da Clínica do Cuidado, num evento que aconteceu em São Paulo, para contar sobre o trabalho desenvolvido aí com vocês. Foi tão importante estar com o grupo, dias antes do segundo turno das eleições, e lembrar dos movimentos que a vida faz para escapar daquilo que a aprisiona. Às vezes, me pego assustada e com medo quando penso no que pode acontecer daqui para frente, principalmente com vocês, habitantes da floresta. Pensando em tudo isso, em vocês, nesse momento sombrio de nosso país, resolvi escrever essa carta. Uma maneira talvez, de estar perto, de pensar na companhia de vocês.

Logo que cheguei a São Paulo, notei que as palavras ainda não tinham força o bastante para afirmar um dizer diante da experiência vivida aí. Um corpo cheio de marcas, era assim que me sentia ao escutar histórias que davam notícias de vidas que insistiam em resistir e se reinventar diante da brutalidade perpetuada há mais de meio século na região Amazônica. Pude conhecer, assim, a partir dos dizeres de vocês, uma outra história acerca desse lugar que não aquela oficial e universal transmitida pelos livros e veículos de comunicação. História de um povo deserdado, marcada por lutas, perdas, astúcias e pela invenção incessante de uma terra para si.

Mas, ao ouvir suas histórias, pude escutar também ecos de vozes silenciadas, que se tornaram inaudíveis em meio à violência que se abateu sobre seus corpos. Ao voltar daí, percebo que não volto só, e sim acompanhada por essas vozes que continuam, ainda, ressoando em mim. Sentia que precisava fazer algo, embora não soubesse ainda o que. Mas uma coisa era certa, tudo em mim parecia mudar, impedindo-me de continuar a ser quem eu vinha sendo.

Foi então, pensando em como transformar o que vivi num dizer, que comecei a escrever sobre essa experiência e a contar, ao meu modo, um pouco das histórias que vocês me trouxeram quando estive no Xingu: uma maneira que encontrei de romper o silêncio das palavras, dando corpo às tantas vozes a partir da escrita. Posso afirmar de saída que não fiz um simples relato de uma experiência pessoal, pelo contrário, esses escritos cumprem, acredito, uma função política, na medida em que contribuem para que as vozes escutadas não sejam novamente silenciadas, abafadas, tampouco esquecidas. Como disse o Sr. João, num dos encontros que tive com ele, a respeito da Clínica de Cuidado: “[...]. *Os filhos de Altamira estão esquecidos e vocês estão fazendo memória*”.

Fiquei pensando, durante um tempo, no que o Sr. João me falou. Mas o que é fazer memória? O que me vem à cabeça, quando penso sobre isso, é uma luta contra um certo tipo de esquecimento que contribui para que outras atrocidades aconteçam novamente. Ficou muito claro para mim que a violência nessa região não se inicia com a construção de Belo Monte, longe disso, ela parece ter se entranhado na floresta desde que a terra passou a ser vista como um grande negócio. E pelo que vocês contam, isso não é de hoje e, nesse sentido, o passado não para de se fazer presente.

Ao mesmo tempo, ao escutá-los, fiquei com a sensação de que há um esquecimento valioso e necessário à vida, pois ele contribui para a criação de uma outra história. Pude acompanhar de perto, durante o pouco tempo que aí permaneci, o quanto foi difícil para vocês serem arrancados de suas terras e jogados num lugar onde não se reconheciam e ao qual não pertenciam. E me chamou muito atenção a luta travada por cada um para inventar uma terra para si. A coragem de enfrentar o presente e a força de se recompor diante de uma situação devastadora me fez pensar que, tanto eu quanto o povo daqui, temos muito a aprender com vocês, principalmente quando falamos de resistência nos dias de hoje. Ao me aproximar das histórias de vocês, me dei conta de que a luta para inventar uma terra à qual seja possível pertencer e na qual se possa viver também diz, na realidade, muito de mim.

Desde que saí de minha terra natal, aos 17 anos, não parei mais de perambular por vários lugares. Morei em vários estados, entre eles, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e, há dois anos e meio, me mudei para São Paulo. Hoje, percebo que esses deslocamentos constantes que realizei têm muito a ver com uma necessidade de pertencer a um outro mundo que não aquele onde nasci e cresci, e com uma tentativa de reanimar uma vida que há muito tempo havia se paralisado.

Depois que voltei daí, tenho conseguido criar um chão em São Paulo onde é possível estar e existir, apesar de todas as dificuldades presentes nessa cidade. O viver aqui é bastante corrido e, às vezes, muito estressante. Aqui, nossos olhos não veem um horizonte, pois vivemos rodeados por um mar de concreto e fios. Há muitos anos, essa cidade era cheia de rios e córregos, mas quase todos foram soterrados para dar lugar à construção de viadutos, avenidas largas e prédios enormes. E o tempo passa tão ligeiro que o cotidiano, sem nos darmos conta, se torna automático. As pessoas, geralmente, andam apressadas pelas ruas, sem olhar, muito menos conversar com os outros. As ruas acabam se tornando um lugar de passagem, ao invés de um local de encontro. Além do mais, não é raro a gente se deparar com edifícios e casas muradas, cheias de grades e com câmeras de vigilância. Nessa cidade, é muito difícil as pessoas conhecerem seus vizinhos, quanto mais ter uma relação de

proximidade com eles. Muita gente se queixa da solidão e do medo da violência. As pessoas vivem num estado permanente de tensão.

Num certo dia, logo no início da manhã, enquanto esperava o metrô, presenciei um arranca-rabo entre os passageiros. Como havia muita gente para embarcar e os vagões estavam lotados, as pessoas começaram a se empurrar e a xingar uma as outras na tentativa de garantir um lugar no trem e, provavelmente, de evitar atrasos para o trabalho. Aqui, é muito comum as pessoas gastarem um tempo enorme no trajeto de casa para o trabalho, além de vivenciarem a superlotação nos transportes públicos. O dia a dia não é nada fácil, já que são vários os tipos de violência que as pessoas podem sofrer. É claro que se trata de violências diferentes, mas percebo que há algo em comum entre os habitantes daqui e os daí, apesar de não termos vivido diretamente os impactos produzidos pela construção de Belo Monte. Hoje noto que São Paulo e Altamira não são lugares tão distantes assim.

Assim como eu, milhares de pessoas vieram de outros lugares para morar em São Paulo, principalmente das regiões Norte e Nordeste do país, muitas vieram em busca de uma “vida melhor”, como aqueles que um dia foram para a Amazônia. Logo que me mudei para cá, tudo era muito estranho e diferente para mim: o sotaque, os hábitos e costumes, os cheiros, as cores, as paisagens e o jeito das pessoas se relacionarem. Mas, hoje, me sinto fazendo parte dessa cidade, aliás, tenho tido bons encontros e feito coisas potentes por aqui, talvez por isso aquela necessidade de sair vagando pelos lugares não faça mais sentido para mim. Percebo também que a construção de um chão onde pudesse me movimentar e produzir uma vida é um dos efeitos da experiência vivida com vocês. Voltei do Xingu pensando muito sobre a importância de se aterrar, de se vincular a uma terra e nela se movimentar.

A vida tem germinado por aqui.

A EXPERIÊNCIA DE UMA CLÍNICA-PRAÇA EM SÃO PAULO

Logo que retornei da viagem para a Amazônia, percebi em mim o desejo por uma clínica que extrapolasse os muros do consultório e que fosse produzida em conexão com a vida na cidade. Na época, recordo-me que estava em curso o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, e o clima no país era de muita aflição e preocupação com a possibilidade de haver um golpe parlamentar. Questionava-me sobre o que fazer naquele momento, já que gritar palavras de ordem nas manifestações não era suficiente para produzir saídas diante de um viver tomado pelo medo e pela insegurança.

Foi pensando em como produzir ações de resistência nesse contexto específico, a partir do meu próprio fazer, que me aproximei de alguns psicanalistas interessados na construção de uma clínica no espaço público da cidade, sem que o dinheiro fosse uma precondição para o atendimento das pessoas. O desejo de fazer algo, diante do avanço dos discursos fascistas e reacionários no país, foi o que nos uniu na formação de um coletivo. A possibilidade de ir para a rua, fazendo da escuta uma arma, colocava o desejo em movimento e, com isso, outros caminhos e direções se abriam no viver.

Quase um ano depois, tendo o golpe já ocorrido, começo a participar das discussões do coletivo e, desde então, atuo nesse grupo, que hoje é chamado de Psicanálise na Praça Roosevelt¹⁰⁷. Atualmente, esse grupo conta com a participação de dezessete psicanalistas, de diferentes orientações teórico-clínicas. Além dos atendimentos que acontecem todos os sábados na praça¹⁰⁸, o coletivo se reúne uma vez por semana para discutir os casos clínicos e, eventualmente, fazer a leitura de textos que nos ajudam a pensar o próprio trabalho.

Um dos temas que estudamos e discutimos com bastante frequência, no início do projeto, foi o da transferência. A aposta do grupo é que a transferência possa se dar com o coletivo e não necessariamente com um analista específico. É nesse sentido que a rotatividade dos analistas nos atendimentos, de saída, fez parte do modo de pensar e conduzir o projeto, embora, hoje, se trabalhe com a ideia de que é a singularidade presente em cada caso que deva pautar o manejo da transferência.

¹⁰⁷ O surgimento desse grupo está atrelado às experiências da Clínica Pública de Psicanálise, na Vila Itoioró, e da Clínica Aberta de Psicanálise, na Casa do Povo, ambas realizadas na cidade de São Paulo. Embora cada uma dessas experiências possua traços singulares no que diz respeito a sua metodologia de trabalho, pode-se dizer que essas práticas se aproximam pelo fato de surgirem a partir de um desejo político dos analistas, além de atuarem nos espaços públicos, sem a mediação do dinheiro. Hoje, variações dessas iniciativas têm surgido em outros lugares, como em Porto Alegre, Brasília e Rio de Janeiro.

¹⁰⁸ Os atendimentos são por ordem de chegada e acontecem no período das 11h às 15h.

A questão do dinheiro também foi um tema recorrente logo que as reuniões se iniciaram. O fato de os atendimentos se realizarem sem a mediação do dinheiro reforçava a importância do coletivo em afirmar o caráter político do projeto, já que nos preocupava que nossa prática pudesse ser vista como uma ação assistencialista, ou ainda, como uma extensão do Estado no sentido de buscar suprir uma lacuna oriunda da escassez e/ou da precarização das políticas públicas. Questionávamos também como esse aspecto do dinheiro poderia atravessar o processo analítico dos atendidos.

O público que tem procurado pelo projeto é em grande parte classe média baixa, sendo que muitos dos frequentadores não têm condições financeiras de pagar por um atendimento analítico, inclusive, muitos deles nunca fizeram nenhum tipo de psicoterapia. Apesar de alguns dos atendidos morarem em regiões periféricas e no entorno da cidade, nos perguntávamos por que não conseguíamos acessar uma camada mais empobrecida da população. Aliás, indagávamos se o próprio *setting* criado pelo dispositivo clínico como, por exemplo, o uso das cadeiras de praia, de um caderno para listar os nomes dos atendidos, e de uma plaquinha para sinalizar o trabalho do coletivo na praça, de certa forma, não restringia o seu público.

Noutras palavras, será que “a própria oferta de um atendimento psicanalítico pode produzir afastamento, inibição ou mesmo reproduzir processos de segregação?”¹⁰⁹. Ora, em nome da psicanálise, não corremos o risco de restringir a experiência da clínica-praça aos atendimentos analíticos? Quantas coisas potentes acontecem nessa experiência e que perdemos de vista por conta de alguns procedimentos instituídos pelo próprio coletivo?

Talvez seja importante problematizar os limites da psicanálise no exercício de uma clínica que se dá em meio à vida urbana, incluindo, aqui, os riscos existentes na situação analítica quando “a disponibilidade para o encontro com a alteridade”¹¹⁰ é capturada por uma política de institucionalização. A saída para essa problemática, talvez, seria menos o se despir da psicanálise¹¹¹ do que desestabilizar suas fronteiras, “rompendo-se enquanto totalidade, abandonando seus sujeitos-objetos disciplinados em prol da criação”¹¹². É, então, a partir da desestabilização de um plano de organização que o corpo da clínica pode se abrir à pulsação da cidade, instaurando assim outros tempos e outras possibilidades de vida.

¹⁰⁹ Marino, A.; Coaracy, A. *Psicanálise na Praça Roosevelt: Formulações sobre uma experiência*. (No prelo).

¹¹⁰ Kupermann, D. Resistência no encontro afetivo e criação na experiência clínica. In: Maciel Júnior, A.; Kupermann, D.; Tedesco, S. (orgs). *Polifonias: clínica, política e criação*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 73-88.

¹¹¹ Cf. Marino, A.; Coaracy, A. *Psicanálise na Praça Roosevelt*, op., cit.

¹¹² Passos, E.; Barros, R. B. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 16, n. 1, jan.-abr. 2000, p. 78.

Nesse sentido, que forças se atravessam e quais efeitos se dão quando a clínica, a psicanálise e a praça se encontram? Para pensar tal questão, apoio-me, numa narrativa feita num dia de atendimento na praça:

“Aos sábados, a Praça Roosevelt é habitada por uma variedade de pessoas, e de diferentes maneiras. Algumas delas fazem da praça uma pista de skate; outras, um lugar para movimentar o corpo e, também, para passear com os filhos e cachorros; outras ainda um local de morada, de travessia, até mesmo de trabalho; algumas outras, um lugar para beber, jogar conversa fora, e também de pedir dinheiro ou comida. Mas essa paisagem que meus olhos viam se modificava a todo instante, pois a cada momento um campo de possíveis se abre a partir das relações que se tecem com a praça, nela.

Agora, por exemplo, um outro sentido é incorporado àquela paisagem à medida que ela se transforma também num espaço clínico. Ao invés do divã e das poltronas, cadeiras de praia são colocadas em alguns cantos da praça. Aqui, não há portas, paredes, nem janelas. Uma clínica, então, aberta à cidade, que faz corpo com a praça. Neste lugar, um som se compõe com o espaço analítico, assim como um clima, uma pessoa, um cheiro, um cachorro, um vento, um gesto, uma hora. Inclusive, outras temporalidades são instauradas, já que os encontros que se dão ali não se prendem ao tempo regido pelo relógio e, nesse sentido, subvertem o automatismo dos corpos na vida urbana.

v

Ao longo do trabalho, temos notado alguns deslocamentos na forma como o coletivo tem habitado a praça. Aliás, a experiência na base¹¹³ tem nos ajudado a ampliar a noção de clínica e a não reduzi-la ao momento específico do atendimento. Nesse espaço, há pessoas que se aproximam para conhecer o projeto, outras para colocar seus nomes na lista de atendimento, ou apenas para conversar com quem estiver ali, sem necessariamente passar por atendimento. O que se observa, nesse caso, é a base se transformar num espaço intensivo, à medida que as pessoas permanecem no local, cada qual da sua maneira, oportunizando uma abertura da clínica aos encontros inusitados da vida urbana. Aos poucos, histórias de vida são

¹¹³ Espaço no qual pelo menos um integrante do coletivo se instala, geralmente embaixo da estrutura de madeira do pergolado, na função de anotar no caderno os nomes das pessoas que querem ser atendidas e de explicar a proposta do projeto, quando necessário. Nota-se que a escuta é ativada antes mesmo de os atendimentos se iniciarem, já que algumas pessoas acabam compartilhando suas histórias no momento em que se aproximam desse espaço.

narradas, porém, o narrar aqui não se reduz à palavra, já que nesse espaço cada um inventa uma maneira de contar a sua estória, por exemplo, uns tocam gaita ou cantarolam uma canção, outros fazem manobras com o skate ou permanecem no silêncio com sua garrafa de catuaba na mão.

Apesar de compreendermos que o exercício da clínica na praça pode se dar de outra maneira, que não necessariamente dentro do enquadre criado pelo coletivo, nos chama a atenção o fato de que as pessoas que permanecem na base – e não passam formalmente em um “atendimento” – são, em sua maioria, marginalizadas no cotidiano da cidade, como travestis, moradores de rua e pedintes. Esses corpos, em certa medida, ao habitarem esse espaço, desestabilizam a lógica homogeneizante e asséptica que configura o espaço público e, apesar de todo o sistema de vigilância existente na praça, eles resistem e, assim, recriam a paisagem urbana.

Há de se considerar então que, em certo sentido, a limitação do dispositivo clínico, no que diz respeito ao público atingido, encontra-se estreitamente atrelada à questão da dinâmica urbana e dos processos de segregação social. Mas, ao longo de sua existência, o que a praça tem a nos dizer sobre isso? A necessidade de trazer seu passado, aqui, advém da crença de que esse gesto pode nos ajudar, como coletivo atuante na praça, a pensar em formas de intervir em seu presente, numa tentativa de produzir modificações em seu cotidiano.

A Praça Roosevelt e suas histórias

A Praça Roosevelt¹¹⁴, até o final dos anos 1960, era um grande terreno descampado, fruto de desapropriações realizadas, desde a década de 1930, na região da Consolação e Augusta¹¹⁵. Durante os dias de semana, a área era utilizada como estacionamento de automóveis, e, aos domingos, se transformava numa feira livre. À noite, essa área se caracterizava “como mancha de cultura, lazer e boemia chiques nos anos 50 e 60”¹¹⁶.

Já durante o regime militar, a Praça Roosevelt acabou se tornando um espaço de resistência, marcado por diversas manifestações políticas e por uma intensa efervescência cultural, sendo bastante frequentado pela classe média, mais especificamente por estudantes, militantes, artistas e boêmios. Mas, ao longo das décadas de 1980 e 90, a Praça passa por um processo de degradação, sendo rapidamente destituída de suas funções culturais e de lazer¹¹⁷.

O curioso é que o discurso de deterioração veiculado, no qual se reforçava a imagem de um lugar abandonado, surge a partir do momento em que outros frequentadores passam a fazer uso do local¹¹⁸. Aqui, merecem destaque as pessoas consideradas, por grande parte da população, como “desocupadas” e “marginais”, entre elas, prostitutas, bêbados, trombadinhas, mendigos, traficantes e usuários de drogas, travestis, gays e skatistas. Na época, a narrativa hegemônica produzida em torno da praça era “a de um espaço que não deu certo, que agrega todos os predicados de uma monstruosidade urbana”¹¹⁹, tornando-se assim um grande empecilho da metrópole¹²⁰. Soma-se a isso o equivocado projeto urbanístico¹²¹ que fez da praça um amontoado de concreto, inibindo não só a permanência das pessoas no local, como também a sua circulação.

A partir de meados dos anos 1990, algumas companhias de teatro começam a se

¹¹⁴ “Projetada em 1968 pelo prefeito José Vicente Faria, a Praça Franklin Roosevelt foi concluída e inaugurada em 1970, no aniversário de 416 anos de São Paulo, pelo então presidente General Médici - fazendo parte do corpo de obras faraônicas erguidas como intuito mostrar à população o poderio do Estado, durante o dito Milagre Econômico Brasileiro”. (Itagiba Fonseca, M. C. *Sentidos urbanos em construção: o concreto ruído d’uma praça que passa-e-fica*). Disponível em: <<https://www.facebook.com/notes/psicanálise-na-praça-roosevelt/sentidos-urbanos-em-construção-o-concreto-ruído-duma-praça-que-passa-e-fica/351968291956838/>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

¹¹⁵ Palma, D. *A praça dos sentidos: comunicação, imaginário social e espaço público*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo.

¹¹⁶ Ibidem, p. 128.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ibidem, p. 170.

¹²⁰ Ibidem.

¹²¹ A praça Roosevelt foi projetada como um edifício-praça, uma “estrutura de mais 60 mil metros quadrados de concreto armado, construída para ocupar uma área remanescente de uma grande obra viária”. (Ibidem, p. 143).

instalar no entorno da Praça Roosevelt, insinuando a devolução da vida a uma área tida como totalmente abandonada. Aos poucos, esta região ganha outros sentidos e status com a circulação de outras pessoas, principalmente artistas e intelectuais, iniciando-se assim um processo de revalorização do território. Nesse momento, moradores da região e grupos de teatro se unem com o propósito de pressionar o setor público no sentido da revitalização da praça, que incluía a demolição da estrutura de concreto, o aumento da área verde e a intensificação do policiamento¹²². Porém, somente em 2012 a praça é entregue à população¹²³. Desde então, observa-se o início do processo de gentrificação na região, impulsionado por forças econômicas, sociais e políticas, acarretando num ordenamento do espaço público apoiado em interesses privados e, junto disso, intervenções autoritárias e higienistas são orquestradas no local. Não à toa, uma base da guarda civil municipal e da polícia militar foi instalada na praça para garantir a “ordem” e a “segurança” dos seus frequentadores. Mas, se o processo de gentrificação provoca a exclusão de uma parcela da população, sendo impedida de interagir com esses espaços regulados pelo capital, a que público nos referimos ao pensar na praça como espaço público? Indo mais além, quais corpos representam hoje uma ameaça à ordem e à segurança do local?

Atualmente, existe um movimento, conduzido por alguns moradores da região¹²⁴, que reivindica o cercamento da praça com grades e a restrição do seu horário de funcionamento. A justificativa oficial¹²⁵ é a de transformar a praça num parque, pois, dessa forma, ela seria melhor cuidada e os problemas em relação ao excesso de barulho à noite, principalmente por conta do funcionamento de inúmeros bares no seu entorno e da concentração de diversas pessoas, seriam resolvidos, beneficiando os moradores locais. Porém, por trás dessa justificativa, há o desejo de privatizar o espaço urbano e, com isso, de selecionar o público que poderá frequentar a praça. A privatização dos meios públicos nada mais é que “uma maneira de controlar os encontros casuais capazes de proporcionar divergências e alternativas geradoras de impasses”¹²⁶. Assim, em nome dos interesses de grupos socialmente privilegiados, o espaço público passa a ser destinado a uma camada específica da população.

É nesse contexto de disputa e de conflitos que o coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt está inserido. Mas o que está em jogo nessa disputa é uma ideia de vida desejável na cidade, marcada pelo individualismo, automatismo cotidiano, medo do contato e da

¹²² Ibidem.

¹²³ Cf. Itagiba Fonseca, M. C. *Sentidos urbanos em construção*, op. cit.

¹²⁴ Iniciativa da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro da Consolação e Adjacências (AMACON).

¹²⁵ Há um Projeto de Lei (nº 421/2016) em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo.

¹²⁶ Maciel Júnior, A. O problema da escolha e os impasses da clínica na era do biopoder. In: Maciel Júnior, A.; Kupermann, D.; Tedesco, S. (orgs). *Polifonias*, op. cit., p. 58.

diferença e pela “proliferação de muros e cercas, reais e simbólicas”¹²⁷. Tendo isso em vista, ocuparmos a praça carrega em si uma potência subversiva, uma vez que produz fraturas nesse modo de viver dominante, criando bifurcações na vida urbana esvaziada de experiências, de encontros.

v

Outro dia, ao atender uma pessoa na praça que se encontrava em grande sofrimento e que apresentava risco de suicídio, considerei prudente passar meu contato e disponibilizar um horário para atendê-la no consultório na semana seguinte. Em situações como essa, pode ocorrer dos analistas do coletivo atenderem em suas clínicas particulares, além de acionarem uma rede de serviços, quando necessário. Ao se dirigir ao consultório e se sentar numa das poltronas, ela, com um certo ar de espanto, diz: “*nossa, parece que na praça os pensamentos correm solto. O fato de lá ser um lugar totalmente aberto deve ajudar a afrouxar os pensamentos, né!?*”. Ao escutá-la, o primeiro pensamento que me ocorreu foi de que a praça, de fato, não é um *cenário* onde os atendimentos acontecem, e sim um espaço feito de intensidades e conexões que são produzidas e constituem o acontecimento clínico, podendo instaurar outros modos de pensar e de agir.

Percebo, a partir da experimentação na praça, que não só os pensamentos podem se afrouxar no encontro com o outro, mas também o próprio corpo, ao se despir da parafernália de um *setting* tradicional e se abrir à imprevisibilidade dos acontecimentos. A clínica-praça é porosa ao que está a sua volta, já que incorpora em seu *setting* não só os elementos que fazem parte da vida do lugar, mas também suas variações. Noto que essa porosidade exige do corpo uma capacidade de se manter atento e sensível ao que se passa no espaço analítico, sem se fechar aos fluxos de intensidades que povoam a praça. Além do mais, essa clínica se faz numa certa movência no território, por exemplo, nos dias de chuva ou de frio intenso, os atendimentos acontecem no teatro Parlapatões, bem em frente à praça. Já no período que antecedeu o segundo turno das eleições de 2018, a clínica-praça se moveu, num domingo, para o bairro de Santa Cecília, onde parte do grupo participou de uma intervenção na rua, junto com outro coletivo, cujo propósito era oferecer um espaço de conversa e de escuta para as pessoas. Com a possibilidade de Jair Bolsonaro assumir a presidência do país, o medo, a tristeza, a sensação de impotência se instalaram nos corpos e, com isso, tornou-se urgente

¹²⁷ Nogueira, M. L.; Sander, J. A cidade: o jogo da alteridade. In: CORPOCIDADE - DEBATES EM ESTÉTICA URBANA 1., 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2008, p. 4.

ações coletivas de resistência e de cuidado em vários cantos da cidade. Além daquela iniciativa, nesse mesmo momento um grupo de escuta e discussão política foi realizado na Praça Roosevelt, fruto de uma parceria entre os coletivos Psicanalistas na Praça Roosevelt e Espaço Mutabis¹²⁸. Essa ação aconteceu durante dois sábados seguidos, concomitante aos atendimentos clínicos.

Porém, a parceria entre esses coletivos não se restringiu a essa ação específica, pois, quinzenalmente, a clínica-praça se transforma também num lugar de estudo. Ou seja, além dos atendimentos, é realizado, gratuitamente, um grupo de estudos na praça, conduzido por psicanalistas do Espaço Mutabis, tendo como propósito a discussão das práticas de psicanálise em instituições públicas. O interessante é que algumas das pessoas que frequentam esse grupo, acabam deixando seus nomes na lista para serem atendidas pelo coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt.

v

Num dia desses, ao atender na praça, me lembrei do atendimento que fizemos juntas, uma colega e eu, em Altamira, à margem do Xingu. Recordo-me que saímos andando pelas ruas de Altamira, junto com Dona Raimunda, em busca de um espaço para conversarmos. Por acaso, paramos embaixo de uma castanheira e descobrimos que nesse lugar existia uma escola onde os filhos de Raimunda estudaram e que, tempos atrás, foi demolida para se transformar num estacionamento. Sua história, então, se inicia com ela contando que, diferentemente dos filhos, não teve a oportunidade de estudar, já que passava a maior parte do tempo no rio pescando com o pai e os irmãos. Em seguida, ela disse algo para nós que até hoje não me esqueço: *“Minha história é escrita com o remo. Como eu não sei pegar numa lapiseira e escrever, eu escrevo com o remo. Porque ele é minha lapiseira, né! Foi com minhas mãos calejadas que eu conduzi ele vários anos, muitos anos”*¹²⁹.

Durante o atendimento, notava que o lugar onde estávamos se tornava um meio capaz de favorecer a expressão das singularidades que haviam sido abafadas, após ser expulsa da terra onde vivia. Tudo que havia ali se ligava e se compunha ao dizer de Dona Raimunda, proliferando conexões. Ao falar sobre si, pode-se lembrar das saídas inventivas criadas em seu viver em uma terra que é incessantemente revirada, aproximando-se novamente da força

¹²⁸ Disponível em: <<https://www.mutabis.org>>. Acesso em: 1º dez. de 2018.

¹²⁹ Fala do Sr. Hélio, trecho extraído do documentário *Eu + 1: uma jornada de saúde mental na Amazônia*. Produção de Eliane Brum, 2017. Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=IG_DdW4znCE>. Acesso em: 10 fev. 2018.

vital que a colocava em movimento e que, como um remo, abria caminhos para o traçado de novas histórias.

Assim como a praça Roosevelt, o local à margem do Xingu tornou-se uma zona de intensidade, de circulação do desejo, propiciando a irrupção de novos territórios existenciais.

v

O trabalho do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt, tal como o dispositivo da Clínica de Cuidado, contém algumas especificidades que o torna uma prática clínica singular, dentre elas a questão do dinheiro, da transferência, do *setting* terapêutico. Há também um outro elemento específico e atuante na clínica-praça que se refere à frequência dos pacientes nos atendimentos. Não existe um “contrato clínico” formal em que se discute a forma como o processo analítico se dará, incluindo aqui a periodicidade das sessões. Há pessoas que passam por atendimento semanalmente ou quinzenalmente, outras, esporadicamente, ou ainda, uma única vez.

O fato de não se saber se a pessoa irá voltar para um próximo atendimento instaura no espaço analítico um campo de incerteza. Na praça, entendemos que isso pode ser visto como algo potente, à medida que se radicaliza a força do presente, favorecendo a experimentação daquilo que se dá no “entre” terapêutico. Aqui, aposta-se na potência do encontro e na produção de deslocamentos como disparadores de novas composições. Ao mesmo tempo, esse campo instaurado pode conduzir o analista a um estado de impotência e de angústia, e, nesse sentido, corre-se o risco de agir sem a prudência necessária no manejo dos sintomas e do sofrimento, e até mesmo de oferecer saídas apaziguadoras para as questões trazidas pelo paciente. Nesse caso, o analista se mantém num lugar de detentor do saber, submetendo o analisando aos discursos prescritivos e normativos.

No momento em que a pessoa retorna para o atendimento, não necessariamente ela passará com um mesmo analista. Os efeitos da circulação dos analistas são distintos para os analisandos: alguns demonstram um certo incômodo ao se depararem com a ideia de terem que contar sua história novamente para outro analista; outros não apresentam resistência, inclusive se referem ao analista da sessão subsequente como se ele fosse o mesmo do(s) atendimento(s) anterior(es). Há ainda aqueles que veem essa experiência como algo interessante, pelo fato de se sentirem beneficiados com as diferentes formas de intervenção dos analistas, marcadas pela singularidade de cada um.

Embora notássemos que alguns pacientes abordassem aspectos interessantes com relação à circulação de analistas, a prática clínica na praça tem nos levado a pensar que, em algumas situações, esse método não se aplica. Ao mesmo tempo que se observa efeitos terapêuticos em determinados casos clínicos, há também situações em que a rotatividade pode fomentar a resistência ao trabalho analítico¹³⁰. Diante desse impasse, hoje trabalhamos com a ideia da singularidade de cada caso no que diz respeito à rotatividade ou não. Nesse sentido, fica claro que é a experiência que norteia a direção do tratamento, e não a técnica. Porém, foi muito importante para o coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt¹³¹ poder pensar a condução de sua prática a partir da própria experiência, já que esse grupo, no início de suas atividades, se apoiava na proposta metodológica da Clínica Aberta de Psicanálise, na qual o rodízio de analistas é visto como uma pré-condição do trabalho analítico.

Questionar a circulação dos analistas enquanto método de trabalho, de certa maneira, colocou em análise o próprio dispositivo clínico do coletivo. Perguntávamos¹³² se esse procedimento não se punha mais a serviço dos próprios psicanalistas do que dos atendidos, uma vez que esse formato garante aos profissionais envolvidos uma abertura maior quanto a sua participação no projeto, já que cada um pode estar na praça, aos sábados, da maneira que puder e quiser. De certa forma, essa configuração aponta para uma dificuldade na realização de um trabalho clínico contínuo e, nesse sentido, problematizávamos se a saída para esse impasse seria a construção de uma agenda individual para cada analista¹³³. Mas teríamos condições de sustentar essa proposta? Ora, se é o desejo que move o analista no seu engajamento no projeto, tal saída não acarretaria numa prática marcada pelo sacrifício, ou até mesmo num engessamento do próprio trabalho, abafando, assim, os processos de criação do coletivo no espaço analítico?

Há de se considerar que o analisando também pode se servir da rotatividade ao se deparar com a possibilidade de ser atendido por vários analistas. Ou seja, no momento em que certos conteúdos emergem num atendimento¹³⁴, o analisando pode não querer passar novamente com o mesmo psicanalista para não ter que se a ver com aquilo que emergiu na

¹³⁰ Essa questão foi abordada e explorada anteriormente por Adriana Marino e Augusto Coaracy, participantes do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt. In: Marino, A.; Coaracy, A. *Psicanálise na Praça Roosevelt: formulações sobre uma experiência*. (No prelo).

¹³¹ Esse coletivo surge como uma extensão da Clínica Aberta de Psicanálise/Casa do Povo. Com o decorrer do trabalho, principalmente a partir dos impasses surgidos com relação à rotatividade dos analistas, o grupo, até então, denominado Clínica Aberta de Psicanálise Praça Roosevelt, passa a ser chamado, em 2018, de Psicanálise na Praça Roosevelt.

¹³² Cf. Marino, A.; Coaracy, A. *Psicanálise na Praça Roosevelt*, op. cit.

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ *Ibidem*.

experiência analítica. Aliás, já houve situações em que o analisando fez a escolha por um determinado analista e, após algumas sessões, preferiu passar com outro psicanalista do coletivo, sendo esse movimento algo contínuo na sua relação com o dispositivo clínico. O manejo desse caso é discutido de forma ciosa nas reuniões semanais e a sua condução representa, até hoje, um verdadeiro desafio.

Nesse sentido, a circulação de analistas pode fomentar uma desimplicação do atendido no processo de análise¹³⁵, expressando-se na resistência ao trabalho analítico, pela qual o atendido pode não se responsabilizar. Mas se é por essa via que a questão da transferência¹³⁶ se introduz num campo de problematização, como pensar o manejo da resistência a partir da rotatividade de analistas? É sabido¹³⁷ que a resistência se manifesta no *entre* analisando analista, sendo que é decisivo a habilidade do analista em equivocá-la, criando linhas de fuga. Tendo isso em vista, será que a noção de que há uma “transferência para o coletivo”, em certas situações analíticas, não acaba se tornando um obstáculo para o tratamento¹³⁸, impedindo assim a emergência de processos de criação no exercício da clínica? Talvez essa questão possa ser mais bem colocada nos seguintes termos: na medida em que esse campo de experimentação faz surgir a resistência no/ao encontro, será que não há uma recusa por parte do analista aos “modos como se é afetado e como se afeta o outro”¹³⁹?

A circulação dos analistas continua sendo um impasse para o coletivo, aliás, os questionamentos surgidos quanto a esse aspecto do dispositivo ainda permanecem no horizonte das discussões. Contudo, a saída encontrada até o momento pelo grupo foi a de se trabalhar a partir do “caso a caso”. Temos notado que a transferência com um analista específico do dispositivo pode aparecer como uma demanda do próprio analisando durante o atendimento. Uma vez surgida, é trabalhada no encontro clínico, dando-se abertura para o atendido fazer a escolha por um analista. Observamos também, a partir do compartilhamento dos casos, que há situações clínicas em que a rotatividade produz efeitos que comprometem a

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ Para Lacan a resistência seria um fenômeno essencialmente relacionado à transferência. “o fenômeno maior da transferência parte do que poderia chamar o fundo do movimento da resistência. [...] a resistência, no seu fundo mais essencial, se manifesta por um movimento de báscula da palavra em direção à presença do auditor, da testemunha que é o analista.” (Lacan, J. *O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p. 66).

¹³⁷ Lacan defende a ideia de que a resistência é sempre do analista diante da transferência do analisando. Lacan, J. *A direção do tratamento e os princípios do seu poder*, 1958. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

¹³⁸ A transferência, para Freud, ao mesmo tempo que é uma condição para o tratamento, pode se tornar um impedimento. Freud, S. *A dinâmica da transferência*, 1912. In: *O caso de Schreber e artigos sobre técnica*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 107-120.

¹³⁹ Cf. Kupermann, D. *Resistência no encontro afetivo e criação na experiência clínica*, op. cit.

condução do tratamento e, nesses casos, consideramos prudente o analisando ser atendido por um mesmo analista.

Sobre o aspecto dinheiro, problematizávamos como o não pagamento poderia interferir no tratamento dos pacientes, já que ele é tipicamente um operador relevante no espaço analítico. Mas, mesmo sabendo dos riscos presentes¹⁴⁰, ainda assim continuamos apostando na construção de uma clínica não monetarizada e que pode se estender a qualquer um, ampliando o acesso da psicanálise a uma população mais desfavorecida. De certa forma, descentralizar o dinheiro no vínculo analista-analisando é um ato de resistência diante dos modos de vida atravessados fortemente pelo capital e pelo consumo, num país historicamente desigual e excludente como o nosso.

Não se trata de sermos contra ao dinheiro, até porque só é possível sustentar o desejo de fazer parte do coletivo pelo fato de sermos remunerados em outras práticas de trabalho. A insistência em marcar aqui o desejo que nos atravessa e constitui como grupo se dá em função da necessidade de diferenciar um trabalho político do coletivo de uma prática assistencialista e filantrópica, na qual se estabelece com o atendido uma relação de dominação e de poder, cujos efeitos vão na contramão de uma ética psicanalítica¹⁴¹.

¹⁴⁰ Em determinado momento, Freud sugere que não sejam oferecidos tratamentos gratuitos, pois a ausência do pagamento “aumenta enormemente algumas das resistências do neurótico” (Freud, 1996, p. 147). Porém, mais adiante, ele reconhece que, em alguns casos, o tratamento não remunerado pode produzir excelentes resultados, aliás incentivando a construção de clínicas públicas de psicanálise. In: Freud, Sigmund (1913). Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I). In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, pp. 137-158.

¹⁴¹ Cf. Marino, A.; Coaracy, A., *Psicanálise na Praça Roosevelt*, op. cit.

Foto 07: Praça Roosevelt no final de tarde, depois de um dia de atendimento



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

Uma terra para si

Fazia muito frio na Praça Roosevelt, naquela manhã de sábado, e não havia roupa que protegesse meu corpo da ventania forte que arrastava as folhas do chão e tudo mais que havia naquele lugar. Mas mesmo assim a praça estava povoada por pessoas de diversas faixas etárias. Aliás, algumas delas aguardavam, sentadas numa mureta de concreto, para serem atendidas por alguns analistas do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt.

Chamo para atendimento Pedro, um jovem que aparentava ter uns 20 e poucos anos, e juntos nos dirigimos para o pergolado de madeira, onde colocamos as cadeiras de praia para sentarmos. Ele parecia não sentir frio, pois seu corpo magro estava coberto apenas por uma bermuda jeans e uma camiseta regata. Notei também que carregava em uma de suas mãos uma mochila, o que me fez pensar que ele pudesse estar vindo de longe.

Era a primeira vez que Pedro buscava por um atendimento na praça, inclusive comenta que nunca havia passado por um analista antes. Percebia que estava bastante sem jeito ali, talvez por isso roesse as unhas e mexesse as pernas sem parar. Dava a impressão de que não havia uma posição confortável na cadeira para aquele corpo inquieto. Pergunto, então, o que o levou à praça naquele dia. Ele, com um sotaque nordestino, diz que não sabia bem ao certo, mas talvez fosse por conta de uma solidão que vinha sentindo ultimamente. Como ele já tinha ouvido falar que na praça existia um grupo que escutava pessoas sem cobrar nada, decidiu então parar ali na volta do trabalho e conversar com alguém.

Peço para ele contar a sua história. Pedro solta uma gargalhada e desvia o olhar, dizendo que tinha a sensação de que não tinha uma história para contar, e muito menos algo interessante para dizer. Neste instante, lembrei-me das palavras de um senhor que conheci no Xingu: “Cada um tem uma história para contar, seja ela qual for [...]. É preciso fazê-la brotar”¹⁴². Em seguida, digo a ele que todos nós temos uma história e que ele poderia contá-la da maneira que quisesse, sem se preocupar com uma ordem cronológica dos acontecimentos.

O jovem mais uma vez dá uma risada e então começa a narrar algumas lembranças que lhe vinham naquele momento. As palavras se soltavam timidamente de sua boca, num tom de voz baixo, exigindo de mim uma atenção maior para conseguir ouvi-lo, já que o barulho do vento somado aos ruídos da praça quase encobriam sua voz.

Pedro nasceu no sertão da Paraíba, numa cidade chamada Patos. Mas conta que sua vida, por muitos anos, foi na estrada. Acostumado desde pequeno a viajar com seu pai, que na

¹⁴² Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=kqLa8DhLwGA&t=459s>>. Acesso em 27 ago. 2018.

época trabalhava como caminhoneiro, pode conhecer vários lugares do Brasil. Em alguns deles sentiu uma vontade enorme de permanecer, de fincar raiz, ao mesmo tempo sentia-se cheio de vida quando entrava no caminhão e partia rumo ao desconhecido, sem data para voltar. Foi na estrada que aprendeu a ler e a escrever e, mais tarde, a fazer cordéis, uma forma que encontrou de contar sobre a imensidão de mundo que seus olhos viam longe de sua terra natal.

Depois que seu pai perdeu o emprego, Pedro, por ser o filho mais velho, se viu na obrigação de ajudá-lo no sustento da família, composta por oito irmãos, que passou a enfrentar grandes dificuldades financeiras. Foi então que ele, aos dezenove anos, decidiu vir para São Paulo para arrumar trabalho. Recorda-se que, desde pequeno, em Patos, escutava das pessoas mais velhas que um homem que quer ganhar dinheiro tem que se mudar para São Paulo: a cidade do trabalho e dos negócios.

Com apenas o dinheiro da passagem de ida, Pedro partiu, mudou-se para a casa de uma tia, na Zona Leste de São Paulo, mais especificamente em São Miguel Paulista, e arrumou um emprego numa padaria no centro da cidade. Logo que chegou, sentia uma estranheza imensa ao vagar por entre os arranha-céus e as avenidas largas da cidade. Ele, quando não estava na estrada, era acostumado a fazer tudo de bicicleta ou a pé em sua cidade de origem, agora se via tendo que pegar vários transportes, sempre abarrotados de gente, para chegar ao seu local de trabalho. O viver, às vezes, se resumia a uma rotina maçante, marcada pelo trajeto costumeiro casa-trabalho que consumia um tanto de horas de seu dia.

Dos transportes que usa cotidianamente, diz preferir andar de trem, principalmente nos finais de semana, quando consegue sentar na janela e olhar a paisagem, como fazia nos tempos em que viajava de caminhão. Sente que o tempo não passa tão ligeiro, inclusive, consegue pensar na vida durante as viagens solitárias de trem. Um dia desses, passou pela sua cabeça vender seus cordéis dentro do trem, mas já há algum tempo não pega em uma caneta para escrever.

Nesse momento, pergunto por onde vagueia seu pensamento quando atravessa a cidade de trem. Pedro suspira forte e fala da saudade do sertão: do tempo vagaroso, da conversa fiada com os amigos, do sotaque, da comida, do clima e dos cheiros. Parecia que seus pensamentos eram arrastados pela nostalgia de um viver que já foi e agora já não é mais, impedindo assim que outras experiências pudessem surgir e se entrelaçar ao vivido. Pela janela, a paisagem vista se reduzia ao ser encoberta por um véu de recordações de um passado perdido. Mas como produzir uma vida à altura daquilo que nos acontece, perfurando assim a lamentação de um viver, ou ainda, o automatismo cotidiano?

Estávamos às voltas com essas questões quando fomos surpreendidos por uma pessoa que interrompeu o atendimento para pedir dinheiro, contando que vinha de outra cidade e que estava passando por dificuldades. Sua história começa então a ser revelada brevemente para nós, tornando Pedro um ouvinte por alguns instantes. Jessica, como gosta de ser chamada, vinha do nordeste em busca de um futuro melhor, mas até o momento não havia conseguido arrumar nem mesmo um bico. Hoje a rua é sua casa, onde mora junto com outras pessoas que conheceu.

Ela, uma travesti negra, vestia um vestido curto e colado, que ressaltava suas curvas, e chinelos de dedo. Seus pés estavam bastante inchados e suas mãos carregavam sacolas com roupas e documentos. Digo a Jéssica que não tinha dinheiro para dar, mas que fazia parte de um grupo que escutava pessoas e que ela poderia conversar com alguém, caso quisesse. Ela acenou a cabeça, com um gesto afirmativo, e em seguida pedi para um colega do coletivo atendê-la.

Jéssica sentou numa cadeira próxima ao lugar onde estávamos. Mas a sua saída instalou um silêncio entre nós, que só foi rompido com o barulho estridente do sino da igreja da Consolação. Pedro, então, diz que se hoje voltasse a escrever, faria um cordel sobre a vida solitária e entediante que leva, desde que chegou a São Paulo, há aproximadamente um ano. De lá para cá, fez de tudo um pouco: trabalhou como garçom, ajudante de pedreiro, empacotador, vendedor, entre outras funções. Aos domingos, ajuda sua tia a vender bebidas na Avenida Paulista, uma forma que encontrou para aumentar a renda e, com isso, ajudar sua família que ficou no norte. Seu corpo, sempre a serviço, descansava poucas horas por dia. Às vezes, quando tinha um dia de folga na semana, passava dentro de um quarto escuro, isolado das pessoas e do mundo.

À medida que Pedro contava sobre o seu dia a dia, percebia que seu corpo ia se enrijecendo na cadeira, perdendo o seu traquejo. Assim, ele deixava escapar, ao falar da vida em São Paulo, que para pertencer a algum lugar era preciso algo mais, não apenas uma casa para morar, um emprego ou uma família. Por um lado, notava que a sensação de movimento provocada pelos deslocamentos espaciais era algo que dava sentido a sua existência. Por outro, o aprisionava “a um recorrente desejo de movimento, uma espécie de ânsia de peregrinação”¹⁴³ em que não se está em lugar algum. Mas, afinal, “como crer no mundo que está diante de si? Como torná-lo seu ou como pertencer a esse mundo?”¹⁴⁴

¹⁴³ Mendonça, C. A vulnerabilidade do corpo no mundo. In: *ClimaCom Cultura Científica- pesquisa, jornalismo e arte* I ano 3- N.5/ Abril de 2016, p. 71.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

Pedro carregava essas questões consigo, mesmo não sabendo ao certo o que o havia levado à praça. Talvez a solidão que ele mencionou, no início da conversa, desse notícias da maneira de estar e de se relacionar com o próprio espaço. Escutava a sua solidão não como uma potência¹⁴⁵, no sentido de uma abertura aos acontecimentos, e sim como um isolamento, um fechamento do corpo para o acaso, as experiências.

Mas é no próprio cotidiano que se torna possível habitar um lugar de forma intensiva, produzindo assim movimentos incessantes na existência. À medida que se faz corpo com outros corpos, constrói-se uma terra onde é possível permanecer e, com isso, *recriar(-se)*. Nesse sentido, os movimentos que a vida traça e as intensidades que ela cria¹⁴⁶ diz mais das relações que se estabelecem no próprio espaço do que da mobilidade em si.

Como analista, ajudava-o a encontrar um dizer para aquilo que o afligia, na tentativa de atravessar a dor e extrair dela algo afirmativo. Nosso encontro estava chegando ao fim e não sabia se Pedro voltaria novamente à praça. Será que as questões surgidas, ao longo da conversa, possibilitariam um mínimo de abertura em seu cotidiano? Nosso encontro o ajudaria a conectar o seu corpo com o solo, e, assim, a construir um chão onde ele pudesse criar e sustentar uma vida povoada por afetos e intensidades?

¹⁴⁵ Deleuze explora a ideia de solidão como algo afirmativo. “Quando se trabalha, a solidão é, inevitavelmente, absoluta [...]. Só que é uma solidão extremamente povoada. Não povoada de sonhos, de fantasmas nem de projetos, mas de encontros [...]. É do fundo dessa solidão que se pode dar qualquer encontro. Encontram-se pessoas (e às vezes sem as conhecer nem as ter jamais visto), mas também movimentos, ideias, acontecimentos, entidades. [...]”. In: Deleuze, G; Parnet, Claire. *Diálogos*. Ed: Escuta, 1988, p. 6.

¹⁴⁶ Deleuze, G.; Guattari, F. *O que é filosofia?* Ed: Editora 34, 2010, p. 90.

Fotografia 08: Estação do Brás



Fonte: Arquivo Pessoal (2018)

Uma casa-praça

Em dias de sol, a Praça Roosevelt fica bastante cheia e muitas pessoas acabam procurando pelo coletivo. Após finalizar o primeiro atendimento, procuro por Catarina, a próxima pessoa da lista. Chamo duas vezes pelo nome, até que uma mulher jovem, escorada em uma bicicleta, perto de um dos cafés da praça, levanta a mão timidamente.

Aproximo-me dela e, juntas, caminhamos pela praça à procura de um canto onde pudéssemos conversar e nos proteger do sol do meio-dia. Não foi fácil encontrar uma sombra, afinal quase não há árvores por ali, além disso, os espaços mais frescos já estavam sendo utilizados tanto por colegas do coletivo quanto por frequentadores da praça. Foi no lado oposto ao pergolado que abrimos as duas cadeiras de praia para sentarmos. Nesse instante, ela deixa sua bicicleta apoiada numa mureta, bem próxima ao lugar onde estávamos.

Após me apresentar, Catarina dirige o olhar para o entorno e diz que há muito tempo vem ensaiando conhecer o projeto Psicanálise na Praça Roosevelt, mas somente naquele dia havia criado coragem de ir à praça e buscar por um atendimento. Ela, uma mulher branca, de vinte e poucos anos, cabelos curtos e encaracolados, escondia seu corpo por trás de vestimentas largas. Usava bermuda jeans e camiseta preta, além de tênis All Star.

Sua história passa então se ser contada para mim e, aos poucos, ela vai tecendo fios da memória de sua vida. A princípio, de uma maneira bastante inibida, cheia de pausas e silêncios, mas, ao longo da conversa, seu corpo pareceu relaxar naquele lugar, e até a entonação da voz se modificou, tornando-a mais firme. O uso de gírias, aos poucos, era incorporado a sua fala.

Catarina nasceu no interior de São Paulo e se mudou para a capital há dez anos, em busca do sonho de se tornar uma skatista profissional. Na época, seus pais não aceitaram de modo algum sua decisão. Aliás, achavam que tinha endoidecido de vez ao manifestar a vontade de se mudar para uma cidade grande e cara, como São Paulo, para viver do skate.

Ao contar sobre sua partida, aos dezoito anos de idade, seus olhos se encheram de água, e a voz embargou ao lembrar-se do momento em que se despediu de sua mãe, que chorou muito ao vê-la partir para o mundo, implorando que ficasse. Por terem uma relação muito próxima e afetuosa, foi difícil se habituarem com a saudade que sentiam uma da outra. Inclusive, Catarina era a única, das três filhas, que dava apoio e encorajava a mãe a ter vida própria e a não ceder às imposições do marido.

Ao falar do pai, seu semblante enrijeceu e a voz ficou trêmula. Conta que ele sempre foi um homem muito machista e controlador, e nunca aceitou que sua mãe trabalhasse fora de

casa. Com as filhas não era nada diferente, mas Catarina preferiu romper a relação com o pai ao invés de viver submissa ao seu desejo. Desde que veio para São Paulo, o silêncio preenche a enorme distância entre eles.

Mas de lá para cá muita coisa aconteceu em seu viver. De fato, a vida em São Paulo não foi nada fácil para ela. Trabalhou em diversos lugares, nas mais diferentes funções, para conseguir se manter na cidade, além de morar em várias casas, com pessoas diversas e desconhecidas. Entretanto, era nos horários livres que o cotidiano e as obrigações cediam lugar à experiência, dando sentido a sua permanência na metrópole. Foi na Praça Roosevelt, fazendo manobras e saltos nas rampas e nos corrimões das escadarias, que ela se tornou uma skatista profissional, chegando até mesmo a ganhar vários campeonatos, inclusive internacionais.

Assim, a praça se tornou sua própria casa. Uma casa-praça povoada por afetos, encontros e experimentações. Seu corpo, agora, divagava com leveza sobre as histórias vividas naquele lugar. Mas, rapidamente, o passado se desdobra num presente, instaurando uma quebra entre o ocorrido e o agora. A casa-praça, então, acabou sendo soterrada por uma vida confinada entre quatro paredes, impedindo a passagem dos fluxos da vida.

Há um ano e meio Catarina sofreu uma lesão no joelho ao levar um capote num campeonato, tendo então que passar por várias cirurgias. Nesse instante, ela levanta a bermuda e mostra as cicatrizes no joelho, em seguida, cabisbaixa, diz que se afastou do skate, da praça e dos amigos, mesmo após o período de recuperação. Ao falar disso, suas mãos se enroscam, suas pernas se tornam inquietas e o silêncio impede a saída de qualquer palavra. O corpo dela pedia uma pausa.

Naquele corpo, a dor se espalhava por todos os cantos. Porém, mesmo tomada por uma tristeza e uma tensão, Catarina insiste num dizer. Às vezes, acha que a morte é a única saída possível diante de uma vida reclusa e solitária. “É como se a vida escapasse das minhas mãos. Hoje vivo trancafiada em meu mundo, não saio mais de rolê pra canto algum hoje.”, ela comenta. Por sentir muito medo de sair na rua, passa dias sem colocar os pés para fora de casa, e até mesmo sem trocar ideia com alguém. Seu dia a dia se resume em arrumar a casa, aliás, adquiriu uma mania de limpeza e de organização, transformando o cuidado daquela num ritual exaustivo e interminável.

De imediato, pergunto quais são os medos que sente em relação à rua? Catarina arregala os olhos e diz que se percebe muito vulnerável na rua, ao contrário da sensação de proteção que sente dentro de casa. Assim, para se proteger dos efeitos do mundo, seu corpo parecia se tornar impermeável ao cotidiano urbano. Mas, se a rua produzia intensidades em

seu viver, o cotidiano das ruas a expunha a que riscos? Insisto nessa questão, e ela fala que sente como se estivesse perdendo o controle do próprio corpo e fosse enlouquecer. Inclusive, reforça que não foi nada fácil vir hoje à praça em busca de ajuda.

Nesse momento, um skatista se aproxima do espaço onde estávamos e intervém, se dirigindo a Catarina, com um certo espanto: “Mano, cadê você aqui na praça!? Você tem feito mó falta”. Ela, um pouco desconcertada, abre um sorriso, levanta-se da cadeira e os dois se cumprimentam com um forte aperto de mão. Sem conseguir falar sobre o motivo da sua ausência, ela apenas diz que vai colar na banca qualquer dia desses. Eles, então, se despedem com um abraço, dando tapinhas nas costas um do outro.

Assim que ele se foi, permanecemos quietas por um longo período. Seu corpo, relaxado na cadeira, aparentava ser invadido por outros afetos. Mas, afinal, o que havia acontecido ali? A interferência daquele skatista no atendimento parecia ter produzido efeitos em nosso encontro, já que possibilitou uma abertura para novas conexões e composições. A presença dele, mesmo que de forma breve, a lançava novamente num campo de intensidades, de forças que se atravessam e que põem em movimento a potência da vida, impulsionando a criação de um outro território existencial.

Catarina mantinha-se à espreita, olhando atentamente tudo ao seu redor, numa relação de proximidade com a praça. Noto que ela arrasta a cadeira de praia em direção ao sol. Logo depois, dobra a bermuda até o joelho, levanta as mangas da camiseta e a suspende até a cintura, deixando a barriga à mostra. Seu corpo, até então, recluso e blindado a qualquer tipo de exposição, nesse instante, se deixava atingir pelos raios do sol. A sensação que tinha era que as histórias trazidas por Catarina pareciam ganhar outros sentidos à medida que se conectavam “a outros sistemas, outros regimes de signos”¹⁴⁷, deixando passar outros afetos e percepções.

Nesse sentido, retomo que a Praça Roosevelt não é um cenário onde os atendimentos acontecem e sim um espaço clínico¹⁴⁸. Ou ainda, um laboratório de experimentação, impregnado de realidade virtual, “que ganha forma nos encontros das subjetividades, das conexões e dos agenciamentos que se organizam por si mesmos”¹⁴⁹.

Catarina ainda não havia emitido nenhuma palavra até que, de repente, comenta que precisava voltar para casa, mas antes disso iria dar um rolê pela praça para ver os parças

¹⁴⁷ Cf. Passos, E; Barros, R.B. *A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade*, op.cit.

¹⁴⁸ Romagnoli, R. C. *A invenção como resistência: por uma clínica menor*. Vivência, n.32, p. 97-107, 2007.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p.105.

andarem de skate, algo que há muito tempo não faz. Em seguida, ela se levanta da cadeira, pega a bicicleta e se despede, agradecendo pela escuta.

Não sabia dizer ao certo a duração do atendimento, pois o tempo na praça parece ser guiado por outras coordenadas. Notei em mim uma vontade de atendê-la novamente, embora não soubesse se ela retornaria noutro dia – e, até hoje, ela não retornou. Perguntava-me se um único encontro seria capaz de provocar movimentações e alterações nos territórios do viver, contribuindo assim na sustentação de um outro modo de vida. Questão, afinal, que permeia a vida desse coletivo, nunca havendo resposta suficiente.

Fotografia 09: Pelas ruas de São Paulo



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

O fascista que habita cada um de nós

Edvaldo é bastante assíduo nos atendimentos na Praça Roosevelt, inclusive, na maioria das vezes, é um dos primeiros a chegar. Às vezes, anota num pedaço de papel a lista de nomes, por ordem de chegada, e nos entrega ao aparecermos na praça. A cada sábado ele é atendido por um clínico diferente, já que o dispositivo funciona com uma rotatividade de analistas, salvo algumas exceções¹⁵⁰.

Noto que a praça acabou se tornando um lugar de encontro para ele, pois sempre o vejo puxando assunto com alguém antes, e até mesmo depois do atendimento. Um dia, durante uma das sessões, ele contou-me que havia criado um grupo de whatsapp para se comunicar com algumas das pessoas que havia conhecido na praça.

Neste sábado, especificamente, o Edvaldo acabou sendo atendido por mim pela terceira vez. Ele, classe média, de aproximadamente 40 e poucos anos, rosto magro, olhos pretos e fundos, cabelos grisalhos e barbudo, tem um jeito muito singular de se expressar. À medida que fala sobre si, ele aumenta o tom de voz e gesticula muito com as mãos. Em alguns momentos do atendimento, ele começa a gargalhar, oscilando ora para o humor, ora para a ironia.

A conversa se inicia com Edvaldo contando um sonho que teve na noite passada:

Ligo a TV e vejo a notícia que o Bolsonaro havia ganhado as eleições. Saio desesperado pelas ruas do centro de São Paulo e vejo uma cidade silenciada e cercada por homens armados e de roupas pretas. As mulheres estavam com bocas tapadas por fita adesiva. Ninguém podia se olhar e muito menos conversar. A qualquer momento os homens poderiam atirar em quem discordasse do governo. Percebo que uma mulher negra, que caminhava enfurecida com a situação, arranca rapidamente a fita da boca. Mas os homens de preto viram e foram pra cima dela. Deram três tiros: o primeiro atingiu a boca; o segundo, o peito; o terceiro, a vagina. Tentei impedir, mas não consegui. Fiquei sem reação, olhando o sangue escorrer pelo asfalto. Um dos homens se aproximou de mim e colocou uma arma na minha cabeça, perguntando se eu queria ser o próximo. Não consigo reagir e nem dizer uma palavra, apenas abaixo a cabeça. Sinto uma impotência. E daí não lembro mais o resto do sonho.

¹⁵⁰ A rotatividade de analistas faz parte da metodologia do coletivo, embora não seja uma condição aplicada em todas situações clínicas. O coletivo tem trabalhado a questão da transferência/rotatividade a partir da singularidade de cada caso.

Ao narrar o sonho, seu corpo se remexia sem parar na cadeira, parecendo não haver uma posição confortável. Ele comenta que se sentiu em pânico e perturbado com o pesadelo, não conseguindo mais pegar no sono. Aliás, quase deixou de vir à praça hoje porque sua pressão subiu. Embora não se sentisse muito disposto, a necessidade de conversar com alguém nesse dia foi maior do que a vontade de ficar em casa, deitado na cama.

Sobre o sonho, Edvaldo, bastante irritado, faz uma relação com a situação política do país e com o medo que sente com a possibilidade do Bolsonaro ganhar as eleições. “— *Não consigo entender o que está acontecendo, é muito ódio e fascismo. Será que as pessoas não se lembram do passado, da ditadura? Tô muito assustado, a barbárie se aproxima. Sinto que tô perdendo as forças e ficando meio deprimido.*”.

Ao escutá-lo, compartilhava do seu medo, afinal, a vida encontra-se extremamente ameaçada com o avanço da extrema direita no país, principalmente em função de um projeto autoritário e fascista em curso que busca eliminar os modos de existência destoantes da cultura dominante. Entretanto, perguntava-me como favorecer um acesso à camada singular do sonho. Insisto, então, que ele fale um pouco mais sobre o sonho.

Edvaldo, sem demonstrar nenhuma resistência, começa a fazer uma aproximação do sonho com sua história de vida. Ele conta que cresceu rodeado por uma violência, exercida principalmente pelo pai, que já chegou até mesmo a apontar uma arma para sua cabeça, numa das discussões que tiveram. Hoje, percebe que uma de suas maiores dificuldades é a agressividade, e isso acaba afastando-o das pessoas e levando-o a um isolamento. Inclusive, não aceita ser discordado por ninguém, quando isso acontece, sente que uma raiva e um ódio invadem seu corpo por inteiro, perdendo o controle de si. Às vezes, precisa se segurar para não ir para cima da pessoa. Não é a toa que recentemente passou a ter pressão alta, ele pontua.

Antes de terminar sua fala, uma pessoa interrompe o atendimento para vender trufas, dizendo que o valor arrecadado seria destinado a um projeto social da igreja de que faz parte. Digo ao homem que não tinha como ajudá-lo e ele segue adiante oferecendo as trufas a outras pessoas presentes na praça. Mas Edvaldo não conseguia esconder sua irritação ao ser interrompido pelo homem, comentando que se segurou para não ser agressivo com ele. Bastante indignado e autoritário, aumenta o tom de voz e diz: — *“não é possível que ele não tenha percebido que estávamos em atendimento”*.

Digo para Edvaldo que muitas pessoas que transitam pela praça desconhecem o trabalho do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt e que por isso não precisávamos nos aborrecer com o rapaz. Em seguida, Edvaldo dá uma gargalhada e diz que, mesmo sabendo disso, é difícil não se irritar. Nesse momento, ele conecta o fato ocorrido a outras situações de

sua vida, dizendo que seu temperamento agressivo é uma questão que precisa ser trabalhada, pois não é raro destruir os vínculos com as pessoas que o rodeiam.

Mas a praça parece ser um lugar de experimentações, já que Edvaldo tem buscado fugir do isolamento ao se aproximar das pessoas que também frequentam o projeto. Pontuo essa questão e ele ressalta que sua maior dificuldade é sustentar os vínculos que faz. Num tom de brincadeira, diz que se sente como um “*kamikaze*”, pois suas ações geralmente carregam um potencial suicida. Ele, então, comenta que a agressividade direcionada ao outro, expressa muitas vezes por um autoritarismo, acaba voltando para si sob a forma de doença, que se instala no próprio corpo.

Edvaldo continua a sua fala, um pouco apreensivo, fazendo uma relação entre agressividade e hipocondria. Peço, então, que explique melhor essa associação. Ele diz que é invadido por uma sensação de morte após os momentos em que se enfurece e briga com as pessoas, e aí dores constantes acometem seu corpo. Frequentemente sente fadiga, tremores, falta de ar e sensação de sufocamento. Para aliviar a sensação insuportável, faz uso diariamente de várias medicações, carregando-as numa sacola que leva para todos os lugares. Ao tocar nesse assunto, ele direciona seu olhar para mim e afirma ser uma pessoa doente. Seu corpo, nesse instante, se tornava imóvel e enrijecido na cadeira.

Peço a ele que me conte mais sobre suas dores. Edvaldo, ainda com o corpo endurecido, diz que a doença o impede de caminhar, inclusive mal consegue se lembrar de como era sua vida quando tinha vitalidade. Hoje, acrescenta, “*vivo à beira de uma impotência e paralisia*”. Pergunto, então, em que momentos se sentia com vitalidade. Com um ar de surpresa, ele diz: “— *Taí uma questão pra eu pensar. Acho que sou muito autoritário comigo mesmo, meu cotidiano é cheio de imposições e regras que eu mesmo crio. Nada pode fugir disso.*” Em seguida, digo a ele que o fascismo, hoje, personificado por Bolsonaro, pode operar em cada um de nós. Ele dá novamente uma gargalhada e, logo depois, encerro o atendimento e me despeço dele.

A questão clínica que se colocava ao escutá-lo era a de como poder ajudá-lo a construir uma saída, um novo sentido, uma outra ação. É a própria vida, no seu mais alto grau de potência, que é exterminada a partir de um modo de existência anestesiado e endurecido, marcado por repetições e deveres, minando assim toda a possibilidade de criação de outras formas de estar no mundo. Entretanto, será que o nosso encontro engendraria formas de vida mais potentes e afirmativas.

Fotografia 10: Ato em SP



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

Por detrás das cortinas

Em dias de chuva, os atendimentos do coletivo acontecem no espaço Parlapatões, localizado na Praça Roosevelt. Logo na entrada se vê uma bilheteria e um café com mesas e cadeiras, e é nesse ambiente que os atendimentos acontecem. No teto, guarda-chuvas coloridos e abertos, pendurados de cabeça para baixo, enfeitam o lugar, e nas paredes, máscaras e quadros com fotos dos espetáculos mantêm viva a história do espaço. Mas por ser um lugar pequeno, os atendimentos acontecem bem próximos um do outro, e isso exige um cuidado maior para que a conversa se restrinja a cada espaço clínico criado.

Num certo sábado, a procura pelo projeto foi grande, e por isso acabamos utilizando também o espaço do teatro, onde acontecem os espetáculos. Além do palco, com cortinas vermelhas, há cadeiras estofadas dispostas em colunas que ocupam grande parte da sala. Mas por não estarem afixadas no chão, as cadeiras puderam ser dispostas de uma outra maneira, e à medida que os atendimentos transcorriam, o teatro se transformava num local de escuta e de conversa.

Chamo para atendimento Eliete, uma mulher dos seus trinta e poucos anos, negra, alta, cabelos alisados, vestindo uma calça jeans e uma camisa abotoada até quase o pescoço. Assim que ela entra no teatro, seu olhar se dirige para todos os cantos, não conseguindo esconder sua cara de surpresa, ao mesmo tempo em que pergunta se o atendimento aconteceria ali mesmo. Digo que sim, e pergunto a ela se havia algum problema. Ela sorri timidamente e balança a cabeça dizendo que não.

Ao nos acomodar nas cadeiras, no canto direito do teatro, Eliete comenta que é a primeira vez que procura o coletivo e por isso estava se sentindo um pouco sem jeito com a situação. Num tom de voz baixo, ela inclina o corpo para mim e diz que sua história foi apagada logo quando nasceu, sobrando apenas rastros dela: filha de uma mulher nordestina que teve cinco filhos, sendo quatro mulheres e um homem, ela é a única negra de uma família branca. Seu pai, ela nunca o conheceu, aliás, a identidade dele é um segredo mantido por sua mãe a sete chaves. Conta, inclusive, que todos os irmãos são filhos de pais diferentes e que sua mãe os criou sozinha, sem o apoio de ninguém, com a força do trabalho como empregada doméstica.

Desde pequena, sentia-se inferior aos irmãos brancos, já que no cotidiano de sua própria família se erguiam muros “invisíveis”, produzindo assim a exclusão e a separação entre ela e seus familiares. Nesse instante, Eliete, com uma expressão triste, diz: “*Sinto-me*

como se eu tivesse num palco, atrás das cortinas, e eu não pudesse aparecer". O racismo, então, se instaurava nas entranhas das relações familiares. A cada dia, os laços de pertencimento se afrouxavam e se desmanchavam, fazendo com que se sentisse uma estrangeira naquela casa.

Contudo, para poder existir e, assim, não desaparecer, acabou vivendo uma vida, ou melhor, *"representando um papel"*, como ela mesma diz, alinhado com as expectativas da mãe, e mais tarde com as da própria sociedade. Eliete cuidava como ninguém da casa e dos irmãos no afã de conseguir o olhar, o respeito e o carinho da mãe. Nesse movimento, passou a ser uma filha perfeita, prestativa, boazinha, diferentemente dos irmãos, que sempre deram muito trabalho para sua mãe. Porém, todo seu esforço ainda era insuficiente para ganhar o amor da mãe, que exigia dela sempre mais.

Mais tarde, também se vê oprimida e desvalorizada, principalmente por frequentar universos predominantemente masculinos, como a faculdade de engenharia e a empresa onde trabalha atualmente. Neste lugar, se envolveu com um colega de profissão, casado, com quem mantém há quatro anos um contato íntimo e frequente. Porém, tal relação tem lhe trazido muita angústia e sofrimento, já que não sente que seu amor é correspondido. Ao falar sobre isso, seu corpo se retrai e sua voz embarga, mas ela insiste em continuar. Mesmo vivendo uma relação em que se sente desprezada, ela não consegue romper com ele, tampouco dizer que a situação vivida tem lhe produzido bastante sofrimento. Assim, o medo de desagradar ou de não corresponder à expectativa do outro transformava seu sofrer em algo silenciado e solitário.

No momento em que fala do seu relacionamento amoroso, ela chora. E enxugando o rosto com as mãos, começa a dizer que ele não a quer pelo fato de ela não ser bonita e de ter a pele negra. *"Acho que ele me vê como uma mulher boa para o sexo e para relações superficiais, mas não para o casamento"*, ela comenta. Um dia desses, acrescentou, ele a chamou de gorda e disse que precisava controlar sua alimentação.

Na sequência, pergunto como ela o vê. Um pouco desconcertada com a pergunta, ela permanece um tempo pensativa e, logo depois, diz: *"— minutos atrás responderia que ele é inteligente, bom de papo e bonito. Mas, nesse exato momento, conversando com você, começo a perceber que ele quer mudar minhas roupas, meu corpo, e me fazer parecer com mulheres que acha bonita"*. Aliás, conta que passou a alisar o cabelo depois que começou a sair com ele.

Ao escutar a dor de Eliete, outras vozes femininas ecoavam em seu dizer, principalmente as das mulheres negras cujos corpos são marcados pelas inúmeras políticas de

dominação e de extermínio da vida. Para poder existir no mundo, Eliete acabou aceitando algumas situações que, hoje, se tornaram insustentáveis. De fato, parecia que ela já não se reconhecia mais naquele corpo que, durante grande parte de sua vida, esteve a serviço da docilidade e da normatização.

À medida que vai contando sua história, o desejo vai emitindo faíscas e ela começa então a pensar noutros caminhos possíveis, sem, no entanto, embarcar num discurso vitimizador. Notava que esse espaço de escuta estava sendo importante para Eliete, porém não sabia se retornaria novamente. Apostava que alguns deslocamentos haviam sido produzidos nela, instaurando-se assim outros arranjos de composições.

Fotografia 11: Pelas ruas de São Paulo



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

POR UMA CLÍNICA FORASTEIRA

Para pensar uma clínica forasteira, recorro à etimologia da palavra, com o intuito de esgarçá-la e, deste modo, construir novos sentidos e possibilidades quanto ao seu uso. O termo forasteiro¹⁵¹ tem sua formação no latim *foraneus*, “exterior, do lado de fora”, de *foris*, “fora”, que significa alguém estranho ao ambiente. Diz-se que esta palavra deriva do mesmo radical que forma a palavra floresta¹⁵², que vem do termo latino *forestis*, adjetivo derivado também de *foris* (fora). A expressão *silva forestis*, que poderíamos traduzir como "mata exterior", designava o território fora dos limites das áreas comunitárias onde somente o rei tinha o direito de caçar e explorar a madeira.

Há aí dois sentidos que o termo forasteiro carrega e que considero importantes para compreender a prática à qual me refiro. O primeiro diz respeito à aproximação que se faz entre as palavras forasteiro e floresta. Aqui é preciso marcar uma zona de vizinhança entre ambas, já que foi a partir do encontro com os povos da floresta, no Xingu que, ao retornar para São Paulo, me autorizo a estar no lugar de analista e passo a sustentar o desejo por uma clínica outra, que há tempos venho produzindo pelo Brasil afora¹⁵³.

Apesar de o termo floresta designar um território exclusivo do rei, proponho aqui ultrapassar essa concepção privilegiando a ideia de *fora dos limites da área comunitária*, tomando-o desde um *fora dos limites do consultório*. Ou seja, interessa-me pensar uma clínica que atua para *fora* do espaço privado e que se constrói nas tensões do cotidiano, a partir de uma escuta atenta para *fora*, capaz de ouvir o inaudível os silêncios, os sussurros e gritos, enfim, os sons reveladores de um mundo.

Por mais que nesse trabalho se enfatize experiências clínicas fora do *setting* tradicional e que se reconheça diferenças entre a clínica exercida no espaço urbano e no consultório privado, há de se levar em consideração que essas práticas se avizinham. Não se trata de anular os traços singulares de cada uma delas, e sim de afirmar a existência de uma zona de vizinhança. Ou seja, apesar de haver diferenças entre essas práticas, ainda assim se trata do campo da clínica. Aqui, situo a clínica num plano de forças, uma vez que a construção de novos territórios do viver implica num combate às formas instituídas que engessam e

¹⁵¹ Origem da palavra. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/palavras/forasteiro/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

¹⁵² Dicionário etimológico. Disponível em: <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/floresta/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

¹⁵³ Vale a pena citar duas experiências clínicas que vivi *fora* de um enquadre tradicional, antes de ir para o Xingu. Uma delas foi na aldeia Maxacali, no interior de Minas Gerais, em 2006, e a outra foi numa comunidade quilombola, no sertão da Bahia, em 2013.

aprisionam os modos de existência. O trabalho de qualquer prática clínica é portanto o de encontrar formas de desdomesticar as forças e de relançar a noção de processualidade como constante transformação em detrimento do estável modelo identitário¹⁵⁴.

Já o segundo sentido da palavra forasteiro concerne à ideia de “exterior, do lado de fora”, alguém estranho ao ambiente, que não pertence ao lugar ou que não se sente pertencente a ele. Indo mais além, tomo emprestado aqui o conceito de Fora¹⁵⁵, tal como Deleuze o apresenta, para aprofundar essa questão. Para o autor, o Fora diz respeito ao não estratificado, ao sem forma, ao devir e às forças selvagens ainda não atualizadas. O Fora remete à forças na sua mais alta potência, por isso não deve ser confundido com um exterior que é oposto a um interior. O Fora, nesse sentido, é o mais longínquo que todo o mundo exterior, porém mais próximo que todo mundo interior.

O que pertence ao lado de Fora é a força, que, em sua essência, está sempre em relação com outras forças e, em si mesma, é inseparável do poder de afetar e de ser afetada por outras forças¹⁵⁶. Quando as forças que vêm do lado de fora são liberadas, uma vez que elas só existem em estado de agitação, de instabilidade e de mistura, e ligadas a outras forças, novas combinações e composições podem surgir, oportunizando a irrupção de pontos singulares que, ao se atualizarem nos estratos, tornam possível uma mudança. Nesse sentido, o lado de fora “é sempre a abertura de um futuro, com o qual nada acaba, pois nada nunca começou — tudo apenas se metamorfoseia”¹⁵⁷. As forças do Fora dispõem de uma capacidade de resistência, à medida que elas entram em outras relações e dentro de outras composições, abrindo assim um campo de possíveis.

Podemos dizer, então, que é do Fora que as linhas de força emergem e atravessam um território, desestabilizando as formações estratificadas e os sistemas que visam a conservação do poder. Com isso, outras políticas de existência são engendradas. Deleuze, a partir de Foucault, pontua que a subjetivação se faz no momento em que o lado de fora se dobra e escava um si, constituindo um lado de dentro coexistente ao próprio Fora¹⁵⁸. A dobra, deste modo, envolve sempre uma “relação com outras forças”¹⁵⁹, ou melhor, “uma relação de força

¹⁵⁴ Rolnik, S.B. Toxicômanos de identidade. In: Lins, D. *Cultura e subjetividade: saberes nômades*. Papirus, Campinas, 1997, pp.19-24.

¹⁵⁵ Este conceito foi criado por Blanchot, embora esse tema exerça uma enorme influência no pensamento de Foucault e de Deleuze.

¹⁵⁶ Cf. Deleuze, G. *Foucault*, op. cit., p. 108.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 96.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 121.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 8.

consigo, um poder de se afetar a si mesmo, um afeto de si por si.”¹⁶⁰. Agora, a força se exerce sobre si mesma, já que não basta que ela afete ou sofra os efeitos de outras forças¹⁶¹.

A subjetividade, nesse sentido, concerne à constituição de um certo território, sendo derivada de um recurvamento sobre si das forças do Fora, cristalizando-se numa dobra¹⁶². Contudo, as dobraduras são variáveis, inclusive se fazem em ritmos e velocidades diferentes, e suas variações constituem formas de subjetivação. O que é preciso colocar, então, é que haverá sempre uma relação consigo que não cessa de resistir aos códigos e aos poderes¹⁶³. Noutros termos, “a subjetivação, a relação consigo, não deixa de se fazer, mas se metamorfoseando, mudando de modo”¹⁶⁴.

A produção de si, entretanto, não se refere a uma interioridade encerrada em si mesma, sequer a algo independente do campo social. Aliás, não há separação entre o Dentro e o Fora, já que é com o Fora que o si se *reconfigura*, se *redobra* e se *reproduz*. O si, aqui, é entendido como uma multiplicidade de forças, e, por isso, não constitui “uma profundidade, uma espessura recolhida em si”¹⁶⁵. Logo, a produção de si consiste num processo singular que não coincide com o individual e nem o pessoal.

Nessa direção, a experiência do Fora instaura um campo de batalha, de enfrentamento, conforme rompe com os limites do eu, com uma forma de vida estática, padronizada e reduzida aos modelos universais. Porém, a relação com o Fora nem sempre garante e/ou sustenta a criação de outras composições existenciais. Porque abrir-se às linhas do fora implica a constituição de “uma zona vivível onde seja possível alojar-se, enfrentar, apoiar-se, respirar – em suma, pensar. Curvar a linha para conseguir viver sobre ela, com ela: questão de vida e de morte”¹⁶⁶. Nesse sentido, vergar a linha do fora, isto é, produzir uma dobra, não é encontrar uma maneira de blindar o corpo às forças caóticas que desassossegam e desalinham o viver, mas é conseguir habitar a estranheza e a vertigem provocadas pelas dobras do mundo no corpo, dando passagem a uma vida por vir. Porém, nesse processo, há o risco de se escancarar o corpo ao turbilhão de forças selvagens, sem que uma dobra se produza. Tem-se,

¹⁶⁰ Ibidem, p. 108.

¹⁶¹ Cf. Deleuze, G. *Conversações*, op. cit., 140.

¹⁶² Pelbart, P. P. *Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão*. São Paulo: Iluminuras, 2009, p. 120.

¹⁶³ A ideia fundamental de Foucault, explorada por Deleuze, “é a de uma dimensão da subjetividade que deriva do poder e do saber, mas que não depende deles.” Há, então, três planos ou eixos que, apesar de serem relativamente independentes, estão constantemente em troca mútua: do saber, do poder e do Fora. Cf. Deleuze, G. *Foucault*, op. cit., p. 109.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 111.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 104.

¹⁶⁶ Deleuze, G. *Conversações*, op. cit., p. 142.

então, um enclausuramento do Fora num dentro absoluto, sucumbindo o corpo à loucura¹⁶⁷. Como manter uma abertura a esse fora sem sucumbir a ela? Talvez, uma saída interessante seria pensar que existem modalidades distintas de relação com o Fora.

Aqui, insiste-se na possibilidade de uma travessia, de um vai e vem com o Fora, ou até mesmo de um perder-se nele¹⁶⁸. Até porque esse trânsito com o Fora é algo urgente e imprescindível, diante dos modos de subjetivação dominante guiados por interesses neoliberais capazes de estabilizar e de estancar a potência vital. Há, por exemplo, no esquizo um modo de se relacionar com o Fora que o leva à criação de uma vida intensiva, na qual se escapa das representações e dos poderes estabelecidos. Este personagem conceitual¹⁶⁹ carrega em si a potência da transformação, na medida em que se abre para as virtualidades e para o imprevisível, deixando passar os fluxos e as intensidades. Impulsionado pelo desejo de novas conexões e experimentações, ele habita o caos sem desmoronar por completo, tampouco, se enclausurar nele. Aliás, ele se mantém permeável à superfície onde borbulha uma matéria intensiva, produzindo uma vida fora das profundezas do Eu.

Esses movimentos que atravessam a relação com o Fora e que, por sua vez, incidem na passagem de um modo de subjetivação para outro, decorrem principalmente da combinação entre velocidade e lentidão. Isto porque o lado de fora é uma zona de turbulência na qual linhas violentas e mortais, sem contorno, não param de se movimentar em velocidades aceleradas, arrastando-nos a uma atmosfera irrespirável¹⁷⁰. Porém, ao mesmo tempo que essas linhas podem nos estrangular, até mesmo nos levar à morte ou a loucura, elas podem nos levar à vida como potência, produzindo formas singulares de existência. Nesse caso, não basta apenas uma abertura do corpo ao Fora, é preciso transfigurar aquilo que acontece em novas possibilidades de vida. Isso diz de uma prática, de uma ação, de uma ativação do pensamento. Logo, a relação com o Fora, enquanto experiência, produz movimentos de diferenciação, quando um estado de coisas¹⁷¹ se transmuta numa ação capaz de criar modos de viver e pensar mais afirmativos.

¹⁶⁷ A inflexão das forças nômades cria uma invaginação, mas, no caso, da loucura essa dobra se escancara e vira um dentro. Cf. Pelbart, P. P. *Da clausura do fora ao fora da clausura*, op. cit.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 167.

¹⁶⁹ Deleuze trabalha com a noção de esquizo como personagem conceitual, que se diferencia da entidade clínica como esquizofrenia.

¹⁷⁰ Deleuze, G. *Conversações*, op. cit., p. 142.

¹⁷¹ Aqui faço uma aproximação entre experiência do Fora e o acontecimento. Para Deleuze, “[...] o acontecimento se encarna em um estado de coisas, um indivíduo, uma pessoa [...]” (Deleuze, G. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 154). Mas há, de outro lado, a operação de um movimento de contraefetuação em relação à efetuação do acontecimento: “[...] cada vez devemos duplicar esta efetuação dolorosa por uma contra-efetuação que a limita, a representa, a transfigura”. (Ibidem, p. 164).

Não é intuito aqui moralizar, condenar ou romantizar a loucura, muito menos, a morte. O interessante, nessa discussão, é compreender o que se passou na experiência do Fora quando as linhas de menor resistência tornaram-se vitoriosas no embate das forças. É claro que a loucura e a morte envolvem operações distintas, contudo, em ambas as situações ocorrem uma interrupção no processo de criação, sem que haja um movimento de transfiguração, de contraefetuação, de redobramento da dobra.

Diante disso, “como atingir esta política, esta guerrilha completa?”¹⁷². Talvez a prudência seja um elemento a ser considerado nos modos de produção de si, já que são muitos os perigos existentes na relação com o Fora, conforme vimos. Prudência no sentido de uma atenção precisa que nos orienta na gradação da abertura do corpo às forças do Fora, levando sempre em consideração o aumento ou a diminuição da potência de agir. Trata-se, então, de um poder de avaliação guiado por critérios que possibilitam à vida se expandir, se intensificar e se reinventar. Daí a importância de se avaliar as linhas de força em jogo, discernindo as forças que nos paralisam e as que nos potencializam, como outras tantas que nos afetam¹⁷³. Vale dizer que as estratégias de prudência não impedem a ousadia da experimentação de uma vida, pelo contrário, há de se apostar na travessia do Fora, no devir louco como um processo vital que permite um lançar-se para fora do Eu, tornando esse movimento um ato de criação.

v

¹⁷² Ibidem, p. 161.

¹⁷³ Romagnoli, R.C. Algumas reflexões acerca da clínica social. *Revista do Departamento de Psicologia-UFF*, v. 18, n.2, 2016, p. 54.

DEIXA A CIDADE ENTRAR

A partir das ideias expostas, pode-se dizer que a noção do Fora permite colocar em relação as práticas do espaço urbano e a do consultório privado. Ou seja, à medida que a clínica é atravessada pela linhas do Fora, um plano de intensidade irrompe, dando espaço para que modos de vida singulares possam emergir. Nesse sentido, uma clínica potencializadora de vida, que afirma a produção da diferença, se dá quando ela se abre à experiência do Fora.

Como a proposta desse trabalho é pensar as singularidades de uma clínica forasteira, não me deterei aqui nos aspectos que avizinham ambas as práticas e as sustentam no plano da clínica. Talvez, a própria noção de Fora não dê conta de afirmar as singularidades das intervenções clínicas que abordo nesse trabalho, já que tal conceito nos ajuda a compreender uma atividade clínica de forma mais ampla.

Mas, afinal, o que de fato singulariza as experiências clínicas realizadas no Xingu e na Praça Roosevelt? Acredito que seja no seu próprio *fazer* que cada uma delas se expressa e se distingue das práticas clínicas com um enquadre psicanalítico tradicional. Pode-se pensar que o fazer dessas experiências exigiu certos deslocamentos nos modos de produzir uma clínica, e isso incluiu a invenção de outros aparatos. Além disso, é importante enfatizar que, em ambas as experiências, o que levou à realização de um fazer foi um desejo coletivo de construir uma clínica de resistência à conjuntura política de nosso país, circunscrita pelo momento atual em que vivemos. O desejo é o que nos moveu e move, nos uniu e une enquanto coletivo na criação de uma prática clínica ética e política.

No coletivo Clínica de Cuidado, a intervenção foi pontual e teve como propósito escutar os ribeirinhos e aqueles que foram expulsos de suas terras e realocados em conjuntos habitacionais padronizados, na periferia de Altamira, em razão da construção da hidrelétrica de Belo Monte. Esse processo de remoção foi extremamente violento para essas pessoas, pois, além de se mudarem para um lugar completamente desconhecido, sendo forçadas a viver um modo de vida destoante de sua cultura, elas ainda foram separadas dos amigos, vizinhos e familiares, rompendo-se, assim, os vínculos sociais e comunitários.

Quanto ao coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt, a proposta de trabalho consiste na criação de uma clínica aberta à vida urbana, de forma permanente, sem a mediação do dinheiro. Nesse sentido, aposta-se numa clínica não monetarizada, que está disponível a qualquer um, portanto, mais acessível a uma população menos favorecida. De certa forma, descentralizar o dinheiro no vínculo analista-analisando é um ato de resistência diante dos modos de vida atravessados fortemente pelo capital e pelo consumo, num país historicamente

desigual e excludente como o nosso. O fato de a intervenção clínica acontecer num espaço público, em São Paulo, também é um movimento de resistência diante dos processos de gentrificação que atravessam fortemente hoje a cidade, em especial, a Praça Roosevelt. Além disso, o público que tem procurado pelo projeto é, em grande parte, classe média baixa, sendo que muitos dos frequentadores não têm condições financeiras de pagar por um atendimento analítico, inclusive, muitos deles nunca fizeram nenhum tipo de psicoterapia.

Apesar de serem públicos diferentes, são inúmeras as linhas de morte que incidem cotidianamente sobre os corpos, tanto os dos povos da floresta quanto os dos cidadãos, provocando neles uma forma de adoecimento que advém da separação das forças vitais. Há, portanto, uma dimensão política no sofrimento que precisa ser considerada nesse processo de adoecimento, caso contrário corre-se o risco de confiná-lo em categorias diagnósticas ou identitárias, bem como reduzi-lo a um trauma familiar. Essas operações acabam por anular a dimensão singular do sofrer, enclausurando-o em modelos absolutos e, com isso, diminuindo a possibilidade de germinação de outros modos de existência.

Para compreender o fazer dessas experiências forasteiras, acho interessante retomar aqui o aspecto da estrangeiridade que a palavra forasteiro carrega em sua acepção. O forasteiro, conforme essa perspectiva, é aquele que pertence a outra região, a outra parte do país, até mesmo, a outra nação. De certo modo, o clínico, em ambas as experiências, se torna um forasteiro, ao exercer uma clínica num lugar ao qual ele não pertence e/ou conhece. Talvez essa questão seja mais evidente na intervenção no Xingu, em Altamira, pelo fato de a equipe da Clínica de Cuidado se mover de uma cidade e se instalar, durante quinze dias, num território completamente desconhecido e distante. Aliás, não era difícil notar que éramos estrangeiros na Amazônia paraense, pois não só os sotaques se diferenciavam dos que viviam ali, mas também as vestimentas, os gestos, as percepções, os hábitos e costumes. O interessante é que essas diferenças, postas desde o início, não se tornaram um empecilho para o trabalho clínico acontecer, tampouco impediram que um campo de afetos se instaurasse entre a equipe e os atendidos. De fato, foi surpreendente notar a relação de confiança que estes estabeleceram conosco.

Já na Praça Roosevelt, por mais que alguns dos analistas do coletivo sejam de São Paulo, ainda assim pode-se pensar que nos tornamos clínicos-forasteiros, na medida que nos instalamos num lugar que possui certa dinâmica e ritmos que lhe são próprios. Ou seja, antes mesmo de habitarmos a praça, nas manhãs de sábado, esse lugar já era povoado por diversas pessoas, de diferentes maneiras. Logo no início, não era raro perceber o estranhamento de alguma delas em relação à presença do coletivo, principalmente em relação ao uso das

cadeiras de praia. Hoje, depois de um ano e meio de trabalho, tenho notado uma proximidade maior do coletivo com o território e vice-versa, inclusive, o próprio espaço-base tem nos ajudado a estabelecer vínculos com diferentes grupos e pessoas que ocupam o espaço, produzindo outros modos de se relacionar na praça e com ela.

Vale dizer que a praça, apesar de ser frequentada por pessoas diversas, é um lugar demarcado, com fronteiras claramente estabelecidas, ordenado em função do uso que se faz dela. Num dos cantos da praça, por exemplo, ficam os skatistas, noutra as famílias com seus filhos e cachorros, noutra ainda as pessoas que estão em situação de rua. O que se observa é a formação de uma espécie de gueto, sendo que não há contato direto entre os grupos constituídos nesse espaço. Mas acredito que, aos poucos, a presença do coletivo tem produzido efeitos no território, no sentido de desestabilizar suas fronteiras e seus lugares instituídos. Não é incomum, por exemplo, os atendidos, enquanto aguardam por atendimento, conversarem entre si; já aconteceu de algum deles trocarem contatos e criarem um grupo de whatsapp. Além disso, no espaço-base, pessoas de “tribos” diversas – skatistas, moradores de rua e transeuntes – se aproximam, interagindo umas com as outras.

Nesse sentido, podemos pensar que o clínico-forasteiro se torna um corpo estranho ao adentrar num território novo ou diferente, e isso exige um certo esforço para se criar uma relação de pertencimento com o local. Ao mesmo tempo, por ser um corpo estranho, ele pode modificar ou contagiar os arranjos da vida urbana de um determinado lugar. Isto porque o clínico-forasteiro se faz sensível as paisagens habituais e costumeiras com as quais se depara, tornando-se capaz de enxergar detalhes que até então passavam despercebidos para os que habitam aquele espaço. Desse modo, ele pode ler a cidade de outra maneira e, assim, criar outros significados e sentidos para ela. Talvez, um dos desafios do clínico-forasteiro no espaço urbano seja o de sustentar um olhar estrangeiro, ou melhor, atento e sensível ao seu cotidiano.

Mas a acepção da palavra forasteiro traz também um outro aspecto, que se refere à ideia de *fora* dos limites do consultório. Uma prática clínica que se faz fora das quatro paredes do consultório está completamente exposta às interferências da vida urbana, desde os ruídos, cheiros e ritmos, além da violência e das mazelas sociais, até os encontros que fazem proliferar a diferença. Ou seja, numa clínica forasteira não há uma proteção ou circunscrição em relação ao cotidiano urbano e, por isso, ela se mantém sempre aberta ao acaso, às imprevisibilidades, aos acontecimentos que se dão na cidade, sem ter ou pretender ter nenhum tipo de controle sobre eles.

Uma clínica forasteira é porosa ao que está ao seu redor, uma vez que incorpora em seu *setting* não só os elementos que fazem parte da vida do lugar, mas suas variações. Essa porosidade exige do clínico uma capacidade de se manter atento e sensível ao que se passa no espaço analítico, sem fechar-se aos fluxos de intensidades que povoam os lugares onde a clínica se exerce. O espaço urbano, neste caso, torna-se então um componente ativo na situação analítica, produzindo agenciamentos, conexões as mais diversas. Tanto na experiência do coletivo Clínica de Cuidado quanto do Psicanalistas na Praça Roosevelt o que se nota é a cidade se compondo e intervindo no espaço clínico de diferentes formas, seja através de um conhecido do atendido que surge durante um atendimento na clínica-praça, lançando este último a um campo de intensidades, ou ainda, de um atendimento sob uma castanheira, à beira do rio, que traz à tona a história de vida de um dos atendidos em Altamira. Em ambas as situações, as ressonâncias produzidas pelos efeitos da cidade no encontro clínico possibilitaram uma abertura para novas conexões e composições existenciais.

É importante ressaltar que a clínica forasteira também se faz numa certa errância no território. Nos dias de chuva ou de frio intenso, por exemplo, os atendimentos da Clínica-Praça acontecem no teatro Parlapatões, em frente à praça. Já na Clínica de Cuidado, os atendimentos foram realizados nos espaços de vida cotidiana das pessoas, como na beira do rio, na rua, ou ainda, em suas casas, grande parte delas localizadas nos reassentamentos urbanos coletivos (RUCs), perfazendo o que tradicionalmente chamamos “sala”. Desse modo, uma clínica forasteira pode se dar em qualquer circunstância e lugar em que se abandona os elementos presentes num enquadre clínico tradicional, ao mesmo tempo que se inventa outras maneiras de fazer uma clínica.

Algo interessante de se notar, em ambas as experiências, é que muito do que se escutou nos atendimentos aponta para um sofrimento relacionado aos modos de viver na cidade. No Xingu, por exemplo, o fato das pessoas serem arrancadas de suas terras e deslocadas para um lugar ao qual não pertenciam, e no qual tampouco se reconheciam, produziu nelas um sofrer, até mesmo, um adoecimento. Muitas delas, inclusive, viviam enclausuradas em suas casas nos RUCs, cheias de grades nas janelas e portas, por conta do medo e da insegurança que sentem em relação à vida urbana. Já em São Paulo, não era raro escutar dos atendidos a dificuldade para sentir-se pertencendo à cidade, já que muitos deles vieram de outros lugares ou de outras regiões do país. Há também aqueles que sentem muito medo de se expor aos riscos da cidade e que, por isso, acabam vivendo confinados em suas casas. Em certa medida, muitos dos atendidos no Xingu e na Praça também são forasteiros, e

a luta deles consiste na construção de um chão onde seja possível permanecer, existir, enfim, aterrar-se.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo. *Outra travessia*, Florianópolis, n.5, jan. 2005, 11. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. Secretaria Da Previdência Social. Benefícios: Indenização aos Soldados da Borracha estará disponível nesta segunda-feira. 27/2/2015. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/2015/02/beneficios-indenizacao-aos-soldados-da-borracha-estara-disponivel-nesta-segunda-feira-2/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

BRUM, E. Vidas barradas de Belo Monte. *Uol Notícias*, 18 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.uol/noticias/especiais/vidas-barradas-de-belo-monte.htm#ser-rico-e-nao-precisar-de-dinheiro>>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. Belo Monte, empreiteiras e espelinhos. *El País*, 7 de julho de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. O dia em que a casa foi expulsa de casa. *El País*, 14 de setembro de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/14/opinion/1442235958_647873.html>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. Vítimas de uma guerra amazônica. *El País*, 22 de setembro de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/22/politica/1442930391_549192.html>. Acesso em: 09 jun. 2018.

CASTILHO, A. Cala-boca em Belo Monte. *A Publica*, 4 de setembro de 2014. Disponível em: <<https://apublica.org/2014/09/cala-boca-em-belo-monte/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CHAVES, E. Na estrada da vida: A transa-amazônica de Paula Sampaio. *Revista Cinética*, p. 1-11, [s/a]. Disponível em: <http://www.revistacinetica.com.br/cep/ernani_chaves.pdf>. Acesso em: 21 maio 2018.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. *Programas compensatórios: seduções capitalistas?* Niterói: UFF/ICHF, 2005. Disponível em: <<https://app.uff.br/slab/uploads/texto27.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é filosofia?* São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo. In: *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega, 1996. p. 83-96. Disponível em: <http://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo>. Acesso em: 19 jun. 2018.

_____. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2010.

_____. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

_____. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. Disponível em:
<<https://www.dicionarioetimologico.com.br/floresta/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

FONSECA, T. M. G. et al. Microfascismo em nós: práticas de exceção no contemporâneo. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 31-45, 2008.

FREUD, S. A dinâmica da transferência, 1912. In: O caso Schreber e artigos sobre técnica. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 107-120.

_____. Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I). In: Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 137-158.

GAGNEBIN, J.-M. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2016.

_____. Entre a vida e a morte. In: OTTE, G.; SEDLMAYER, S.; CORNELSEN, E. (Orgs.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 16-17.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Censo Demográfico 2000. Disponível em:
<<https://ww2.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=ES&codmun=150060&search=para%20altamira%20infograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ITAGIBA FONSECA, M. C. Sentidos urbanos em construção: o concreto ruído d'uma praça que passa-e-fica. Psicanálise na Praça Roosevelt [Facebook perfil], 29 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/notes/psicanalise-na-praca-roosevelt/sentidos-urbanos-em-construcao-o-concreto-ruido-duma-praca-que-passa-e-fica/351968291956838/>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

LACAN, J. O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 1986.

LAPOUJADE, D. O corpo que não aguenta mais. In: LINS, D.; GADELHA, S. (Orgs.). *Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 16, n. 1, p. 71-79, jan.-abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722000000100010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 dez. 2018.

KATZ, I. A Clínica de Cuidado: intervenção com a população ribeirinha do Xingu atingida por Belo Monte. In: COLÓQUIO: PSICANÁLISE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SF_gjUpOE> Acesso em: 28 maio 2018.

KATZ, I; BRUM, E; DUNKER, C. Refugiados de Belo Monte. 2016. Disponível em: <<https://www.catarse.me/refugiadosdebelomonte>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

KHEL, M. R. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

KUPERMANN, D. Resistência no encontro afetivo e criação na experiência clínica. In: MACIEL JÚNIOR, A.; KUPERMANN, D.; TEDESCO, S. (Orgs). *Polifonias: clínica, política e criação*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 73-88.

MACIEL JÚNIOR, A. O problema da escolha e os impasses da clínica na era do biopoder. In: MACIEL JÚNIOR, A.; KUPERMANN, D.; TEDESCO, S. (Orgs). *Polifonias: clínica, política e criação*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 51-62.

MARINO, A.; COARACY, A. Psicanálise na Praça Roosevelt: formulações sobre uma experiência. (No prelo).

MENDONÇA, C. A vulnerabilidade do corpo no mundo. In: *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte*, ano 3, n. 5, [p.], abril de 2016.

MORO, J. *Caminhos da liberdade: a luta pela defesa da selva*. São Paulo: Planeta, 2011.

NOGUEIRA, M. L.; SANDER, J. A cidade: o jogo da alteridade. In: CORPOCIDADE - DEBATES EM ESTÉTICA URBANA 1., 2008, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2008. p. 4. Disponível em: <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/arquivos/resultado/ST4/MariaNogueira.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

ORIGEM DA PALAVRA. Forasteiro [verbete]. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/palavras/forasteiro/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

PALMA, D. A praça dos sentidos: comunicação, imaginário social e espaço público. 2010. 320p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2010.

PELBART, P. P. *Vida capital: ensaios da biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

_____. *Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

PIACENTINI, P. Transamazônica. *Revista Pré-Univesp*, n. 61, 13 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://pre.univesp.br/transamazonica#.WwIjgFMvxE4>>. Acesso em: 20 maio 2018.

PONTES, C.F. A guerra no inferno verde: segundo ciclo da borracha, o front da Amazônia e os soldados da borracha. *South American journal of basic education, technical and technological*. v.2, n.1, p. 56-57, 2015.

ROLNIK, S.B. Toxicômanos de identidade. In: LINS, D. Cultura e subjetividade: saberes nômades. Campinas: Papirus, 1997. p. 19-24.

ROMAGNOLI, R. C. A invenção como resistência: por uma clínica menor. *Vivência*, n. 32, p. 97-107, 2007.

_____. Algumas reflexões acerca da clínica social. Revista do Departamento de Psicologia-UFF, Niterói, v. 18, n. 2, p.47-56, 2016.

Filmes e Vídeos

IRACEMA, uma transa amazônica. Dir. Jorge Bodanzky; Orlando Senna. Roteiro: Jorge Bodanzky; Hermano Penna. Brasil; Alemanha Ocidental, 1976. 1 DVD vídeo (91 min.). NTSC, cor.

EU +1: uma jornada de saúde mental na Amazônia. Produção: Eliane Brum, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IG_DdW4znCE>. Acesso em: 10 fev. 2018.

REFUGIADOS de Belo Monte: escuta e sofrimento dos ribeirinhos do Xingu. Encontro com Eliane Brum e Christian Dunker, na Escola Carandá Vivavida, no dia 15 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kqLa8DhLwGA&list=TLGGGfrMgE5AVCAwOTAzMjAxNw>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

COLÓQUIO “A Psicanálise nos espaços públicos”. Encontro realizado no dia 21 de março de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S_FS_gjUpOE>. Acesso em: 28 maio 2018.